

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - CCE FAED
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

RODRIGO BORSATTO SOMMER DA SILVA

PROJETO DESTINOS INDUTORES: avanços e desafios do TRAF -
Turismo Rural na Agricultura Familiar em Rancho Queimado (SC)

Florianópolis
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - CCE FAED
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

RODRIGO BORSATTO SOMMER DA SILVA

PROJETO DESTINOS INDUTORES: avanços e desafios do TRAF -
Turismo Rural na Agricultura Familiar em Rancho Queimado (SC)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Florianópolis
2010

RODRIGO BORSATTO SOMMER DA SILVA

PROJETO DESTINOS INDUTORES: avanços e desafios do TRAF -
Turismo Rural na Agricultura Familiar em Rancho Queimado (SC)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____

Prof. Dr. Vera Lucia Nehls Dias

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Membro: _____

Prof. Dr. Marcelino de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Membro: _____

Prof. Dr. Pedro Martins

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Suplente: _____

Prof. Dr. Mariane Alves Dal Santo

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Florianópolis, 24/02/2010.

RESUMO

O Projeto Destinos Indutores é uma proposta do MTur - Ministério do Turismo para estruturar 65 destinos indutores com qualidade turística internacional. Deste projeto reservou-se 10 destinos para atender a estruturação de segmentos turísticos. Entre esses está o TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar que deve ser organizado e estruturado por quatro municípios de Santa Catarina, entre eles Rancho Queimado. O TRAF é um segmento turístico realizado no espaço rural, que busca por meio da aproximação entre turistas e agricultores familiares, a valorização do patrimônio cultural e do meio ambiente local. Certamente a organização, planejamento e a presença do GTTuR – Grupo Técnico de Turismo Rural e da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, foram fatores determinantes na escolha de Santa Catarina como referência do TRAF no Brasil. O diálogo sobre esse segmento está voltado a entender como o TRAF pode ser utilizado como ferramenta de estímulo a participação popular no planejamento e organização do turismo municipal. Para isso, se utilizou as ideias de desenvolvimento socioespacial e autonomia para auxiliar a compreensão das dinâmicas sociais ocorridas no município de Rancho Queimado. Por conta disso, essa pesquisa busca analisar a contribuição do Projeto Destinos Indutores para a participação comunitária no planejamento e organização do turismo rural na agricultura familiar de Rancho Queimado (SC). Através desses objetivos pretende-se entender: como o Projeto Destinos Indutores pode incentivar a participação comunitária na organização do turismo rural na agricultura familiar em Rancho Queimado? Essa pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem do problema como qualitativa e de cunho exploratório. O método de procedimento é o estudo de caso.

Palavras-chave: Projeto Destinos Indutores. Turismo Rural na Agricultura Familiar. Desenvolvimento Socioespacial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização de Rancho Queimado	14
Figura 02 – Foto rua coberta	40
Figura 03 – Distribuição espacial da segmentação turística de Rancho Queimado, segundo seus equipamentos turísticos	47
Figura 04 – Distribuição dos empreendimentos turísticos do espaço rural de Santa Catarina segundo as mesorregiões geográficas	57
Figura 05 – Colheitadeira de milho	79
Figura 06 – Agricultores colhendo milho	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Categorias de turismo realizado no espaço rural e suas características	45
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Receita da Prefeitura Municipal de Rancho Queimado em 2003	19
Tabela 02 – Despesas gerais do executivo e legislativo de Rancho Queimado em 2003	21

SUMÁRIO

RESUMO	4
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL E ECONÔMICA DE RANCHO QUEIMADO	13
1.1 Localização	13
1.2 Apresentação dos aspectos histórico-culturais de Rancho Queimado	16
1.2.1 Traços culturais	18
1.3 Abordagem socioeconômica com reflexos no turismo	19
CAPÍTULO II - MARCOS CONCEITUAIS DO TURISMO	22
2.1 Aspectos históricos do turismo	22
2.2 Aspectos conceituais do turismo	25
2.3 Planejamento turístico	27
2.4 Políticas públicas de turismo	30
2.4.1 Políticas públicas do turismo catarinense	35
2.4.2 Plano nacional de turismo	35
2.4.3 Macro-Programa de Regionalização do Turismo	37
2.4.3.1 Projeto Destinos Indutores	38
CAPÍTULO III – AS INFLUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TRAF – TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	42
3.1 Evolução conceitual: do turismo rural ao TRAF	42
3.2 O turismo rural no continente europeu	49
3.3 Turismo rural na agricultura familiar catarinense: relação entre dificuldades e ações de desenvolvimento	53
3.3.1 Dificuldades enfrentadas pelo TRAF catarinense	58
3.3.2 Caracterização do Grupo Técnico de Turismo Rural - GTTuR	58
3.4 Aspectos legais: cenário e influência nas atividades do turismo rural na agricultura familiar de Santa Catarina	60
3.5 Lei TRAF/SC: origem e desafios	67
CAPÍTULO IV – CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DE RANCHO QUEIMADO	72
4.1 Projeto LACHARES: estímulo a autonomia do território turístico Rancho Queimadense	72
4.2 Contribuições da ideia de autonomia para aproximação dos atores sociais envolvidos com o turismo rural	75
4.2.1 Autonomia: o fim dos dirigentes e dirigidos	77
4.3 Recentes participações do turismo rural na formação social de Rancho Queimado	78
4.4 Ações de desenvolvimento socioespacial em Rancho Queimado	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	95
APÊNDICE A – Formulário aplicado junto à comunidade e poder público de Rancho Queimado	95
ANEXOS	99
ANEXO A – Lei TRAF/SC - 14.361/08	99
ANEXO B – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Rural em Santa Catarina	102

INTRODUÇÃO

A elaboração de uma pesquisa sobre turismo é desafiadora, pois está em jogo sua pertinência perante o conjunto de pesquisas das ciências sociais. O desafio é colocado uma vez que o turismo não é considerado ciência e, ao mesmo tempo, configura-se como uma das ferramentas de reprodução do capitalismo.

Este estudo reconhece o que foi dito acima. No entanto, é apresentado um segmento turístico que está voltado a exercer sua prática no contra fluxo da reprodução do capitalismo e de suas manifestações perversas (agronegócio, revolução verde) sobre a agricultura familiar. Trata-se do TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar que busca na prática a valorização do agricultor familiar e de suas manifestações culturais.

É comum nas ciências sociais a associação do termo desenvolvimento às noções de crescimento e modernização. A expressão desenvolvimento econômico teve seu apogeu na década de 1960, com as teorias da modernização e do crescimento, que ditavam o desenvolvimento como a consequência do crescimento econômico, priorizando dessa maneira a concentração da renda.

Para Souza, “crescimento e modernização, se não forem acompanhados por distribuição da riqueza socialmente produzida não devem, por conseguinte, valer como indicadores de desenvolvimento em sentido estrito” (SOUZA, 1996, p.07).

O que precisa ser deixado claro é que nem em teoria, nem na prática houve, até o momento, política econômica ou planejamento que excluísse por completo a ideia e/ou as consequências da noção de crescimento.

Emergiram na década de 1960 as preocupações pela interação entre desenvolvimento e meio ambiente, a ponto de se discutir como e por quanto tempo os recursos e ambientes formam um conjunto duradouro de utilização.

Sobre a evolução epistemológica de desenvolvimento socioespacial, Souza (1996) aborda na sua obra “Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual” o conceito de desenvolvimento social, que relaciona desenvolvimento a autonomia.

Em “Mudar a cidade: uma introdução à crítica do planejamento e Gestão Urbanos” (2002), o autor aprofunda os estudos sobre o desenvolvimento socioespacial agora associando a participação social as noções de justiça social, melhoria da qualidade de vida e autonomia.

A ideia de autonomia de Souza parte da perspectiva de que desenvolvimento deve ser um conceito definido por cada grupo social de acordo com as “próprias necessidades e de

conformidade com as suas características culturais” (Souza, 1996, p.10). As diversificadas dimensões estão para o conceito de desenvolvimento assim como as diversas realidades estão postas para o campo social. Diante disso, a revisão temática desse estudo está voltada as vertentes da autonomia e desenvolvimento socioespacial.

Dessa forma, a ideia de autonomia e desenvolvimento socioespacial auxiliou a compreender as dinâmicas sociais ocorridas no município de Rancho Queimado.

Nesta introdução é importante colocar os motivos que levaram à escolha de Rancho Queimado como objeto de estudo desta pesquisa. O primeiro motivo diz respeito a esse município ter sido selecionado pelo Ministério do Turismo através do Projeto Destinos Indutores, como destino referência para sistematizar e apresentar (aos demais destinos TRAF do Brasil) as estratégias de organização e desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF. O Projeto Destinos Indutores é uma proposta para estruturar 65 destinos indutores para obterem qualidade turística internacional. Essa condição foi prevista quando se determinou a escolha de 65 destinos indutores, dos quais 55 seriam pólos turísticos. Os outros 10 destinos foram escolhidos para atender às características da segmentação turística. O turismo rural na agricultura familiar está pautado entre esses 10 segmentos.

Outro motivo volta-se à proximidade de Rancho Queimado e Florianópolis, o que permitiu a realização assídua das observações de campo. Por fim, a realização do Projeto LACHARES que tornou o município uma referência regional em planejamento comunitário. Idealizado pelo Pastor Silvino da IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, este projeto buscou desenvolver participativamente ações sociais que refletiriam no futuro da comunidade local. Entre essas ações incluiu-se a inserção do turismo rural como uma das alternativas de desenvolvimento do município.

Por conta disso, esta pesquisa busca analisar a contribuição do Projeto Destinos Indutores para a participação comunitária no planejamento e organização do turismo rural na agricultura familiar de Rancho Queimado (SC). A partir desse objetivo geral se pretendeu: 1) conhecer os significados de turismo rural e do turismo rural na agricultura familiar para os atores sociais de Rancho Queimado; 2) compreender as formas de interatividade entre a população local e a gestão turística municipal; 3) analisar o surgimento do turismo e seus desdobramentos nos últimos vinte anos em Rancho Queimado; 4) refletir sobre as formas de elaboração do planejamento participativo e turístico de Rancho Queimado e; 5) descrever o cenário legislativo que influencia as atividades TRAF em Santa Catarina.

Através desses objetivos pretende-se entender: como o Projeto Destinos Indutores pode incentivar a participação comunitária na organização do turismo rural na agricultura familiar em Rancho Queimado.

Localizado a 60 Km de Florianópolis, lugar de grupos indígenas, colonizado por alemães, rota dos tropeiros, Rancho Queimado tem sua economia baseada nos alicerces da agricultura familiar. Nas últimas três décadas, o município vem sendo testado por alternância de modos econômicos locais, destacando-se a agricultura, turismo e negócios imobiliários. Devido a sua proximidade com a capital catarinense, Rancho Queimado encontra-se em um cenário de tranquilidade, harmonia e beleza, que demandam atenções de pessoas atraídas pelo local.

Esse cenário, denominado como o novo rural, destaca a multifuncionalidade do campo e a pluriatividade do produtor rural.

Diante dos citados modos econômicos locais, esse estudo remete a relação do turismo rural na agricultura familiar com a agricultura e os negócios imobiliários, ao mesmo tempo para compreender as influências desse segmento turístico no planejamento e desenvolvimento do Município.

O turismo rural na agricultura familiar é uma das estratégias a ser utilizada como alternativa para fortalecimento da auto-estima do agricultor familiar e dinamização dos meios de geração de trabalho e renda do meio rural, valorizando e preservando, dessa forma, o patrimônio cultural e natural da localidade.

Esta atividade tem sua expansão baseada nas modificações de comportamento do agricultor familiar e do turista, que desejam aproximar suas experiências.

O rural deixa de ser o lócus específico das atividades agrícolas, e as variadas formas de complementação de renda e ocupação em atividades não-agrícolas permite que a renda de muitas famílias que residem no meio rural se estabilizem, ao longo do ano e que os filhos não precisem mais deixar o meio rural para achar emprego (OCDE, 1996).

Esta pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem do problema como qualitativa e de cunho exploratório, quanto aos objetivos. Gil entende que (1991, p.45) “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”.

O método de procedimento é o estudo de caso que permite o conhecimento em profundidade nos processos e relações sociais (DENCKER, 2000).

A área de estudo dessa pesquisa é correspondente ao município de Rancho Queimado, já o objeto de estudo refere-se à contribuição do Projeto Destinos Indutores para a

participação comunitária no planejamento e organização do turismo rural na agricultura familiar de Rancho Queimado (SC).

As estratégias de coleta de dados envolveram: levantamento bibliográfico sobre os aspectos sociais, culturais e econômicos de Rancho Queimado; levantamento bibliográfico sobre o turismo rural; entrevistas com a comunidade que atenderam as seguintes categorias: população local e poder público municipal.

A pesquisa de campo foi realizada com 42 munícipes nos dias 19/12/08, 31/01/09 e 28/04/09. No dia 24/06/09 foram realizadas as entrevistas com os gestores públicos (Chefe de Gabinete e Secretário de Turismo) de Rancho Queimado.

Foram aplicadas 42 enquetes elaboradas com perguntas semi-estruturadas. Essas pesquisas foram realizadas durante os períodos matutino e vespertino dos dias citados acima, nas comunidades: Sede (Centro), Rio Charfe, Rio Bonito, Rio dos Quatis, Rio Pequeno, Pinheral, Morro Chato, Invernadinha e em Taquaras (Distrito).

Em relação à aplicação das enquetes, alguns moradores se recusaram a participar da pesquisa ao alegarem que suas respostas não atenderiam as perspectivas da pesquisa, pois não achavam ter conhecimento suficiente para responder os questionamentos que seriam feitos. Outros recusaram responder alegando um excessivo número de pesquisas das ciências humanas já realizadas no município.

Dessa forma, foi destacado durante as entrevistas que esta pesquisa possui o objetivo de analisar a contribuição do Projeto Destinos Indutores para a participação comunitária no planejamento e organização do turismo rural na agricultura familiar de Rancho Queimado (SC). compreender a realidade do turismo rural na agricultura familiar do município.

Essa pesquisa é composta por quatro capítulos, que buscam relacionar as ideias de autonomia e desenvolvimento socioespacial a prática do TRAF.

O primeiro capítulo apresenta o município, localização e suas relações econômicas com as regiões do planalto e litoral catarinense. Além disso, trata sobre os aspectos histórico-culturais: a ocupação e as formas de colonização de suas terras. Disponibilizam-se as fontes de receitas e despesas do município e as relaciona com os investimentos no turismo municipal.

No segundo capítulo são apresentados os marcos conceituais do turismo com breve histórico e discussão conceitual; políticas públicas do turismo brasileiro e; a situação de Rancho Queimado no andamento do Projeto Destinos Indutores.

No terceiro capítulo serão abordadas as influências do campo legal no desenvolvimento das atividades TRAF. Trata-se da evolução conceitual do turismo realizado no espaço rural e as dificuldades do TRAF catarinense.

Envolvido por um cenário otimista, o TRAF catarinense é avaliado pela sua qualidade e organização, tornando-se segmento turístico de referência nacional, devido aos movimentos e articulações das diversas instituições comprometidas com o desenvolvimento desse segmento em Santa Catarina.

Para isso o Estado conta com o GTTuR (Grupo Temático de Turismo Rural), vinculado ao Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola (CEPA) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), que é composto por instituições governamentais e não governamentais das esferas pública e privada em âmbito federal e estadual, além de instituições de ensino superior, para através do processo participativo eleger as estratégias de desenvolvimento do turismo rural catarinense.

Esse grupo foi responsável pela elaboração da Lei Estadual 14.361 que estabelece apoio a política estadual de turismo rural na agricultura familiar. Entre as conquistas dessa lei, encontra-se no art. 5º a disposição que as atividades TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar) receberão o mesmo tratamento fiscal e tributário das atividades agropecuárias. Por esse artigo ser polêmico e importante, o GTTuR tem a compreensão de estender essa discussão às demais instituições interessadas e envolvidas (Ministério Público, Vigilância Sanitária, Assembléia Legislativa, entre outras) com o tema.

Por fim no quarto capítulo serão analisadas as contribuições do turismo rural para o desenvolvimento socioespacial de Rancho Queimado. Nesta seção será abordada a relação do TRAF com a perspectiva autonomista e do desenvolvimento socioespacial, além de apresentar as ações de desenvolvimento socioespacial do município.

CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL E ECONÔMICA DE RANCHO QUEIMADO

Neste capítulo serão apresentadas as informações que contextualizam o universo desta pesquisa. O primeiro momento será dedicado a localização de Rancho Queimado e sua importância para as relações comerciais entre as economias local e regional do estado catarinense. Em seguida, apresentar-se-á os aspectos histórico-culturais para a compreensão das características dos grupos sociais que contribuíram com a construção social de Rancho Queimado. Serão tratados alguns aspectos sócio-econômicos locais e seus reflexos no planejamento e organização do turismo municipal.

1.1) Localização

De acordo com o demonstrado na figura 01, Rancho Queimado está localizado na região Sul do Brasil no estado de Santa Catarina a 60 km de Florianópolis junto às Encostas da Serra Geral¹.

Ocupando uma área de 240 Km², faz divisa com os municípios de Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Angelina, Leoberto Leal, Alfredo Wagner e Anitápolis.

Em 2000, segundo levantamento do IBGE e Secretaria de Estado de Planejamento, Rancho Queimado possuía 2.637 habitantes, dos quais 1.534 residiam na área rural e 1.103 na área urbana.

¹ A área do município se encontra na transição entre as Serras do Tabuleiro e os patamares da Serra Geral. As Serras do Tabuleiro são caracterizadas por intensa dissecação do relevo com vale profundo e encostas íngremes bem marcadas na paisagem. A oeste do município se apresenta a transição para os patamares da Serra Geral que representam testemunhas do recuo da linha de escarpa conhecida como Serra Geral, a qual se desenvolveu nas seqüências vulcânicas e sedimentares de cobertura da bacia sedimentar do Paraná (SANTA CATARINA, 1986, p.32).

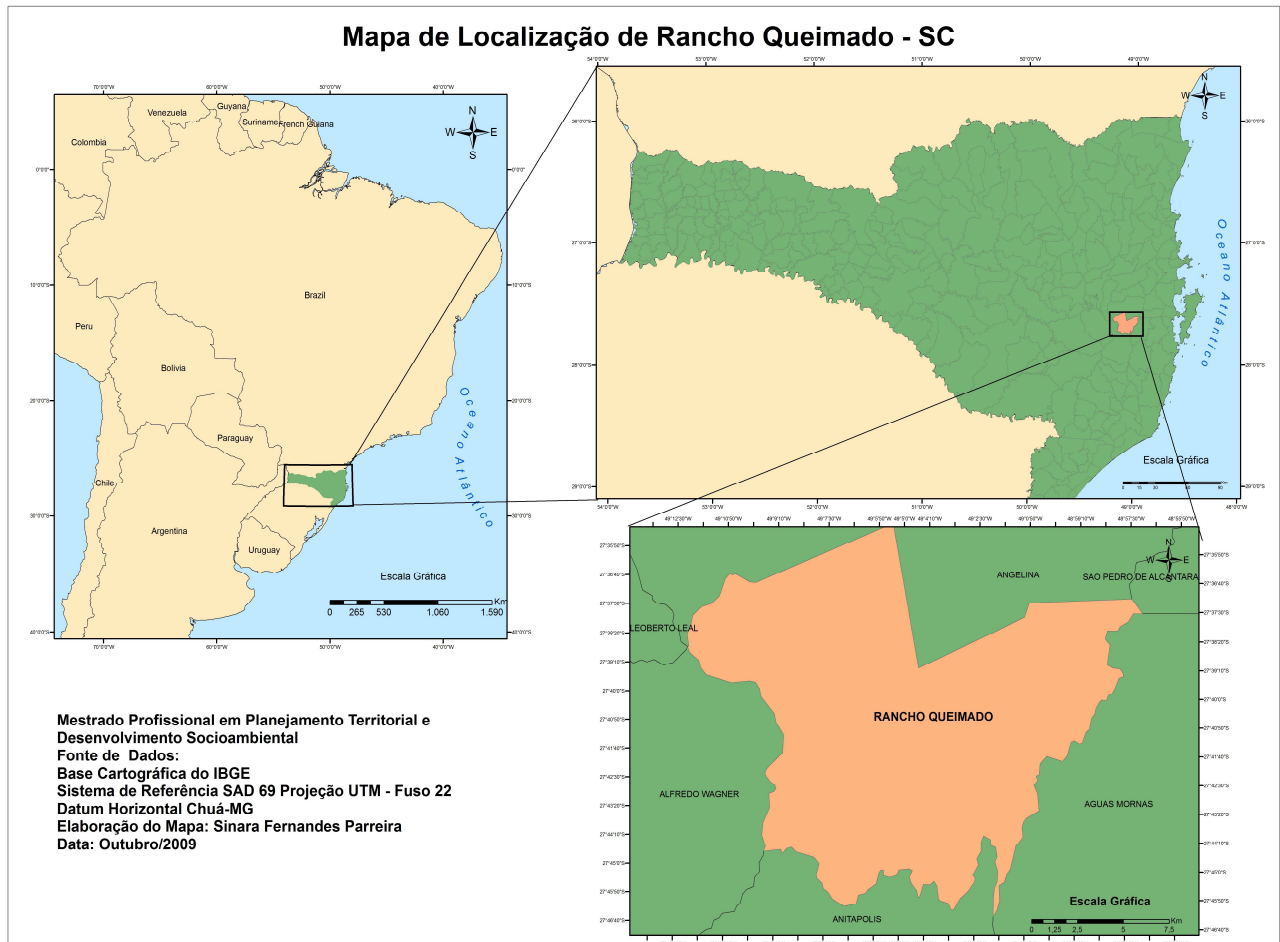


FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DE RANCHO QUEIMADO

Fonte: Idealização: do autor, 2009.
 Elaboração técnica: Sinara Fernandes, 2009.

Passa pelo município a BR-282: rota de ligação entre o litoral e planalto catarinense. A partir dessa ligação são viabilizadas as trocas comerciais entre os produtores locais e municípios dessas regiões.

Além disso, o turismo local também é beneficiado por esta ligação, pois muitos turistas, principalmente de Florianópolis, que se dirigem ao planalto visitam o município. É o que se chama desvio de demanda: o turista possui um destino turístico – alvo, mas usufrui dos atrativos turísticos encontrados durante o percurso entre o núcleo emissor e receptor.

Outros, cujo destino final é Rancho Queimado, se dirigem no inverno (alta temporada) ao município para usufruírem da gastronomia e paisagem local. Segundo os entrevistados, o tempo de permanência deste público varia entre duas a quatro horas ou dois dias durante os finais de semana.

A economia local é beneficiada com a venda de produtos agropecuários (leite, hortaliças, morango). Rancho Queimado é um dos principais abastecedores de produtos

agrícolas do CEASA - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina. Em 2003 o município respondeu por 33%, 12%, 10%, respectivamente, do total de morangos, tomates e repolhos comercializados na instituição.

Destaca-se a produção de morango no município. A produção dessa fruta foi introduzida no início da década 1990 como alternativa as monoculturas locais de fumo, milho e batata.

A introdução da cultura do morango resultou de um movimento do Pastor Silvinio junto a alguns sitiantes² de Taquaras que perceberam no relevo e no clima do município a oportunidade de incentivar os agricultores locais a cultivarem frutas de clima temperado, entre elas o morango e a ameixa. O destaque na produção de morango fez emergir atitudes que levaram a realização da Festa do Morango voltada à oferta de morango e seus derivados (geléias, musses etc) a ponto de torná-la a Capital Catarinense do Morango pela aprovação da Lei estadual 11.954, de 25 de outubro de 2001.

Durante as entrevistas com a população local foi possível observar que com o passar dos anos a produção de morango passou de uma atividade associada (os produtores de morango estavam organizados através de uma associação) a uma posição individualista. O associativismo local passou a se enfraquecer quando alguns produtores de morango passaram a saturar o mercado com a oferta do produto a preços mais baixos que aqueles ofertados pela associação. Foi então que os agricultores resolveram vender toda a sua produção individualmente ao CEASA.

Por conta disso, exceção ao período de realização da Festa do Morango, os visitantes não encontram o produto e seus derivados (geléias, cucas) em Rancho Queimado.

Essa situação provocou o distanciamento identitário dos moradores locais pelo morango, pois os idealizadores dessa produção apostavam que o produto faria parte da marca coletiva³ do município.

² Os gestores públicos locais reconhecem duas categorias de usuários da segunda residência em Rancho Queimado: os sitiantes – que possuem sítio no local e; os condôminos - que possuem propriedades em condomínios coletivos.

³ As marcas coletivas oferecem uma chance para os micro-territórios continuarem a existir e tentar se desenvolver, sobretudo quando se superam e passam a operar consciente e coordenadamente em favor da construção social desses territórios (Pecqueur apud Carrière & Cazella 2006).

1.2) Apresentação dos aspectos histórico-culturais de Rancho Queimado

A formação étnico-cultural de Rancho Queimado vem se configurando ao longo dos tempos a partir das manifestações sócio-culturais expressadas por grupos indígenas, tropeiros e colonizadores alemães.

Até o século XVIII os índios Xokleng, Botocudos⁴, Bugres ou Kaingang (JOICHEM, 1997) utilizavam deste lugar para manutenção de seus costumes voltados a caça, danças e rituais de cura.

Conhecidos através da literatura etnológica como pessoas arredias, agressivas, de considerável resistência sócio-cultural, os botocudos pervagavam por toda a região desde o litoral até o planalto: Caldas do Cubatão, Rio dos Bugres, Taquaras, Teresópolis, Capivari, Rio Fortuna e Bom Retiro já no Planalto Catarinense. Conservando ferrenhamente seus padrões culturais e organização social, mantinham contato destrutivo com as tribos ditas civilizadas (JOICHEM, 1997, p. 175).

Os índios dessa região ganharam destaque na história quando tiveram que iniciar a luta contra a ocupação e povoamento de suas terras. A presença dos tropeiros e depois dos colonos alemães despertou nos índios o princípio de sobrevivência no espaço em que viviam.

Por habitarem uma região rica em recursos naturais e de ligação entre o litoral e o planalto catarinense, os índios passaram a perceber os novos moradores (colonos, tropeiros e o Estado) como ameaça, quando se sentiram encurralados pelas frentes progressivas de ocupação de seu espaço.

Os índios então se rebelaram contra essa invasão e passaram a atacar os novos moradores daquele lugar. Isso levou o Estado a tomar atitudes preventivas, a ponto de instituir programas militares com estratégias de intimidação e extermínio desse grupo. Essas estratégias foram utilizadas pelo Estado para alcançar a aproximação política, social e econômica entre o litoral e planalto catarinense (MACHADO, 1998).

Os tropeiros foram os personagens desta aproximação que além dos confrontos com os índios, tinham pela frente os desafios de abrir os caminhos (picadas) entre a mata fechada, relevo acentuado e lama.

Os tropeiros necessitavam facilitar o transporte das tropas de gado e produtos entre o planalto serrano e o litoral. Foi justamente para facilitar este transporte que Alferes Antonio

⁴ A denominação “botocudo” deve-se ao fato de os índios adultos, do sexo masculino, usarem no lábio inferior um enfeite – tembetá. O “botoque” era usado no lábio inferior ou atravessando o septo nasal ou, ainda, o lóbulo da orelha (JOICHEM, 1997, p.174).

da Costa abriu, em 1787, uma estrada que encurtava o caminho entre o Planalto Serrano e o Litoral do Estado, chamada de “Picada dos Alferes”, que deu frente a construção da BR- 282.

São duas as versões que justificam a origem do nome deste município. A primeira remete ao incêndio de um rancho que servia de apoio e pernoite aos tropeiros e viajantes. A partir de então, ficou conhecida como rancho queimado a referência de um acontecimento nas imediações. Outros contam que tropeiros aprisionaram índios em um rancho e depois o incendiaram.

Wuerges um estudioso das transformações sociais do município retrata em suas pesquisas que “a história de Rancho Queimado faz parte do contexto da colonização das Encostas da Serra Geral, planejada pelo governo do estado com a finalidade de garantir a re-ocupação de um território (indígena), e está intimamente ligada ao Litoral e ao Planalto” (Wuerges, 2005, p.47).

No ano de 1842 se iniciou o processo de colonização destas encostas pelos imigrantes vindos da Europa, que começaram a exploração econômica das terras dessa região.

O município de Rancho Queimado teve suas origens ligadas à entrada da colonização alemã do Sudeste de Santa Catarina, representando importante ponto econômico entre o litoral e o velho caminho de Lages. Dados do relatório anual do Instituto Educativo Santa Isabel apontam esta origem vinculada ao desenvolvimento das colônias de Santa Isabel e Theresópolis que deram origem respectivamente aos municípios de Rancho Queimado e São Bonifácio (MACHADO,1998).

A constituição da colônia de Santa Isabel, que é hoje parte do município de Rancho Queimado, ocorreu devido à procura de terras e melhores condições econômicas por parte dos colonos oriundos de São Pedro de Alcântara que, a partir de 1845, encontraram na confluência dos rios dos Bugres e Cubatão o canteiro propício ao estabelecimento dos imigrantes evangélicos.

Machado (1998, p.44) esclarece sobre a colonização de Rancho Queimado ao informar que

Em 1847 chegaram 256 imigrantes de Hinsbruck (Alemanha), católicos em sua maioria e quase todos profissionais ferreiros. Estes primeiros moradores locais, além das dificuldades de fixação pelas constantes ameaças de índios, animais selvagens e peçonhentos, sentiam as conseqüências de suas formações religiosas, com provocações de moradores tanto da igreja católica quanto da evangélica, trazidas provavelmente do sentimento pátrio, já que naquela época eram conhecidos os posicionamentos religiosos dominantes na Europa, além da influência das guerras napoleônicas que os motivaram a buscar terras livres para prática de uma agricultura que os permitissem viver com maior segurança e tranqüilidade.

Até 08 de novembro de 1962, Rancho Queimado pertencia ao município de São José (SC), quando se emancipou.

1.2.1) Traços culturais

Durante a pesquisa de campo percebeu-se o incômodo dos atuais moradores assumir que Rancho Queimado teve o índio como seu primeiro habitante. Isso se reforça quando os gestores turísticos destacam a colonização alemã como protagonista da história local, omitindo a participação indígena no contexto histórico de Rancho Queimado.

Na verdade, essa desvalorização da cultura indígena ocorre em diversos lugares do Brasil, porque a população relaciona os índios a épocas de colonização e dificuldades do “desenvolvimento” do País.

Desta forma, não se encontram valorizados os traços da cultura indígena no município, justamente pela postura das políticas públicas e comportamento social da localidade optar pela evidência da colonização alemã.

Já as características tropeiras podem ser encontradas com mais facilidade pelas atividades que as ligam à tradição gaúcha tais como, bailes gaúchos realizado no Centro de Tradições Gaúchas Laço Velho da Saudade, artesanato de facas, Festa do Tropeiro, Rodeio Crioulo, além da construção de um monumento no Distrito de Taquaras em homenagem ao tropeiro.

Destacam-se ainda os produtos coloniais, que evidenciam o saber-fazer local advindo da colonização alemã: produção de mel, queijo ricota e derivados do morango (geléias, musses e licores, além de compotas de frutas), ervas medicinais, além dos trabalhos realizados com a palha de milho, madeira, tecidos e móveis rústicos.

A presença de grupos folclóricos também colabora com a manutenção da cultura alemã.

O Grupo Folclórico Sonnenchein (Raio de Sol) possui o objetivo de contribuir com a permanência da cultura alemã e criar alternativas de lazer aos moradores e turistas. Já o Grupo Folclórico Blumental partiu de um movimento de resgate cultural existente no Distrito de Taquaras em Rancho Queimado que iniciou com a festa do morango. Este movimento busca principalmente envolver os jovens em uma atividade que os mantenham no município, evitando o êxodo rural.

Eventos como a Festa do Morango, Noite da Luz, BlumenTanz Fest, Bailes e Festas Religiosas, também fazem parte do calendário cultural de Rancho Queimado.

A gastronomia é regada por pratos típicos coloniais que são oferecidos aos visitantes na Churrascaria Jane, Galpão Tropeiro, Meriu's Country Bar, Churrascaria do Aldo e Café Colonial Kaffehaus.

Além disso, compõe o complexo cultural de Rancho Queimado a casa de campo do ex-governador do estado de Santa Catarina, Sr Hercílio Pedro da Luz, localizada no Distrito de Taquaras. A edificação, do início do século XX, apresenta arquitetura em tijolo aparente, telha plana e cobertura em duas águas, característica cultural do imigrante alemão, predominante na região.

Em 1911 o então governador de Santa Catarina Hercílio Pedro da Luz, adquiriu a edificação para utilizá-la como residência de lazer e repouso, em função do clima e altitude amenos na região. Essa é uma versão romântica sobre a presença de Hercílio Luz em Taquaras – Rancho Queimado.

Outra versão informa que o Distrito de Taquaras era passagem de tributação das tropas, o que atraía a atenção do Governador, para observar se os tributos estavam sendo corretamente cobrados. Hercílio Luz foi o governador mais atuante do início do século XX para transformar a rota dos tropeiros em estrada de rodagem (BR-282).

1.3) Abordagem socioeconômica com reflexos no turismo municipal

Neste item serão apresentadas as fontes de receita e despesas do município com o objetivo de analisar os investimentos no turismo municipal. Além de comentar a representação dos condomínios rurais no mercado imobiliário do município.

TABELA 01 - RECEITA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM 2003

Fonte de recursos	Valor em R\$	%
Receitas tributárias	136.151,91	4,5
Contribuições sociais (previdência)	171.761,96	5,6
Remuneração depósitos bancários	144.640,34	4,7
Receita de serviços	38.109,88	1,2
Transferências da União	1.684.084,95	55,6
Transferências do Estado	663.077,88	21,8
Transferência do FUNDEF	65.829,03	2,2
Transferência de instituições privadas	7.000,00	0,2
Transferência de convênios	24.943,82	0,8
Outras receitas	46.428,67	1,5
Receitas de capital	51.100,00	1,7
Total	3.033.128,44	100,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Rancho Queimado, 2003.

Observa-se que as maiores arrecadações são provenientes de transferências da União e do Estado. Essa é uma característica comum de pequenos municípios que dependem mais da metade de suas receitas de transferências obrigatórias das esferas públicas superiores.

É importante destacar que a partir do ano de 2009 foi incluído na fonte de recursos – receitas tributárias a arrecadação de IPTU dos condomínios e sítios do município. Essas propriedades pagavam impostos sobre o ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural⁵.

A referida arrecadação se deu por meio da Lei (municipal) Complementar 002/2004 que altera dispositivos da lei complementar nº 001/1999, que instituiu o código tributário municipal, e dá outras providências.

Consta na Lei Complementar 002/2004 as seguintes considerações e conceituações para entendimento de sua aplicação:

Art. 1º - O art. 148, caput, da Lei Complementar nº 001/1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O imposto sobre a propriedade predial territorial urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, e também os situados fora desta, desde que sejam utilizados como sítios de recreios, ou cuja eventual produção não se destine à comercialização.”

Art. 2º - O parágrafo 3º, do art. 148, da Lei Complementar nº 001/1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Entende-se como sítio de recreio, para os efeitos desta Lei, as áreas que fazem parte dos denominados condomínios rurais, bem como os imóveis localizados fora da zona urbana, mas que sejam técnica e economicamente inviáveis para produção agrícola, pecuária e de extração vegetal.”

Dessa forma, os condomínios rurais, mesmos os que estão na área rural do município, passaram a ser tributáveis com IPTU, por não mais exercerem atividades produtivas na agropecuária. No entanto, os proprietários ainda continuam contribuindo com ITR, pois consideram essa tributação de baixo impacto financeiro.

A construção dos condomínios rurais é o principal segmento de investimento da construção civil de Rancho Queimado. Um movimento que teve seu primeiro condomínio em 1995 que conta atualmente com 22 destas estruturas coletivas devidamente registradas na prefeitura do município.

Em 2008 foram recenseados em Rancho Queimado 1.014 residências. Destes, 202 domicílios possuíam a situação de não ocupado/uso ocasional, 46 localizados na área urbana e 156 na área rural. É possível dizer que os 156 domicílios citados pertencem ao grupo de 22 condomínios rurais, que configuram os usuários da segunda residência em Rancho Queimado.

⁵ É um tributo cobrado pela União que visa cobrar certo valor daqueles que se beneficiam de uma propriedade localizada em via territorial não-urbana.

Em 1995, segundo o CREA/SC, Rancho Queimado possuía 382.28 m² de área a ser construída. Em 2007 este número passou para 8.643,68 m². Os condomínios rurais são as principais construções imobiliárias que contribuíram em 2007 com o acréscimo de 2.261% da área construída de Rancho Queimado.

TABELA 02 - DESPESAS GERAIS DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO DE RANCHO QUEIMADO EM 2003

Órgão ou Secretaria	Valor em R\$	%
Ação Social	29.150,38	1,0
Câmara de Vereadores	77.034,54	2,7
Gabinete do Prefeito	144.853,08	5,1
Administração e Finanças	484.276,59	16,9
Administração Distrital	14.674,89	0,5
Educação, Cultura e Desporto	612.638,37	21,5
Saúde	613.036,17	21,6
Agricultura e Pecuária	129.952,64	4,6
Turismo	26.866,39	0,9
Transportes e Obras	641.061,37	22,4
Encargos Sociais	60.153,05	2,1
Previdência dos Servidores Públicos	18.608,10	0,7
Total	2.852.305,57	100,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Rancho Queimado.

Observando as duas tabelas se percebe que em 2003, apenas 0,9% se destinou ao turismo. Gastos com o Gabinete do Prefeito foram quatro vezes maiores do que com a pasta de turismo. Isso é um alerta a ser analisado, pois em 2007 o município foi eleito pelo Ministério do Turismo como destino referência do turismo rural na agricultura familiar do Brasil, o que já levou o Governo Federal repassar até o ano de 2009 R\$ 500.000,00 em recursos a serem investidos na infra-estrutura básica e turística do município.

Dessa forma, a base de investimentos em Rancho Queimado está sendo estruturada para que nas próximas gestões municipais o turismo possa ter maior participação nas despesas municipais.

Por fim, é preciso registrar a presença da indústria de bebidas Leonardo Sell, fundada em 1905 para produzir cerveja, gasosa, e licores e que desde 1949 é fabricante do guaraná Pureza.

CAPÍTULO II – MARCOS CONCEITUAIS DO TURISMO

Geralmente em pesquisas e estudos sobre o turismo incluem-se os aspectos históricos e conceituais sobre esse tema. Essa pesquisa seria isenta dessa discussão se não fosse percebido a necessidade de estabelecer marcos conceituais do turismo que irão auxiliar no entendimento sobre a interferência das políticas públicas e planejamento do turismo sobre os diversos segmentos turísticos, entre eles o turismo rural na agricultura familiar.

Por conta disso, neste capítulo são apresentadas as políticas públicas de turismo das esferas públicas federal e estadual, para situar a atuação do Projeto Destinos Indutores em Santa Catarina e seus reflexos em Rancho Queimado.

2.1) Aspectos históricos do turismo

O turismo é uma atividade socioeconômica voltada a minimizar o esgotamento físico e mental dos turistas que desejam combatê-lo por meio de atividades voltadas a qualidade de vida.

Nesse contexto, o turismo passa de uma atividade meramente ligada ao lazer, para um estágio de fortalecimento do equilíbrio psicoespiritual que atende a diluição das patologias somatizadas pela carga diária das atividades obrigacionais.

Se observada a história do turismo, percebe-se que essa atividade acompanha a evolução da humanidade.

O início do turismo se deu quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos.

A partir de então se iniciam as viagens como um processo vinculado principalmente ao deslocamento que conseqüentemente chamou o homem a descobrir outros ambientes e principalmente a si mesmo.

Então as viagens marcaram o encontro entre os povos greco-romanos, sabendo que na Grécia antiga as primeiras viagens organizadas surgiram com o advento dos jogos olímpicos.

Os gregos davam muita atenção às estradas que levavam aos lugares sagrados, principalmente aos dos grandes festivais. O mais antigo e importante dos quatro grandes eventos eram os Jogos Olímpicos, que aconteciam a cada quatro anos em homenagem a Zeus, em Olímpia. Para esses locais faziam vias largas, adequadas ao tráfego de veículos. Com isso, construíram uma razoável rede de vias que davam

acesso aos lugares mais procurados pelos viajantes. Os Jogos Olímpicos, herança da Grécia antiga, atravessaram o tempo, perderam seu caráter mítico e hoje constituem um dos grandes baluartes do turismo mundial (BARBOSA, 2002, p.18).

Um aspecto importante a se destacar nas viagens pela Grécia consistia no perigo que envolvia os deslocamentos.

As viagens pelo mar, nessa época, também tinham seus riscos para aqueles que fizeram essa opção, pois poderiam sofrer ataques de piratas ou de inimigos, se fosse um período de guerra. Nas estradas poderiam surgir emboscadas, dificultando a proteção dos viajantes (BARBOSA, 2002, p.18).

Os romanos também possuíram grande participação na evolução do turismo. Durante o império romano as viagens eram estimuladas por um grandioso sistema de rodovias administrado pelo Estado e protegido pelo exército. Há registros que nesse mesmo império, surgiram às primeiras viagens de lazer.

Os nobres romanos viajavam longas distâncias exclusivamente para visitar grandes templos. Os romanos desenvolveram grande capacidade de viagens à longa distância. Chegavam a viajar cerca de 150 Km por dia através da troca periódica dos cavalos que puxavam suas carroças. Ao longo das vias de circulação eram montados postos de trocas de animais, o que permitia vencer grandes distâncias em tempos relativamente curtos. Inclusive nesses postos de trocas surgiram as primeiras hospedarias de que se tem notícia. Surgia nessa época, portanto, a hotelaria com um elemento fundamental na viabilização do turismo (IGNARRA, 1999, p.16).

Com a queda do império romano, por volta do ano 400 d.C., as viagens de prazer diminuíram, ocorreu grande declínio do comércio e as estradas foram destruídas.

A motivação de viajar reduziu-se drasticamente pela insegurança que os povos bárbaros causaram com as invasões na maior parte das terras dos romanos.

As exceções, nessa época, eram as cruzadas. Grandes expedições organizadas para visitação dos centros religiosos da Europa e para libertar Jerusalém do domínio dos árabes. Talvez tenham sido estas viagens às precursoras do turismo de grupos. Também foi nesse período que mais se desenvolveram as técnicas de acompanhamentos, origem do campismo (IGNARRA, 1999, p.17).

Assim, as viagens começaram a se tornar mais seguras e de maior proporção após o ano 1000.

Iniciou-se a aparição das grandes estradas por onde circulavam os grandes comerciantes. Observou-se também na Idade Média o início de um hábito nas famílias nobres de enviarem seus filhos para estudarem nos grandes centros culturais da Europa.

Com o fim da Idade Média e o advento do capitalismo as viagens foram se propagando.

Na nova sociedade, a grande arma passou a ser a diplomacia. Uma preocupação mais humanista começou a partir daí. As viagens a turismo passaram a ter outra conotação, foram encaradas como educativas e de interesse cultural. Viajar era um aprendizado, fator indispensável para uma boa educação (OLIVEIRA, 1998, p.23).

Em 1784, David Low inaugurou o primeiro hotel familiar da Inglaterra. Assim, no final do século XVIII e todo o séc. XIX foi marcado por uma nova motivação para o turismo: a contemplação da natureza, a apreciação das paisagens naturais e a necessidade de descanso.

O novo comportamento humano decorreu da deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos e industriais, provocando o desgaste físico e psicológico das pessoas.

No séc. XIX o turismo adquire nova roupagem. Com o desenvolvimento tecnológico, o aumento dos ganhos por parte de quem trabalhava e as facilidades que os meios de transportes da época permitiram que o turismo tomasse um extraordinário impulso e o transporte de pessoas adquiriu grande valor econômico. Em 1830, a ferrovia Liverpool – Manchester, na Inglaterra, passou a dar mais atenção aos passageiros do que às cargas. Iniciou-se a era da ferrovia como fator determinante para o desenvolvimento do turismo (OLIVEIRA, 1998, p.25).

Em 1841, Thomas Cook, organizou uma viagem de trem para 570 passageiros entre as cidades de Leicester e Loughboroug na Inglaterra. Além disso, Cook foi o fundador da primeira agência de viagens no mundo (ALTHOFF, 2003).

Uma série de outros fatores contribuíram para que o turismo continuasse a se desenvolver durante o séc. XIX tais como, o aumento da segurança, diminuição do risco de contaminação de cólera e outras doenças, a elevação do índice de alfabetização, aumento de reivindicações por mais tempo de lazer, que juntos com a melhoria dos transportes e da qualidade de vida nas cidades, transformaram o turismo num fenômeno mundial de massas (OLIVEIRA, 1998).

No séc. XX, a atividade turística apresentou-se bem mais organizada. Em 1915, o governo inglês adotou o passaporte para controlar o tráfego de turistas pelo seu espaço.

O ano de 1945 marcou o fim da Segunda Guerra Mundial e o começo da atividade turística como se conhece nos dias atuais, com as seguintes características: foco na satisfação das necessidades dos turistas (consumidores teriam maior conhecimento sobre destinos e opções de viagens e seriam mais exigentes sobre produtos e serviços); estímulo aos avanços tecnológicos, especialmente na área de telecomunicações e informática; apelo às estratégias

de marketing; segmentação do mercado com vistas à minimização dos impactos da sazonalidade e; interiorização da atividade turística.

Foi a partir desse momento que Ouriques (2003) dirige suas críticas ao turismo. Para Ouriques (2003, p. 22) “o turismo deve ser entendido a partir da apropriação capitalista dos momentos de ócio individual, transformando em um imenso aparelho coletivo de enriquecimento privado”. Para o autor essa atividade é estratégia utilizada pelo capitalismo para controlar o tempo livre dos trabalhadores.

2.2) Aspectos conceituais do turismo

Até o momento o turismo não é reconhecido pela comunidade científica como ciência. Em função disso verifica-se a presença de diversos autores que conceituam o turismo de formas diferenciadas.

A OMT (2001, p. 38) define que o turismo envolve “atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com finalidade de lazer, negócios e outras”.

Essa conceituação é vista como a mais ampla do turismo atual, pois reconhece todos os segmentos turísticos existentes, evitando a exclusão das outras atividades turísticas que são típicas de algumas regiões que também geram atratividade, emprego e renda.

Um dos fatores que contribuem com o não reconhecimento científico do turismo se remete à falta de um consenso sobre o conceito único dessa atividade.

No entanto, sabe-se que o turismo envolve muitas áreas da economia e principalmente tem suas características voltadas ao contexto regional que se diferencia nas diversas áreas do globo. Por conta disso, vê-se a necessidade de elaborar uma conceituação que compreenda a necessidade de reconhecer as características regionais do turismo.

Diz-se então que realmente importa as tendências atuais, mas deve-se unir a comunidade acadêmica para então formular um conceito que atenda esse contexto.

Para Mathieson e Wall (1990, p. 18) turismo

É o movimento temporário de pessoas para locais de destinos distintos de seus lugares de trabalho e de morada; incluindo também as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino e as facilidades para promover suas necessidades.

É importante destacar que o turismo dá-se pelo deslocamento de pessoas que se encontram em seu tempo livre e possuem intenção de retorno, que o diferenciam de outros tipos de viajantes como, por exemplo, o imigrante que viaja para mudar o local de residência permanente.

Então, não se pode negar que atualmente as viagens passam a ter uma importância cada vez maior na vida das pessoas que, além da busca pelo descanso e lazer, passam a exigir um valor cultural e econômico agregado ao produto consumido.

Portanto, pensar na atividade turística é buscar a inovação de todo e qualquer produto ou serviço oferecido, é saber valorizar a cultura e o patrimônio da sociedade e, além disso, estar envolvido na preservação dos meios naturais (ALTHOFF, 2003).

A necessidade de infraestrutura para os turistas é regulada pela oferta turística que, por sua vez, atenda a uma demanda turística.

Entende-se por oferta turística tudo aquilo que está à disposição dos turistas, sabendo que essa deve envolver itens qualitativos para proceder ao desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo. “[...] a oferta em turismo pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria prima da atividade turística, porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas” (BENI, 2006, p. 169).

A demanda turística caracteriza-se pelos consumidores da oferta turística, sendo representada pelo número de turistas que chegam a uma região, pelo número de pernoites em hotéis que utilizam e pelo número de bens e serviços que os turistas consomem.

“Teórica e genericamente, demanda turística, pode ser interpretada como a quantidade de bens e serviços turísticos que os consumidores desejam e estão dispostos a adquirir por um dado preço e um dado período de tempo” (LAGE; MILONE, 2000, p. 26).

Pode-se dizer que a partir do século XX o turismo se desenvolveu rapidamente, porém acompanhado de um pré-requisito indispensável denominado como impactos positivos e negativos da atividade turística. Esses impactos podem ser socioculturais, ambientais e econômicos.

“Os impactos socioculturais, numa atividade turística, são o resultado das relações sociais mantidas durante a estada dos visitantes, cuja intensidade e duração são afetadas por fatores espaciais e temporais restritos” (OMT, 2001, p.215).

O turismo e o meio ambiente estão inteiramente ligados e são interdependentes. Se o turismo cresce, precisa-se encontrar a melhor relação entre os dois tópicos e torná-lo mais sustentável.

“Está claro que o turismo pode ser prejudicial em todos os aspectos ambientais, em contraposição [...] que ele também pode ser uma forma positiva ao meio ambiente” (SWARBROOKE, 2000, p.12).

Os impactos econômicos do turismo interagem com a economia dos países e regiões, esses podem ser de maior ou menor intensidade, dependendo do dinamismo e diversificação da economia do país ou região em que o turismo está inserido.

É inquestionável a importância da discussão sobre os caminhos que estão levando a insustentabilidade da terra. Nunca se abordou tanto sobre esse quesito nos jornais, periódicos e revistas do mundo, passando as pessoas iniciar uma reflexão sobre suas atitudes para com o meio ambiente em que estão inseridas.

Nesse contexto o turismo pode desenvolver um de seus princípios – que é o de planejar e organizar o lugar em que está inserido; assumindo uma proposição “sustentável” frente à melhoria da qualidade do meio ambiente e contribuindo para a minimização dos efeitos negativos sentidos hoje.

No momento que os gestores passam a dar prioridade ao meio ambiente todos os componentes que fomentam o turismo (capacitação, promoção e comercialização, gestão e planejamento) passam a ser beneficiados por um público mais qualitativo e conseqüentemente mais consciente sobre a preservação do meio ambiente.

2.3) Planejamento turístico

Percebe-se a ausência de planejamento quando os resultados negativos das ações humanas sobre os ambientes naturais e culturais, pois antes do contato do homem a qualquer estrutura natural ou construída, é preciso que haja a ordenação das ações, buscando mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher previamente caminhos alternativos.

“Planejar é a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização” (PETROCCHI, 1998, p. 20).

O turismo está intimamente ligado ao planejamento, devido ao paradoxo oferta e demanda definir públicos com interesses diferentes.

De um lado a oferta, representada pela infraestrutura de apoio ao turismo (estradas, serviços públicos, transportes), infraestrutura turística (empreendimentos turísticos, áreas de lazer, parques temáticos) e serviços turísticos. Esses três elementos da oferta devem ser

organizados para atender as necessidades dos clientes e ao mesmo tempo com a qualidade do meio ambiente.

Muitas vezes empreendimentos turísticos são instalados, com restrições de uso, em belas áreas naturais, devido ao alto grau de fragilidade ambiental das mesmas.

Em contrapartida, a demanda idealizada nos dias de hoje busca incentivar o perfil de um turista comprometido com o respeito e valorização dos aspectos naturais e culturais da região visitada. O perfil colocado acima ainda esbarra nas características do turismo de massa, composto por pessoas insensíveis sobre qualquer ação benéfica de preservação do local visitado.

O planejamento de turismo é um sistema inter-relacionado de fatores de oferta e demanda. Os fatores de demanda são os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos.

Os fatores da oferta compreendem atrativos e atividades turísticas, alojamentos e outros equipamentos e serviços (BENI, 2006).

Por causa dessas condições oferecidas pela oferta e demanda do turismo, os pesquisadores, junto ao poder público e sociedade civil organizada, desenvolveram uma nova conceituação de planejamento, agora voltada para o turismo, neste caso o planejamento turístico.

A denominação de planejamento turístico foi adotada para “trazer determinados benefícios socioeconômicos para a sociedade, sem deixar de manter a sustentabilidade do setor turístico através da proteção à natureza e à cultura local” (OMT, 2001, p. 40).

O processo de planejamento é indispensável para o desenvolvimento do turismo. Esta forma equilibrada ocorre em harmonia com os recursos naturais, sócio-culturais e ambientais das regiões turísticas, preservando-os para as gerações futuras.

De acordo com Ruschmann e Widmer (2001, p.67):

Planejamento turístico é o processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução.

O processo de planejamento em turismo apresenta as seguintes etapas: determinação dos objetivos; inventário de todos os recursos turísticos naturais e culturais; análise e síntese da situação encontrada; formulação da política e do plano de turismo e também de

recomendações de viabilidade e; implementação e controle de gestão do processo total. O planejamento é um processo contínuo, permanente e dinâmico.

O planejamento do ponto de vista governamental consiste no seu sentido mais amplo, no processo que estabelecem objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los e determina os recursos necessários à sua consecução.

O planejamento em nível nacional constitui uma clara competência do órgão nacional de turismo que, por meio da formulação e execução de planos nacionais de desenvolvimento turístico, promove e realiza o incremento da atividade para atingir os objetivos nacionais (BENI, 2006, p.189).

Os objetivos do planejamento costumam ser formulados em uma declaração da política do turismo, que estabelece parâmetros ou diretrizes que governam planejamento do desenvolvimento no futuro. A política do turismo não é um plano do turismo, mas sim o ponto de referência em relação às decisões do planejamento que devem ser relacionadas.

Segundo Ruschmann e Widmer (2001, 67), “os objetivos podem estar relacionados ao desenvolvimento de localidades, regiões, países e até continentes, envolvendo tanto órgãos públicos como empresas privadas desse ramo de atividade.”

A política turística deve ser determinada pela dupla exigência de assegurar a satisfação do turista e gerar o desenvolvimento harmonioso no contexto da economia nacional, seguindo diretrizes de: organização territorial, financiamento dos investimentos turísticos, formação do elemento humano, integração com a política global de desenvolvimento.

Há seis estágios no planejamento do desenvolvimento do turismo: o estabelecimento dos objetivos, a incorporação desses objetivos na declaração da política, a formulação das diretrizes da política para estabelecer os parâmetros do planejamento, um programa de implementação para atingir o que foi estabelecido no plano, um mecanismo de monitoração para avaliar se o plano de desenvolvimento do turismo está atingindo seus objetivos, e um processo de revisão para reavaliar e aperfeiçoar os objetivos e as políticas, conforme necessário. Essa seqüência é contínua mas não é rígida, e deve ser usada como uma abordagem flexível para o desenvolvimento do turismo (LICKORISH; JENKINS, 2000, p.222).

As políticas governamentais preocupam-se com os benefícios do turismo para a população e, por isso, reforçam a necessidade de desempenharem um papel bem mais estratégico, coordenador e orientador no desenvolvimento do setor.

O planejamento turístico é uma das formas de minimizar os impactos negativos do turismo, ao passo que através de formalizações (planos, programas e projetos) determinam-se

os caminhos a serem seguidos por todos os indivíduos para assegurar a sustentabilidade do local.

Muitas vezes, quando administrado por gestores privilegiados por uma visão holística, o planejamento turístico está inserido com pauta aos objetivos do plano diretor municipal, já que o turismo se relaciona com os diversos serviços e infra-estrutura dos municípios.

Isso fundamenta a condição multidisciplinar e intersetorial do turismo ocasionando dessa forma uma complementação dos diversos fatores envolvidos com os aspectos socioeconômicos da sociedade.

O planejamento turístico com o tempo foi se modificando, passando de um enfoque físico e promotor do destino, para um enfoque mais integral, visando atender às necessidades dos atores sociais, empresas envolvidas e turistas, preocupando-se com as questões ambientais, sociais, econômicas e culturais, que envolvem o turismo.

Anjos e Anjos (2002, p.12) afirma que o planejamento do turismo:

Deve primar pela qualidade dos atrativos, animação, acessos e atividades desenvolvidas pelos turistas, numa busca incessante pelo melhor posicionamento do mercado causado pela crescente competitividade em todos os segmentos da economia. A manutenção da competitividade, no longo prazo, também está ligada às instalações e infraestrutura básica e turística do destino, aos serviços auxiliares e à indústria de apoio, bem como a garantia de uma formação sólida e atualizada da mão de obra.

Ao entender o processo e importância do planejamento turístico deve-se estabelecer uma política do turismo para coordenar todos os aspectos da implantação e manutenção da atividade turística, transcendendo os aspectos pessoais, agora então substituídos por ações cooperadas e com perspectivas regionais.

2.4) Políticas públicas de turismo

Sabe-se que o conhecimento sobre a atividade turística desenrola-se com o traçado dos aspectos ligados à história, conceituação, impactos, planejamento e sustentabilidade, destacando-se a dinâmica inter e multi-setorial dessa atividade com as mais diversas áreas sociais e econômicas do cotidiano atual.

O turismo deveria estar organizado por meio de estratégias elaboradas de forma participativa e deliberativa com o objetivo de atender aos interesses públicos da sociedade.

Definir diretrizes para o desenvolvimento ordenado da atividade turística é sem dúvida o primeiro e o mais importante passo do poder público para melhorar os indicadores sociais, culturais, ambientais e econômicos do turismo.

As políticas públicas de turismo são o resumo do arranjo institucional do governo, coberto de todas as responsabilidades, que devem ser repassadas a sociedade, em forma de ações que forneçam resultados expressivos no campo da competitividade, desenvolvimento e qualificação do turismo.

Podemos definir a política pública como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado (DIAS, 2003, p. 121).

Desta compreensão, concordamos com Beni (2006) que é dever do poder público elaborar as políticas públicas de turismo, por serem as diretrizes explicativas que fornecem condições para que toda a sociedade assuma seu papel de agente ativo no planejamento do turismo.

Deve-se entender por política de turismo o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal (BENI, 2006, p.103).

O caráter catalítico e articulador do estado para o turismo dá-se, então, pela observação das funções das políticas públicas de turismo, instituídas para facilitar a comunicação entre poder público e sociedade.

A política de turismo, em termos mais específicos, preenche as seguintes funções: define as regras do jogo, ou seja, os termos nos quais as operações turísticas devem funcionar; estabelece atividades e comportamentos aceitáveis; fornece uma direção comum e a orientação para todos os interessados no turismo em sua distinção; facilita o consenso em torno de estratégias e objetivos específicos para uma destinação; fornece uma estrutura para discussões públicas e privadas sobre o papel e as contribuições do setor turístico para a economia e para a sociedade em geral; permite que o turismo estabeleça interfaces com outros setores da economia de forma mais eficaz (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH apud DIAS, 2003, p. 122).

É tamanha a importância das políticas públicas para o turismo, já que em termos genéricos, essa busca ações do estado, orientadas para o interesse geral da sociedade. Além

disso, as políticas públicas deveriam proporcionar o desenvolvimento harmônico da atividade turística.

Cabe ao Estado construir a infraestrutura de acesso e a infraestrutura básica urbana e prover de uma superestrutura jurídica – administrativa (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar que os investimentos que o Estado realiza retornem na forma de benefícios para toda a sociedade (BARRETTO; BURGOS; FRENKEL, 2003, p.33).

Verifica-se ainda que as políticas públicas de turismo possuem desempenho importante nas áreas de fomento e incentivo da atividade turística, facilitando empréstimos ao setor privado, disponibilizando recursos por meio de aplicação a fundo perdido e adequando as implicações fiscais a realidade da atividade turística.

Percebe-se no contexto público a dificuldade de formalizar as políticas públicas de turismo em planos, programas e projetos. Isso não significa que a gestão pública esteja isenta de políticas públicas, mas considera-se importante essa formalização para que os atores sociais e as próximas gestões estejam informadas sobre tais políticas.

Muitas vezes, ocorre que não fica estabelecido com clareza qual o plano global de desenvolvimento, não existindo deste modo uma referência concreta para os planos, projetos e programas [...]. No entanto, isso não significa que não haja uma política de governo estabelecida. Essa sempre existe, pois se constitui pelo conjunto de ações que objetivam atingir determinado fim. E pode não estar organizada num documento, ou plano de governo, mas suas linhas gerais estão estabelecidas por suas ações concretas (DIAS, 2003, p. 123).

A indeterminação das políticas de turismo ocasiona o enfraquecimento da atividade e deteriorização do que já foi conquistado, ao passo que as determinações, análises e estudos da equipe governamental devem estar em consonância com as tendências e acontecimentos presentes, buscando o diálogo atual e eficiente com a sociedade que proporcionam credibilidade e confiança aos envolvidos.

Vê-se na apresentação de um plano nacional de turismo a expressão das políticas públicas de um país. Nele devem estar inclusos os objetivos, estratégias, metas e programas voltados ao turismo.

Sem este, verificam-se inadequadas alocação e aplicação dos recursos disponíveis na infraestrutura de apoio à atividade turística nos chamados pólos de atração, provocando: ausência de estratégias para a correta preservação, conservação e utilização do patrimônio natural e cultural; implantação desordenada de equipamentos e serviços em áreas de vocação turística em descompasso com as características socioeconômicas do fluxo interno; tentativas infrutíferas de conquista do fluxo receptivo internacional determinadas por inadequado planejamento de

roteiros de viagens aos pólos turísticos nacionais e má aplicação da estratégia de marketing (BENI, 2006, p. 102).

É imprescindível que a elaboração e consolidação das diretrizes do turismo estejam alinhadas as finalidades das três esferas do governo, para a formalização da gestão pública do turismo descentralizada, participativa e sistemática.

Aos órgãos públicos de turismo em nível federal cabem a formulação das diretrizes e a coordenação dos planos em âmbito nacional e dos que se projetem para o exterior; e aos órgãos estaduais e locais cabem, com o apoio federal, a concepção dos programas e a execução dos projetos regionais e locais (BENI, 2006, p. 104).

A interação entre essas três esferas é complexa, daí a importância das políticas públicas de turismo, pois sabendo que o turismo possui sua referência no local, ou seja, no município, não há compreensão das esferas superiores sobre as peculiaridades locais, e por esta razão, acabam lançando dispositivos incompatíveis com a realidade local.

Outro agravante dessa situação se vincula às mudanças periódicas de governo, que ocasionam fortes desajustes no cenário que se constitui até o momento da mudança. Os reflexos negativos das eleições são sem dúvida desanimadores para o desenvolvimento da atividade turística, por principalmente ocasionar a estagnação da máquina pública nos períodos pré e pós-eleição. E também a eventual descontinuidade de programas, planos e projetos elaborados na gestão anterior.

A sociedade é a principal prejudicada desses reflexos, devido às competências do poder público e da iniciativa privada serem paralisadas.

No Brasil se reconhece que as políticas públicas de turismo ganharam representatividade, quando ocorreu a “promulgação do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que estabeleceu diretrizes para a elaboração de uma política nacional de turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)” (DIAS, 2003, p. 130).

A partir desse decreto o turismo foi reconhecido como atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

“No ano de 1969, é instituída pelo CNTur a Resolução nº 71, de 10 de abril, que traz indicações para a elaboração do Plano Nacional de Turismo (Plantur), considerado como instrumento básico da Política Nacional de Turismo” (DIAS, 2003, p. 130).

Percebe-se que o governo brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 agilizou o processo de elaboração e fortificação das políticas de turismo, pois logo em seguida da criação do

Plantur, no ano de 1971, foi criado do Fungentur (Fundo Geral do Turismo) destinado a prover recursos para financiamentos de empreendimentos, obras e serviços de interesse turístico.

Além disso, a EMBRATUR iniciou sua nova fase na atuação de planejamento do turismo nacional, destinada a garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade do mesmo.

Em 28 de março de 1991, é sancionada a Lei nº 8.181 dando nova denominação à EMBRATUR, agora Instituto Brasileiro de Turismo, transformada em autarquia [...] com a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional de turismo. A lei nº 8.181/91 e o Decreto-lei nº 448/92 estabeleceram as diretrizes para a implantação de um Plano Nacional de Turismo, que de fato se concretizou em 1992 (DIAS, 2003, p.134).

Observa-se a partir de então a mudança do foco da gestão do turismo que até esse momento era centralizada, passando a atuar de forma mais descentralizada.

Essa nova gestão se iniciou quando foi lançado, em 1994, o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) que foi um processo de conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos vários agentes de desenvolvimento que compõem a estrutura do município, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e de herança cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões dos seus próprios recursos (SOBRAL, 2007).

O PNMT nasceu em agosto de 1994 como um programa de gestão do turismo que visa à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e à capacitação dos vários monitores municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo como resultado a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. O Programa chegou ao ano de 2002 tendo 497 municípios com suas comunidades conscientizadas para a importância do turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico; com setores e segmentos diretamente ligados à atividade turística estruturados e organizados; com Conselhos Municipais de Turismo compostos por representantes dos segmentos da comunidade; e com Fundos Municipais de Turismo instituídos com o propósito de dar condições de gerenciamento e implementação das ações que nortearam o turismo municipal. (AVANÇA BRASIL, 2009).

Percebida a importância do turismo para o País, foi constituído em 1º de janeiro de 2003 o MTur (Ministério do Turismo), oferecendo a sociedade e aos envolvidos diretamente com o turismo, uma pasta ministerial voltada exclusivamente para a gestão, organização e valorização da atividade turística.

A criação do Ministério do Turismo atende diretamente a uma antiga reivindicação do setor turístico. O Ministério, como órgão da administração direta, terá as condições necessárias para articular com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado. Desta forma o Ministério cumprirá com determinação um papel aglutinador, maximizando resultados e racionalizando gastos (BRASIL, 2003, p. 11).

Com a institucionalização do MTur, a EMBRATUR voltou-se para a comercialização e promoção do produto turístico brasileiro no exterior.

2.4.1) Políticas públicas do turismo catarinense

As mudanças administrativas do turismo em âmbito federal trouxeram conseqüências positivas ao turismo catarinense, pois no mesmo ano de institucionalização do MTur, criou-se a SOL (Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte), que também possui o objetivo de planejar, organizar e executar a política estadual de turismo. E a SANTUR (Santa Catarina Turismo S/A), órgão oficial de turismo de Santa Catarina, voltou seu foco para a promoção, marketing e o apoio à comercialização do produto turístico catarinense no Brasil e no mundo.

Dentre as principais ações de planejamento do turismo de Santa Catarina, o PDIL (Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer) é hoje a diretriz de turismo a ser utilizada pelos agentes de interesse turístico, pois esse plano está em conformidade com os objetivos estratégicos de governo definidos no Plano Plurianual, visando estabelecer as políticas, as diretrizes e os programas para a cultura, o turismo e o desporto do Estado de Santa Catarina.

Assim, as gestões do turismo federal e estadual estão sendo desenvolvidos em consonância, devido ao diálogo político-administrativo e a fidelidade do governo estadual as diretrizes de turismo do governo federal.

2.4.2) Plano Nacional de Turismo

Nos últimos quatro anos o turismo brasileiro ganhou em qualidade, representatividade e credibilidade, por ser alvo de extensos trabalhos e ações provenientes de diretrizes federais, previstas a partir da criação do MTur (Ministério do Turismo), que passaram a ser executadas nos estados e municípios brasileiros.

Dessa forma, para fortalecer a importância e assumir a gestão descentralizada do turismo, os técnicos do Ministério do Turismo elaboraram planos nacionais de turismo com o objetivo de estruturar as diretrizes de desenvolvimento do turismo nacional.

O MTur disponibilizou em 2003 sua primeira forma de integrar, fortalecer e descentralizar a gestão do turismo brasileiro, por meio do PLANO NACIONAL DO TURISMO: diretrizes, metas e programas - 2003-2007, que publicou os macro-programas e programas a serem executados a fim de desenvolver e organizar o turismo nacional.

Esse plano traduziu o esforço dos gestores do turismo que aproximadamente em três décadas de trabalho conquistaram a institucionalização de um ministério voltado exclusivamente ao desenvolvimento do turismo. Até esse momento o turismo estava vinculado a ministérios das pastas de cultura, transporte e economia.

Por conta de certo “amadorismo” das recentes equipes técnicas formalizadas no MTur, esse plano foi caracterizado pela superficialidade analítica das informações.

A elaboração do plano não contou com a explicação das estratégias e metas priorizadas. Foram priorizadas metas ambiciosas que para alcançá-las mereciam o detalhamento de suas ações. É o que se observa com as metas disponibilizadas abaixo:

As metas para o turismo nesse período foram: criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações; aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil; gerar 8 bilhões de dólares em divisas; aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos e; ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal (BRASIL, 2003, p. 11).

Pela ausência de objetividade e clareza percebeu-se que esse documento não foi incorporado nas discussões de planejamento turístico das unidades federativas do Brasil, pois os gestores públicos estaduais não se sensibilizaram com as propostas sugeridas.

Mais amadurecida a equipe técnica do MTur passou a perceber a importância de dialogar com as unidades federativas e priorizar pelo detalhamento de suas ações.

Foi então lançado o PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007- 2010 que focou suas estratégias na segmentação turística e no turismo interno para incentivar o movimento turístico de inclusão social, representado principalmente por grupos da terceira idade e jovens.

O Plano é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno. (BRASIL, 2007, p.11)

Esse plano contava com o detalhamento de suas metas dispondo dados estatísticos e esclarecimentos que justificavam as propostas.

Além disso, foram aprimorados os macro-programas com propostas voltadas principalmente a atender as especificidades regionais do turismo, dispendo como pivô dessa proposta o macro-programa de regionalização do turismo.

2.4.3) Macro - Programa de Regionalização do Turismo

Seguindo a proposta de gestão descentralizada, o MTur percebeu que a concepção do Macro - Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil seria a oportunidade de consolidar os trabalhos já desenvolvidos pelo PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, mas com uma visão regional.

Dessa forma, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil surgiu para integrar, coordenar e descentralizar o turismo de acordo com os princípios da descentralização e participação dos agentes de interesse turístico (poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada).

O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil propõe o ordenamento da atividade turística para estruturar, aumentar, diversificar e qualificar a oferta turística do Brasil, de forma descentralizada, integrada e participativa, com ênfase na política de desenvolvimento regionalizado. Esta concepção do Governo Brasileiro tem como objetivo modelar as políticas públicas a fim de promover o crescimento econômico e a criação e manutenção de novos postos de trabalho, de forma a buscar o desenvolvimento sustentável nas regiões turísticas envolvidas (BRASIL, 2004).

A implementação do programa depende, portanto, da cooperação e da parceria de todos os agentes envolvidos, sejam públicos ou privados. Eles devem estar unidos em torno de objetivos comuns, como a diversificação da oferta turística; qualificação do produto turístico; a estruturação dos destinos turísticos; a ampliação e qualificação do mercado de trabalho; a ampliação de seu consumo no mercado nacional; o aumento de inserção da taxa de permanência, assim como o gasto médio de turista em seu destino.

Orientado para fortalecer o diálogo entre os agentes de interesse turístico, esse programa traz em sua concepção diretrizes operacionais, que determinam os caminhos para se atingir os objetivos da proposta.

As diretrizes operacionais do programa constituem-se de nove módulos distintos e não necessariamente sequenciais, a saber: sensibilização; mobilização; institucionalização da instância de governança regional; elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional; implementação do plano estratégico de desenvolvimento do turismo

regional; sistema de informações turísticas do programa; roteirização turística; promoção e apoio à comercialização e; sistema de monitoria e avaliação do programa.

A partir de 2007 o Programa de Regionalização do Turismo passou a ser categorizado como macro-programa com o objetivo de catalisar outros macro-programas correspondentes voltados às áreas de informação e estudos turísticos, planejamento e gestão, logística de transportes, fomento à iniciativa privada, infra-estrutura pública, qualificação dos equipamentos e serviços turísticos, promoção e apoio à comercialização.

Entende-se que a inter-relação das propostas de cada macro-programa culminará na regionalização do turismo.

2.4.3.1) Projeto Destinos Indutores

O Projeto Destinos Indutores é uma proposta para estruturar 65 destinos indutores para obterem qualidade turística internacional. Desta qualidade parte o direito de oferecer estruturas adequadas de serviços turísticos, equipamentos turísticos, segurança, infraestrutura técnica e turística, ou seja, que todos os elementos que compõem o sistema turístico possam satisfazer as normatizações internacionais.

Ações de qualificação e certificação profissional, bem como de certificação de empreendimentos turísticos, também estão na pauta de estruturação desse projeto.

O Projeto atende as condições de investimentos em destinos turísticos voltados ao turismo de massa e também ao turismo alternativo. O turismo de massa configura-se com aquele que não está comprometido com a qualidade de vida dos autóctones e do meio ambiente do destino turístico, já o turismo alternativo possui características opostas às citadas.

Essa condição foi prevista quando se determinou a escolha de 65 destinos indutores, dos quais 55 seriam pólos turísticos. Os outros 10 destinos foram escolhidos para atender as características da segmentação turística. O turismo rural na agricultura familiar está pautado entre esses 10 segmentos.

Esses destinos devem ser trabalhados até 2010, para servirem de modelos indutores para o desenvolvimento turístico-regional. Suas experiências e práticas exemplares devem ser multiplicadas para outros destinos que integram as regiões turísticas do País.

Uma importante condição para a estruturação dos destinos turísticos do País com padrão de qualidade internacional refere-se aos investimentos em infraestrutura turística nesses destinos.

Tendo como referência os valores empenhados do orçamento do Ministério do Turismo para infraestrutura turística, incluindo as emendas parlamentares, chegam a R\$ 1,27 bilhão o total de investimento do projeto em todo o País.

Dessa forma, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, localizada em Santa Catarina, foi à instituição referência para estruturar este segmento e futuramente compartilhar as experiências vivenciadas com os demais destinos de TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Dos trinta municípios em que a Associação realiza suas atividades quatro foram os escolhidos para serem os hospedeiros desse projeto: Anitápolis, Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima e Urubici.

A Acolhida na Colônia é uma organização não governamental criada no Brasil em 1998 a partir da integração à Rede Accueil Paysan (atuante na França desde 1987) que tem a proposta de valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo ecológico ou turismo rural na agricultura familiar, considerados nessa pesquisa como sinônimos.

Esta associação trabalha com a perspectiva do turismo rural na agricultura familiar/agroturismo, segmento comprometido com as territorialidades locais com sua ocorrência nas unidades de produção agrícola – propriedades rurais.

Durante onze anos de trabalho da Acolhida talhado por parcerias, cooperação, reciprocidade e solidariedade a instituição ganhou representatividade entre as entidades públicas e privadas das esferas federal e estadual. Destacam-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Turismo articulados inter-institucionalmente para lançar as diretrizes de organização do turismo rural na agricultura familiar.

A perspectiva de trabalho da associação inclui roteirização entre as propriedades associadas e oferta de serviços (hospedagem, alimentação, passeios a cavalo, visita a engenho colonial) que proporcione a troca de experiências entre visitantes e os agricultores familiares.

A Acolhida possui quatro associados em Rancho Queimado: Sítio Paz e Bem, Engenho Colonial Junckes, CIA do Morango e Cabanha Bauer.

Através do Projeto Destino Indutores o Ministério do Turismo já repassou ao município, durante 2008 e 2009, o valor de R\$ 500.000,00 que já foram e estão sendo investidos no município em: infraestrutura básica (saneamento básico, melhoria de estradas e

pontes), sinalização turística e infraestrutura turística (rua coberta) e; nas propriedades: sinalização turística interna e paisagismo.



FIGURA 02 – FOTO RUA COBERTA

Fonte: Elaborada pelo autor, 2009.

Localizada na sede (centro) do município, na praça Leonardo Sell, a rua coberta é um dos investimentos em infraestrutura do Projeto no município que procura oferecer ao local um equipamento turístico que ofereça apoio as manifestações culturais e vendas de produtos artesanais.

A ideia é que nesse local sejam realizadas diariamente apresentações culturais e a venda de produtos coloniais e artesanais de Rancho Queimado.

A proposta provocou a mobilização da opinião pública no que diz respeito ao seu tamanho e cor. Alguns moradores declaram que a tenda de cor azul e com mais de 10 metros de altura não se harmonizou com a arquitetura local. Outros disseram que a estrutura estimulará as manifestações culturais do local.

Ainda sob a tutela do projeto pretende-se ampliar o roteiro do turismo rural na agricultura familiar do município (entre as comunidades do Morro Chato, Rio Bonito,

Taquaras e Mato Francês), com a implantação de cinco propriedades na comunidade do Mato Francês.

No setor de infraestrutura pretende-se finalizar o aprimoramento da sinalização turística interna das propriedades já associadas, melhoria de estradas e pontes próximas às propriedades da Acolhida, finalizar a obra da estação de tratamento de esgoto do município e implantar o grupo gestor para fins de execução local do projeto, além da elaboração do Conselho Municipal de Turismo e do Fórum de Turismo que visam à aproximação do diálogo com a população sobre o planejamento e organização do turismo municipal.

CAPÍTULO III – AS INFLUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TRAF – TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta pesquisa busca analisar a contribuição do Projeto Destinos Indutores para a participação comunitária no planejamento e organização do turismo rural na agricultura familiar de Rancho Queimado (SC). Por conta disso, é importante refletir sobre o conjunto de influências para o desenvolvimento do TRAF sob os aspectos conceituais, sociais e legais.

3.1) Evolução conceitual: do turismo rural ao TRAF

Representado por concepções rígidas, resistentes a mudanças e a mercê das condições climáticas, sociais e econômicas; o espaço rural com o passar dos anos vem incorporando novas atividades como forma complementar para a geração de emprego, renda e desenvolvimento.

O turismo realizado no espaço rural é sem dúvida uma atividade que pode ser incluída nas discussões de planejamento do meio rural, pois contribui para minimizar os efeitos negativos da globalização e mecanização das atividades agrícolas sobre a qualidade de vida dos agricultores familiares.

A falta de estratégias que possibilitem promover a competitividade dos produtos agrícolas no mercado globalizado faz com que se perca a frente para áreas mais planejadas. Com o campo descapitalizado e as dificuldades de acesso do pequeno produtor rural a linhas de crédito favoráveis, a atividade de turismo neste espaço vem no mínimo garantir a posse da terra (SENAR, 2003, p. 24).

Então quando se delimita essas aplicações ao turismo realizado no espaço rural, vê-se um leque de adversidades que entram um dos principais segmentos turísticos em potencial no Brasil.

Ainda é possível perceber que as previsões de gestão articulada desse segmento entre produtores rurais, turistas e poder público não são animadoras, pois possuem percepções divergentes sobre o turismo realizado no espaço rural; turismo rural e turismo rural na agricultura familiar.

Como ponto de partida, é fundamental que sejam uniformizados os conceitos, reduzindo a multiplicidade e divergência das definições existentes, quanto a modalidades, formas e tipos de turismo inerentes às áreas rurais, que só fazem confundir os turistas e dificultar o encaminhamento de políticas diferenciadas para o setor e seus segmentos (TORESAN et al, 2003, p. 49).

Isso é também uma consequência de o turismo “rural” ser uma nova dinâmica social no espaço rural que indica ainda algumas necessidades de compreensão e conhecimento sobre esse segmento que faz parte das opções da pluriatividade do espaço rural, praticada por meio do artesanato, prestação de serviços e turismo.

O cultivo da terra e a criação de animais não constituem mais, para os habitantes do meio rural, seu único meio de vida. Novas atribuições e responsabilidades lhes estão sendo oferecidas. Estão se consolidando conceitos como os de multifuncionalidade do meio rural e da agricultura e pluriatividade dos agricultores, que abrem novas perspectivas para a redinimização [sic] do espaço rural (TORESAN et al, 2003, p. 09).

Para Souza e Moraes (2007), pesquisador do tema; o turismo rural é uma estratégia de desenvolvimento sobretudo da pluriatividade do espaço rural. O pesquisador dialoga com Bryden (apud CRISTOVÃO e MIRANDA, 2005) e coloca que as mutações globais, ditadas pela globalização estimulam os atores sociais do espaço rural a descobrirem novas oportunidades de mercado e percebem na pluriatividade o caminho para reafirmação de suas identidades.

Encontra-se a diversificação das atividades internas e externas à propriedade, envolvendo um ou mais membros da família, a qual denomina-se pluriatividade, que significa a ocupação de indivíduos das famílias em outras atividades, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora da unidade de produção, no rural ou no urbano; a partir do momento em que não se ocupam mais em tempo integral da agricultura e ficam com tempo liberado para se ocupar de outras atividades. Neste rol de novas atividades, surge o turismo rural, que hoje já vem sendo reconhecido como uma importante alternativa para a manutenção das famílias no campo. Esta atividade vem crescendo continuamente e se destacando na discussão sobre as novas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural (SOUZA e MORAES, 2007, p.112).

O MTur (Ministério do Turismo) em parceria com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, elaborou o documento “Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil”, que contém a seguinte definição de turismo no espaço rural:

todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo

rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não (SILVA et al, 1998, p.14).

A leitura do turismo no espaço rural envolve o entendimento de uma atividade que abrange as atividades de lazer no espaço rural.

“O turismo no espaço rural engloba as modalidades de turismo, que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural, é a soma do ecoturismo, turismo cultural, turismo esportivo, turismo rural, turismo rural na agricultura familiar/agroturismo e turismo de aventura” (OXINALDE, 1994, p. 76).

Observa-se que em nenhum momento a definição acima abordou a respeito da valorização da produção agropecuária. Essa concepção diz respeito ao conceito de turismo rural definido como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2004, p. 07).

A valorização da produção rural e do agricultor familiar é designada quando se entende a complementaridade de turismo rural na agricultura familiar que é percebido como

a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2005, p.08).

É importante lembrar que turismo rural na agricultura familiar e agroturismo são sinônimos por serem realizados na unidade agrícola familiar.

O quadro 01 permite a visualização das categoriais de turismo realizado no espaço rural. Nesse quadro apresentam-se os conceitos de cada categoria e suas características quanto à oferta e demanda. Utiliza-se de Cohen (apud VERBOLE, 2002, p.124) para distinguir os diferentes tipos de turista (e suas maneiras de experimentar o turismo) que compõe a demanda de cada categoria:

- O turista recreacional cujas experiências visam o lazer e o relaxamento, buscas individuais de diversão;
- O turista diversificado é um turista que deseja escapar da agitação do dia-a-dia que lhe causa stress e tédio e procura experiências excitantes em outros lugares;

- O turista experimental está interessado em assimilar novas culturas e experimentar novas situações que estejam fora de seu cotidiano.

CATEGORIAS DE TURISMO REALIZADO NO ESPAÇO RURAL		
Segmento turístico	Conceitos	Principais Características
Turismo no Espaço Rural - TER	Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste em atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não (SILVA et al, 1998, p.14).	Voltado à realização de diversas atividades de lazer no espaço rural: - Oferta: restaurantes, meios de hospedagem, pesque-pagues, trilhas ecológicas. -Demanda: turista recreacional
Turismo Rural - TR	O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2004, p. 07).	Voltado à realização de atividades de lazer em equipamentos turísticos: - Oferta: hotéis-fazenda, parques temáticos, museus ao ar livre e resorts. -Demanda: Turista diversificado
Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF	A atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2005, p.08).	Voltado à realização de atividades de lazer na unidade de produção dos agricultores familiares: -Oferta: pousadas e restaurantes coloniais - Demanda: turista experimental

QUADRO 01 – CATEGORIAS DE TURISMO REALIZADO NO ESPAÇO RURAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

Fonte: (SILVA,1998); (BRASIL, 2004); (BRASIL, 2005).

O turismo rural na agricultura familiar vem sendo interpretado como uma atividade de maior capacidade de democratização e interiorização da atividade turística. Sua prática estimula as pessoas do meio urbano e rural a valorizar os recursos rurais⁶.

⁶ Verboli (2002, p.121) define como recursos rurais à natureza, a população local e sua cultura.

No município de Rancho Queimado pode-se observar que estão presentes as três categorias exemplificadas acima de acordo com a espacialização da segmentação turística local: turismo no espaço rural, turismo rural e TRAF – Turismo na Agricultura Familiar. A distribuição espacial destes segmentos turísticos pode ser observada na figura 03.

Distribuição espacial da segmentação turística de Rancho Queimado (SC)

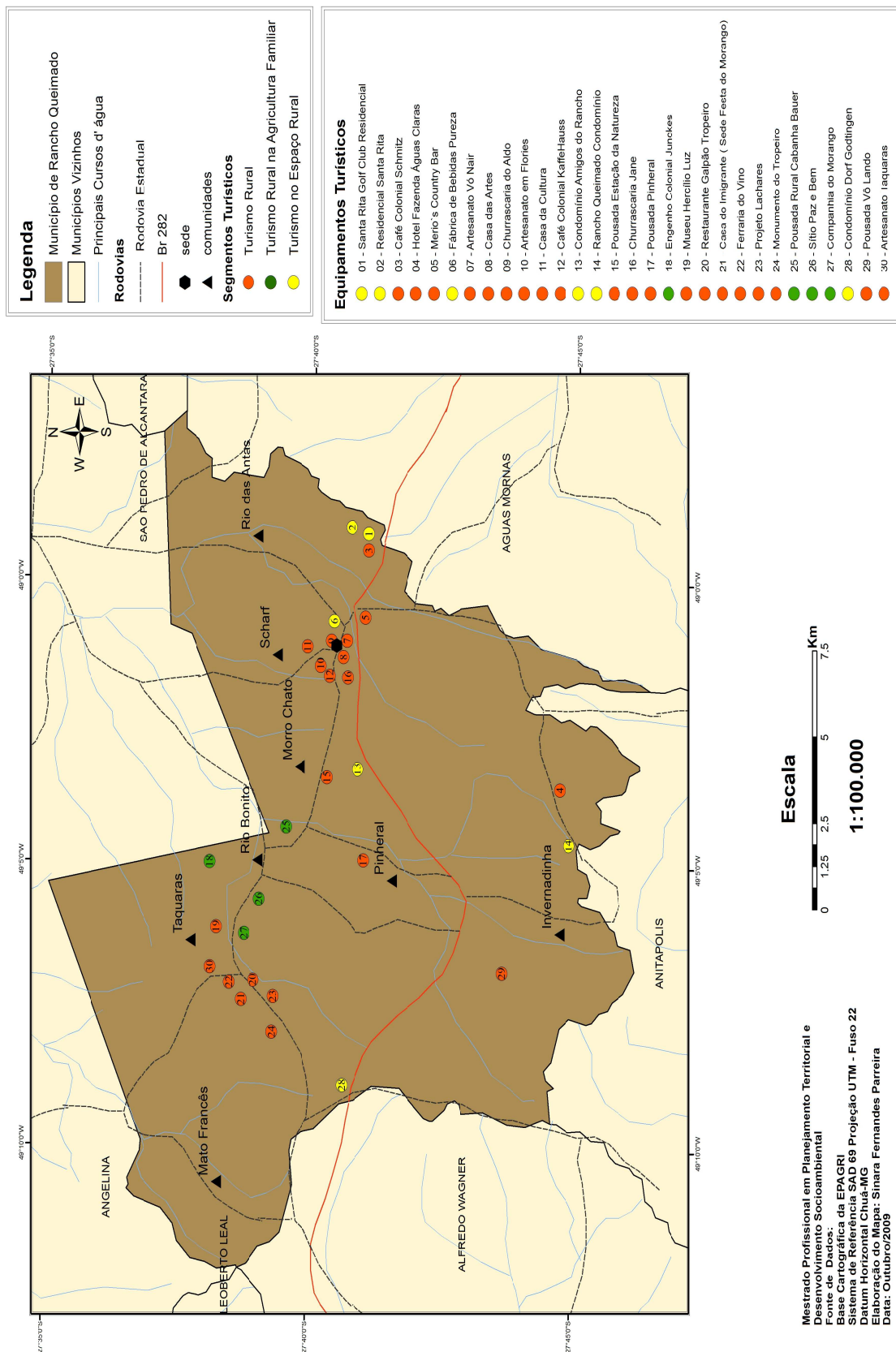


FIGURA 03 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA DE RANCHO QUEIMADO, SEGUNDO SEUS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

Fonte: Idealização: do autor, 2009; Elaboração técnica: Sinara Fernandes, 2009.

O mapa acima foi elaborado a partir das observações realizadas em campo. Percebeu-se que os equipamentos turísticos listados na legenda⁷ atendiam as especificidades de cada categoria de turismo realizado no espaço rural.

Os condomínios rurais (não estão espacializados todos os condomínios rurais do município) estão incluídos na lista de equipamentos voltados ao turismo no espaço rural; pousadas, restaurantes e hotéis-fazenda na lista de equipamentos do turismo rural e; associados da Acolhida na Colônia na lista de equipamentos do turismo rural na agricultura familiar.

Este mapa se torna uma ferramenta importante para fins de planejamento e organização do turismo municipal. Nele observa-se que a atividade turística de Rancho Queimado está concentrada na porção norte do município, sendo um indicador da necessidade de distribuir a atividade turística, equilibradamente, entre as comunidades do município.

A partir dessa análise os atores locais e gestores públicos possuem opções de decisão quanto:

- Espacialização e distribuição dos segmentos turísticos;
- Elaboração de roteiros locais e intermunicipais;
- Áreas de expansão turística;
- Articulação entre os tipos de uso e ocupação do solo;
- Identificação de pontos fortes e fracos das infraestrutura turística;
- Identificação de pontos fortes e fracos dos equipamentos turísticos;
- Setores de investimento em infraestrutura básica;
- Identificação dos agricultores familiares envolvidos com o turismo;
- Identificação das comunidades (bairros) envolvidos com o turismo.

A compreensão dos atores locais sobre esse assunto é divergente ao que foi colocado acima. Para o chefe de gabinete⁸ “turismo rural é TRAF, pois gera oportunidades para os agricultores e alternativa de renda”. Além de promover o intercâmbio entre turistas e agricultores familiares, com a participação de turistas conscientes voltados a sustentabilidade do local. É um público que se preocupa com o local e passa “dicas” de melhoria para o município. “Turismo Rural não é Hotel Fazenda é interação com a comunidade”.

⁷ A localização dos equipamentos turísticos encontra-se espacializada no mapa de forma ilustrativa, pois não foram georeferenciados. A posição dos equipamentos foi baseada nas observações de campo e em mapas da Prefeitura de Rancho Queimado.

⁸ O chefe de gabinete de Rancho Queimado foi entrevistado em 24/06/09. Atualmente o mesmo se encontra na posição de Secretário Municipal de Turismo.

Para Nazareno a concepção de TRAF ainda se encontra em aprimoramento, pois a geração de emprego e renda do turismo rural está voltada aos condomínios rurais. Os turistas valorizam os costumes e o patrimônio cultural do local. Ajudam nas festas e participam das atividades das comunidades que estão inseridos.

Para Gilson Schimitz existem as seguintes tipologias de turismo no município: turismo rural, TRAF que é diferencial para o turismo municipal e turismo gastronômico.

O TRAF aparece como a alternativa de maior viabilidade para combater as chagas sofridas pela agricultura familiar, que atualmente se encontra refém do protecionismo ao sistema latifundiário, alta carga tributária, falta de recursos para os agricultores familiares e desvalorização cambial. Dessa forma, o TRAF se destaca no espaço rural como uma das alternativas de desenvolvimento e geração de emprego e renda.

3.2) O turismo rural no continente europeu

No mundo é possível encontrar diversas exemplificações sobre a importância do turismo rural e TRAF. Na Europa esse tipo de turismo, foi utilizado para resgatar os costumes e preservar as atividades agrícolas, fazendo com que os agentes de interesse conjugassem ações estratégicas para tal feito.

Nesse continente, especialmente em países como França, Espanha, Itália e Portugal, o turismo no espaço rural foi visto, inicialmente, como uma alternativa para as propriedades rurais situadas em zonas desfavoráveis e que não tinham condições de desenvolver atividades agrícolas de forma competitiva. Em muitas localidades, o turismo ajudou a diminuir o êxodo rural e a manter nas pequenas cidades os serviços públicos essenciais, além de dar importante apoio à proteção da natureza. O aproveitamento do espaço rural europeu para o turismo foi facilitado pela condição de estresse vivida nas grandes cidades, que levou e, continua levando, seus habitantes a procurarem o ambiente rural para descanso e lazer (TORESAN et al, 2003, p. 09).

Uma das principais políticas públicas de desenvolvimento rural da Europa, com representatividade continental e regional, é o projeto LEADER – Ligações entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural, cuja elaboração e implementação foram direcionadas para valorização e preservação dos recursos naturais e histórico-culturais do meio rural europeu.

A filosofia do projeto LEADER é que o desenvolvimento rural deve partir de um desejo comum de todos os atores radicados no cenário local, conhecedores plenamente da realidade local e decididos em alcançar objetivos comuns. Fundamenta-se na promoção

local do desenvolvimento das economias rurais, identificando alternativas inovadoras e eficazes com valores exemplificativos e viáveis (BATHKE, 2002, p.34).

O projeto LEADER é a expressão de quando os gestores europeus pertencentes aos diversos grupos de organização se uniram para estudar os caminhos alternativos em favor da modificação do quadro de falência em que se encontrava o meio rural europeu na década de 1950.

Mas, segundo Givord (2001), para que as potencialidades do mundo rural sejam plenamente exploradas e, tendo em conta a importância sócio econômica e histórico-cultural da agricultura no mundo rural europeu, é essencial que se mantenha a natureza multifuncional da agricultura europeia, isto é, o fato de que além da produção de bens agrícolas e agro-alimentares, a atividade agrícola desempenhe outras funções.

França, Espanha, Itália e Portugal são países referência, quanto à manutenção das diversas funções da atividade agrícola, incluindo entre essas o TRAF.

A França é um dos países onde o turismo rural está mais desenvolvido, pois apresenta um espaço rural mais preservado e autêntico, fundado no patrimônio rural extraordinariamente rico e preservado, nos recursos naturais, nas antigas práticas agrícolas, no conhecimento local e no estilo de vida próprio do meio rural. Conta ainda com políticas públicas de proteção e valorização patrimonial que são complementadas pelos auxílios da União Europeia (MAZUEL, 2000).

Na Itália, o turismo rural permanece estreitamente ligado ao setor agrícola, confundindo-se, por isso, largamente com o agroturismo. A diferença entre o turismo rural e o agroturismo assenta apenas na parte de contribuição financeira do turismo nas atividades e rendimentos dos agricultores.

Em Portugal, devido suas peculiaridades sociais, o espaço rural era utilizado como área de atendimento ao lazer da burguesia e da aristocracia portuguesa, sendo somente na década de 1970 que se iniciou a associação entre espaço rural e turismo.

Sob a forma de Turismo de Habitação, o TER (Turismo no Espaço Rural) foi lançado experimentalmente em Portugal, em 1978, em quatro áreas piloto: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa, tendo sido posteriormente alargado, primeiro, a zonas do interior com disponibilidade limitada de alojamento mas com uma frequência turística assinalável, e depois às regiões dos vales do Douro e Vouga, e finalmente à totalidade do território (MOREIRA, 1994, p. 129).

Para completar o grupo de países referência do TRAF da Europa, tem-se a Espanha que não é mais percebida apenas como um país de turismo de sol e praia, favorecendo assim o desenvolvimento do TRAF. “O turismo rural na agricultura familiar na Espanha sem sombra de dúvidas é um segmento vitorioso, uma atividade econômica que está se impondo como modelo, com uma espantosa capacidade de dinamizar o mercado turístico espanhol” (BATHKE, 2002, p.36).

Dessa forma, o advento do turismo rural na agricultura familiar no continente europeu, tem sido observado pelos planejadores de turismo de todo mundo como uma proposta interessante de desenvolvimento do espaço rural.

Os benefícios sociais refletem-se na dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem sua identidade e autenticidade. É desencadeado um resgate de valores, costumes, códigos: orgulhar-se da sua ascendência, relembrar histórias, resgatar a gastronomia, exibir objetos antigos antes considerados velhos e inúteis, seu modo de falar, suas vestimentas, seu saber. Ressurgem, desse modo, as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem, o patrimônio arquitetônico, que são restituídos ao cotidiano, transformados em atrativos típicos usados como marcas locais interessantes para o turismo (BRASIL, 2003-2007?, p.05).

Além disso, é preciso falar sobre a cadeia produtiva desse segmento que sob a ótica de distribuição de divisas vem ganhando com abordagens positivas. O conjunto de serviços, equipamentos turísticos são rodeados por diversas movimentações que exigem, a participação de diversos setores da economia (produtos locais, comércio e indústria), para a oferta de produtos capazes de atender as necessidades dos turistas.

No espaço rural, destaca-se a oferta de diversas atividades, como as variadas formas de lazer, demonstrações tecnológicas, de produção e comercialização de artesanato e de produtos agropecuários (transformados ou *in natura*), além de serviços turísticos diferenciados, disponíveis isoladamente ou em conjunto (BRASIL, 2003-2007?).

É imprescindível falar que, para melhorar a competitividade da oferta do TRAF, é necessário preservar os recursos naturais, já que esses são a matéria prima para a ocorrência das atividades turísticas no espaço rural.

O TRAF visa ao uso racional dos recursos naturais, sua preservação, conservação e recuperação, visto que tais recursos passam a constituir os atrativos turísticos.

O espaço rural também é beneficiado com a produção agroecológica, que contribui para a qualidade de vida dos agricultores e dos visitantes. As atividades consideradas de cunho

educativo relacionadas à conservação e preservação do meio ambiente caracterizam-se pelo atendimento especializado na recepção e orientação de diferentes clientes do turismo rural.

Ao turismo rural na agricultura familiar integram-se freqüentemente os espaços protegidos (ainda agrícolas ou já sem qualquer cultivo e apenas algum pastoreio e exploração florestal), espaço com capacidades de cargas reduzidas e os espaços tradicionais e as áreas pobres, que são também as mais marginalizadas e as mais vulneráveis, física e socialmente (CAVACO, 2001, p.108).

Certamente a abordagem multisetorial do TRAF é vista como a principal faceta desse segmento por integrar e envolver as áreas de produção do espaço rural.

No Brasil a discussão sobre a importância do turismo rural como alternativa ao desenvolvimento rural, vem ganhando força desde seu surgimento oficial na década de 1980 no Estado de Santa Catarina.

Diante desse cenário, o turismo rural começou a ser discutido no Brasil, como a alternativa para aumentar a auto-estima do agricultor familiar, por meio principalmente da geração de emprego e renda e valorização e preservação de seus aspectos histórico-culturais.

As transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, principalmente no que se refere às relações e formas de trabalho, têm permitido aos agricultores familiares a possibilidade do aumento da renda familiar. A notoriedade dessas transformações tem chamado a atenção de várias áreas e setores, especialmente da área acadêmica, a qual vem analisando essas novas relações. As principais constatações fundamentam-se no crescimento das atividades não agrícolas da população economicamente ativa residente em domicílios rurais, tendo como principal fonte a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, IBGE, 1981, 1992 e 1997 (BRASIL, 2003-2007?).

No início da década de 1990, surgiram os primeiros projetos de assistência técnica e extensão rural, incluindo o turismo na força de trabalho da agricultura familiar. A partir daí, unidades agrícolas familiares têm se apropriado da proposta do turismo, ofertando atividades ligadas a lazer, esporte, cultura, gastronomia, hospedagem, técnicas produtivas, gerando uma complementação significativa da renda familiar.

A realização das atividades não agrícolas no espaço rural, ou seja, turismo, artesanato e serviços, são atualmente o foco de discussões no MTur em sua câmara temática de segmentação do turismo, além de outras organizações de abrangência nacional como a Rede TRAF.

O Ministério do Turismo vem desde o início de suas atividades elaborando documentos que norteiem o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar no Brasil de forma organizada.

Da mesma forma a Rede TRAF, por meio de suas oficinas focadas a participação do agricultor familiar, vem gerando novos desafios ao turismo rural brasileiro.

O incentivo dessas instituições a essa atividade certamente não implica em perda de esforços, pois o TRAF já vem demonstrando seus resultados positivos no Brasil. Entre esses benefícios destacam-se: diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; melhoria das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; diversificação da oferta turística e; diminuição do êxodo rural. (VERBOLE, 2002).

Diante do exposto, é possível dizer que a inserção do turismo rural na agricultura familiar é uma nova dinâmica social do espaço rural voltado a incentivar o fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

3.3) Turismo rural na agricultura familiar catarinense: relação entre dificuldades e ações de desenvolvimento

Castigados pelas contingências do campo e pela escassez de políticas públicas agrícolas que despertem para importância e manutenção da agricultura familiar, os agricultores do meio rural catarinense lutam contra os altos impostos e taxas que geram sua descapitalização para garantirem a sobrevivência e preservação de seus hábitos e costumes.

Os últimos dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostraram aos catarinenses uma realidade até então pouco conhecida do cenário agrícola. Ao que parece o Estado vem enfrentando uma de suas piores crises. Tendo como característica uma agricultura familiar, de pequena escala, composta sobretudo por minifúndios, apresenta o terceiro maior êxodo rural do País. Entre 1996 e 2000, de acordo com o IBGE a população rural catarinense diminuiu cerca de 13%. Em 1991, o homem do campo representava mais de 41% da população do Estado. Na década de 2000, mal passa de 21% (TORESAN; OLIVEIRA, 2001, p.12).

A crise agrícola catarinense também é proveniente das dificuldades encontradas no cenário agrícola brasileiro, que ao longo dos últimos 30 anos vem ocasionando a depreciação do produto e da mão-de-obra agrícola.

Para Elesbão (2001), a política agrícola no Brasil nas décadas de 70 e 80, principalmente através da política de crédito rural, foi direcionada a atender médios e grandes produtores,

privilegiando culturas de exportação em detrimento das culturas domésticas, desamparando o pequeno agricultor familiar e pauperizando o campo. Em consequência da exclusão de grande número de agricultores houve elevado êxodo rural.

Dessa forma, a necessária redinamização do espaço rural catarinense busca um modelo de produção flexível, que reavalie a função do meio rural, para que o protagonista deste local não seja marginalizado.

De acordo com Mattei (2007), 29% da População Economicamente Ativa (PEA) rural catarinense, está ocupada com atividades não agrícolas no meio rural.

Verifica-se que o percentual acima fundamenta a necessidade de fortalecimento das atividades não agrícolas, como alternativa às dificuldades enfrentadas pelo meio rural catarinense. Por isso, na década de 1980 foi dado o primeiro passo para o início do turismo rural catarinense.

O turismo rural nasceu oficialmente no Brasil em 1984, na Fazenda Pedras Brancas, em Lages – SC quando, iniciativas pública e privada, resolveram preencher a lacuna existente no turismo da região e dar caminho a futuras ações que passariam a ser desenvolvidas para transformar sua realidade turística criando a SERRATUR EMPREENDIMIENTOS E PROMOÇÕES TURÍSTICAS S.A (BATHKE, 2002, p. 44).

Nesse primeiro momento o turismo rural desenvolveu-se nas estruturas e no entorno dos hotéis - fazendas de Lages, que ofertavam aos turistas: conforto, serviços diversificados e conhecimento da cultura local, por meio de apresentações e gastronomia típicas.

Quanto aos aspectos físicos das propriedades, observa-se que estes tipos de empreendimentos em Lages apresentam áreas que podem ser consideradas de médias a grandes propriedades, uma vez que variam de 100 a mais de 1000 hectares. Este tamanho de estrato se distancia muito da média do estado de Santa Catarina, onde predominam as pequenas unidades familiares de produção, com até 50 hectares (MATTEI; SANTOS JUNIOR, 2003, p. 18).

Essa concepção de turismo rural pode ser comparada com a que acontece nos estados de São Paulo e Minas Gerais, onde é explorado o charme das grandes fazendas rurais.

O turismo rural em Lages se concentra nos hotéis-fazenda, modalidade que tenta integrar hospedagem, gastronomia regional e lazer, associados aos costumes da região. Para tanto, cada empreendimento possui um perfil próprio para atender às demandas de um mercado em expansão.

Em geral são fazendas antigas que adaptaram suas instalações e passaram a oferecer suas acomodações e suas atividades diárias como atrativos aos turistas.

No entanto, não foi possível que essa concepção de turismo rural se estendesse ao resto do espaço catarinense, pois a maioria das propriedades rurais de Santa Catarina não superam 50 hectares de extensão.

Dessa forma, o conceito de turismo rural avança para o TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar, que configura seus promotores como pertencentes ao grupo de pequenos produtores rurais – agricultores familiares, que trabalham por conta própria e possuem pequenas unidades de produção agrícola com produção de pequena escala, refletida em uma economia familiar de baixo poder aquisitivo.

“O estado de Santa Catarina, pela diversidade e riqueza de seu patrimônio natural e pela estrutura fundiária, caracteriza-se pela predominância da agricultura familiar, presente em mais de 90% das propriedades rurais” (TORESAN et al, 2003, p.03).

O turismo rural na agricultura familiar ocorre nas pequenas propriedades rurais e também ao redor dessas, resultando em uma atividade diversificada e atraente aos olhos dos turistas.

As atividades que se realizam nas pequenas propriedades rurais são aquelas das quais os visitantes compartilham do cotidiano da unidade familiar.

Das inúmeras atividades recreativas, várias podem ser praticadas nas unidades familiares, desde que estejam associadas com o conjunto de práticas que caracterizam o meio rural: pesca; pesque-pague; cavalgadas; caminhadas; passeios de barco; banhos em rios, lagos, represas, cachoeiras; atividades lúdicas em geral. (BRASIL, 2003-2007?, p.09).

Já as atividades que ocorrem ao redor das pequenas propriedades rurais agrícolas são aquelas que se identificam com o lazer, festas populares e religiosas, eventos esportivos, técnicos e científicos, feiras e exposições agropecuárias.

“O turismo no meio rural catarinense é extremamente diversificado, porém a modalidade de agroturismo em virtude das características agrárias e da dinâmica produtiva de Santa Catarina aparece como a alternativa mais adequada” (MATTEI; SANTOS JUNIOR, 2003, p. 38).

Agroturismo ou turismo rural na agricultura familiar é a modalidade de turismo rural que se aproxima da característica econômica do espaço rural catarinense, que como já foi dito refere-se à agricultura familiar.

Turismo rural na agricultura familiar é a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2005, p.08).

A dificuldade de definir as categorias de turismo no espaço rural é a primeira sinalização dos entraves que afetam esta atividade turística em Santa Catarina. Estende-se essa questão ao marco legal desse segmento, pois se os conceitos não estiverem claros poderão surgir projetos de leis ou leis divergentes ao que vem se discutindo até aqui. O item 3.5 reflete sobre essa questão com mais propriedade.

“A utilização desta multiplicidade de conceitos para denominar as atividades turísticas no espaço rural tem dificultado o entendimento, e até mesmo a implementação, de políticas públicas para o desenvolvimento do setor” (TORESAN et al, 2003, p. 15).

Instituições de incentivo e organização do turismo rural, entre elas o Ministério do Turismo, já elaboraram diretrizes que visam padronizar as conceituações desse segmento turístico.

Essas diretrizes têm o objetivo de facilitar a compreensão das conceituações sobre turismo rural aos demais interessados.

No espaço rural catarinense há aproximadamente 1.200 empreendimentos turísticos, voltados a atender as necessidades dos turistas. São meios de hospedagem, restaurantes, pesque-pagues, campings, parques aquáticos, entre outras estruturas de lazer.

Esses empreendimentos como pode ser observado na figura abaixo, estão distribuídos nas seis mesorregiões geográficas de Santa Catarina: Oeste Catarinense, Serrana, Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense.

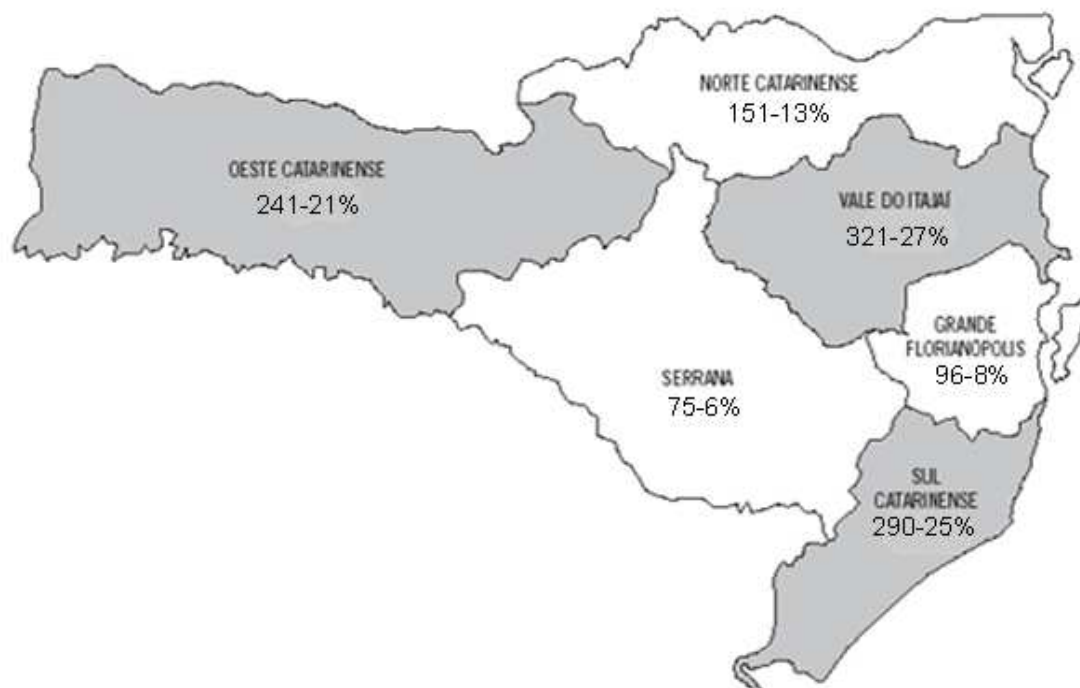


FIGURA 04 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

Fonte: TORESAN et. al, 2003, p. 25.

Pode-se observar que a concentração dos empreendimentos se dá nas regiões do Vale do Itajaí, Sul Catarinense e Oeste Catarinense. É justamente nessas regiões que o turismo rural na agricultura familiar catarinense encontra-se com maior representatividade de organização, promoção e venda do produto turístico rural. É interessante observar que a região serrana é que possui o menor percentual de empreendimentos no espaço rural de Santa Catarina, por justamente qualificar-se na modalidade de turismo rural com ênfase aos hotéis-fazenda.

Os principais serviços turísticos oferecidos no meio rural catarinense são pesque - pague, venda de produtos, serviços de hospedagem, serviços de alimentação e lazer em geral.

Pode-se citar a oferta desses serviços nas encostas da serra geral, Estrada Bonita em Joinville, São Martinho, Pomerode, Blumenau, Chapecó, entre outros municípios.

Santa Catarina é o estado com a maior concentração de leitos de turismo rural do País. A região de Lages conta com cerca de 75% dos 1.300 leitos, outros 10% estão localizados na região da Grande Florianópolis, 5% na região Sul (Urussanga e arredores) e 10% no Vale do Itajaí e Meio Oeste (ZIMMERMAN, 1998).

Os pesque – pagues estão presente nas regiões Norte, Sul, Oeste e Vale do Itajaí, pois a proliferação dessa categoria de atividade é consequência do baixo grau de investimento, ao mesmo tempo em que se torna uma boa opção de lazer para os turistas.

3.3.1) Dificuldades enfrentadas pelo TRAF catarinense

A falta de recursos próprios para investimentos nos empreendimentos é sem dúvida a principal dificuldade dos agricultores familiares, pois a disponibilidade de recursos próprios é insuficiente para realizar os investimentos necessários para promover as melhorias e ampliações desejadas para a atividade turística.

Para piorar a situação de investimento no TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar, a obtenção de financiamento torna-se um obstáculo de difícil superação, devido às altas taxas de juros e burocracias administrativas das instituições financeiras.

Além disso, os investimentos governamentais na infraestrutura de apoio ao turismo, principalmente no que diz respeito ao acesso e saneamento básico, são praticamente nulos, sendo o que resta às comunidades é a realização de mutirões e junção de esforços para minimizar os problemas dessa deficiência estrutural.

A capacitação profissional também é observada como uma das barreiras que afetam o desenvolvimento e organização do TRAF, já que a mão-de-obra turística é formada em sua maioria por pessoas que se envolvem com a atividade turística em tempo parcial, geralmente nos finais de semana. Isso pulveriza os colaboradores que precisam ser capacitados, pois a transitoriedade da mão-de-obra pode provocar a dispersão dos que foram capacitados.

Uma das questões mais pontuais e discutidas refere-se aos entraves da legislação que afetam as ações de promoção e expansão do turismo rural na agricultura familiar. Estas serão apresentadas e analisadas no item 3.4.

3.3.2) Caracterização do Grupo Técnico de Turismo Rural – GTTuR

O Grupo Técnico de Turismo Rural - GTTuR é resultado de movimentos turísticos regionais catarinenses que desde a década de 1990 orienta a organização e planejamento do turismo rural de Santa Catarina.

Esses movimentos são organizados por instituições distribuídas nas regiões turísticas de Santa Catarina.

Incluem-se entre as instituições diretamente envolvidas com o turismo rural: 1) Bom Jesus/IELUSC e 2) Fundação 25 de Julho sediadas na cidade de Joinville (região Caminho dos Príncipes); 3) Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia situada em Santa Rosa de Lima (SC) possui atividades nas regiões turísticas: Grande Florianópolis, Vale Europeu, Encantos do Sul e Serra Catarinense; 4) ACEVAM – Associação dos Colonos ecologistas do Vale do Mambituba localizada no município de Praia Grande na região Caminho dos Cânions e 5) Secretaria Municipal de Chapecó localizada na região Grande Oeste Catarinense.

A EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina é a instituição que representa a atuação do Governo de Santa Catarina junto ao TRAF.

A Empresa desenvolve o Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar dentro do seu Programa de Desenvolvimento Local. O Projeto visa promover a melhoria e o desenvolvimento de atividades turísticas na propriedade agrícola familiar, como instrumento de complementação de renda.

Por sua atuação na “ponta” junto aos agricultores através da ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, os extensionistas assim como os coordenadores da instituição possuem experiência para fomentar ações de TRAF junto aos agricultores. Além disso, é expressiva a interlocução da EPAGRI com os Ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário, além do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e Instituições de Ensino Superior, que juntos lançam diretrizes para o segmento no Estado.

É justamente esse papel catalisador da EPAGRI que potencializou o diálogo com as instituições citadas acima, que juntas formaram em 2002 o GTTuR.

Além das cinco instituições citadas acima participam das discussões o 6) Ministério do Desenvolvimento Agrário; 7) a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte; 8) SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A; 9) a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (CTMA –ALESC); 10) SEBRAE/SC - Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.

Essas instituições atuam em áreas singulares, porém complementares ao planejamento e desenvolvimento do turismo rural, ao passo que a discussão é dada para emergir soluções e estratégias que possibilitam salto de qualidade e competitividade do TRAF catarinense.

O Grupo tem por objetivo dialogar sobre as diretrizes do turismo rural e segmentos derivados junto às pessoas e instituições interessadas e/ou envolvidas com o tema.

Por conta disso, em 2006 foi elaborado o “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Rural em Santa Catarina”. Esse Plano contém diretrizes voltadas para cinco eixos temáticos: políticas públicas; organização e gestão; profissionalização e capacitação e; promoção e comercialização do segmento turístico.

Esse plano insere-se em um esforço para promover a articulação institucional e de empreendedores do turismo rural catarinense, a troca de conhecimentos, de experiências e a realização de parcerias, visando ganhos em sinergias e otimização de resultados.

O documento visa definir as linhas (ou diretrizes) de ação estratégicas e operacionais, no período de 2007 a 2010, para orientar a atuação das instituições e entidades envolvidas, no que diz respeito à: políticas públicas; organização e gestão; profissionalização e capacitação; promoção e comercialização do segmento turístico.

3.4) Aspectos legais: cenário e influência nas atividades do TRAF de Santa Catarina

Nesse momento serão abordadas as origens, desafios e aplicações da Lei TRAF/SC. Além de ser analisado o cenário e as possíveis restrições das legislações previdenciária, trabalhista, fiscal/tributária e sanitária sobre as atividades TRAF de Santa Catarina. Além disso, serão elencados os projetos de lei da esfera federal que buscam reconhecer o TRAF como atividade complementar às atividades agropecuárias.

a) Legislação Previdenciária

É possível dizer que as diretrizes da legislação previdenciária são as responsáveis pelas maiores preocupações legais dos agricultores familiares, antes de ingressar nas atividades TRAF.

Compreende-se esse cenário a partir do art. 195, § 8º da Constituição Federal de 1988, que prevê ao produtor rural condição de segurado especial.

O dispositivo determina ao legislador que observe tratamento diferenciado para aqueles que trabalham por conta própria em regime de economia familiar de pequena produção, da qual retiram sua subsistência. O dispositivo constitucional determina que a base de cálculo de suas contribuições à Seguridade Social seja o produto da comercialização de sua produção, criando, assim, regra diferenciada para a participação do custeio (VARASCHIN, 2004, p.68).

O tratamento diferenciado parte do princípio que não é possível exigir desse grupo contribuição previdenciária linear, pois suas atividades de produção dependem dos períodos de safra e incluem-se em regime de economia familiar. No § 1º do art 11º da Lei 8.213, de 24 de Julho 1991 que consolida a legislação que dispõe sobre os Planos de Benefícios e Custeio da Previdência Social e sobre a organização da Seguridade Social, regime de economia familiar é:

a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados. A composição do grupo familiar inclui cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 anos de idade e, mediante declaração junto ao INSS, o enteado, maior de 16 anos de idade, o menor sob guarda ou tutela, o maior de 16 anos e menos de 21 anos, que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Perde o direito de segurado especial o agricultor que de alguma forma possuir outra fonte de renda, ressalvado os direitos provenientes de (VARASCHIN, 2004, p.70-71):

- a) pensão por morte deixada pelo segurado especial e os benefícios de auxílio-acidente, auxílio-reclusão e pensão por morte, cujo valor seja inferior ou igual ao menor benefício de prestação continuada;
- b) remuneração recebida pelo regime sindical;
- c) comercialização do artesanato rural, conforme § 5º do artigo 200 do RPS (processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos por meio desses processos);
- d) contratos de arrendamento firmados em cumprimento à orientação contida no item 1.10 da OS/INSS, nº 590/97, com registro ou reconhecimento em firma efetuados até 28/11/1999, data da publicação do Decreto nº 3.265/99, até o final do prazo estipulado em cláusula;
- e) contratos de parceria e meação efetuados até 21/11/2000, data da publicação do Decreto nº 3.668/2000.

Também não são considerados segurados especiais (VARASCHIN, 2004, p. 71-72):

- a) a pessoa física, proprietária, ou não, que explora a atividade agropecuária ou pesqueira por intermédio de preposto, com ou sem o auxílio de empregados;
- b) aquele que em determinado período utilizar mão-de-obra assalariada, sendo considerado nesse período contribuinte individual;
- c) os filhos menores de 21 anos, cujo pai e mãe tenham perdido a condição de segurados especiais por motivo de exercício de outra atividade remunerada, salvo se comprovarem o exercício de atividade rural individualmente;
- d) os filhos e filhas casados, genros e noras, sogros e sogras, tios e tias, sobrinhos e sobrinhas, primos primas, netos e netas e afins.

Dessa forma, significa dizer que a atuação do agricultor em qualquer das atividades TRAF resulta na perda da condição de segurado especial, já que essas atividades geralmente exigem a implantação de uma empresa.

b) Legislação trabalhista

A partir do que foi dito sobre a legislação previdenciária é possível então estender essa compreensão às questões da legislação trabalhista, pois as condições de segurado especial geram conseqüências paradoxais para o agricultor.

A primeira diz respeito à implantação de um negócio de turismo que acarreta automaticamente a perda da condição de segurado especial e a segunda revela-se com a informalidade que prejudica a contratação de mão-de-obra (geralmente parentes e vizinhos) para compartilhar as atividades.

O problema encontra-se justamente na necessidade de mão-de-obra eventual, necessária geralmente nos finais de semana e feriados por serem períodos de aumento dos fluxos de turistas.

Para resolver a questão os agricultores que estão na informalidade quanto à atividade turística contratam mão-de-obra eventual, que em caso de comprovação de vínculo empregatício, pode resultar em processo para o agricultor-empregador. No entanto, essa situação é muito rara, pois geralmente o empregado também se encontra na condição de segurado especial.

Observe-se que um trabalhador eventual pode transformar-se automaticamente em não-eventual, portanto, em empregado. Basta que em vez de trabalhar de vez em quando passe a fazê-lo seguidamente para a mesma fonte de trabalho, caso em que surgirá um ajuste, até mesmo tácito, ou uma relação de emprego (VARASCHIN, 2004, p.117).

A dupla jornada de trabalho também é uma questão a ser analisada, pois se configura num momento pela atividade agrícola e em outro pela atividade turística. Nesse caso o empreendedor rural deve arcar pelo piso salarial mais alto, ou seja, da atividade turística.

As questões colocadas são desafiadoras para os pequenos agricultores, pois o faturamento mensal desses não atende as condições financeiras para contratar um colaborador permanente. Além disso, esse cenário pode estimular a clandestinidade e a não regulamentação da atividade.

No entanto, considera-se um avanço dessa discussão a Lei Federal 11.718/08 que acrescenta artigo na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o §6º do art. 1º da Lei nº

11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

A Lei 11.718/08 usa de sua competência para reconhecer as atividades de turismo rural frente aos desafios das legalidades previdenciária, trabalhista, fiscal e tributária.

O documento incentiva a regulamentação, principalmente dos agricultores familiares, quanto à realização de atividades não agrícolas no espaço rural.

Os agricultores familiares segundo este marco legal não perderão a condição de segurado especial quando:

- ✓ Realizarem atividades TRAF, por até 120 dias no ano;
- ✓ Contratarem mão-de-obra temporária;
- ✓ Participarem de ações associativistas/cooperativistas.

Além disso, a Lei dispõe que o crédito rural deve estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados.

Então, a presente lei certamente é um avanço ao reconhecimento das novas dinâmicas sociais do espaço rural, dadas a sua pluriatividade.

c) Legislação fiscal/tributária

O cenário legislativo fiscal/tributário também dispõe de dificuldades a serem superadas no campo do TRAF. As questões sobre a legislação fiscal referem-se à informalidade da qual operam os empreendimentos turísticos.

O principal aspecto negativo dessa condição está ligado à emissão de nota fiscal, que no caso de irregularidade impede tal ação. Isso prejudica a qualidade e credibilidade dos serviços prestados, pois muitas das vezes os clientes solicitam nota fiscal ou desejam realizar eventos que exigem prestação de contas, criando uma situação desconfortável ao prestador de serviço (agricultor familiar), que deve assumir sua irregularidade.

Estudiosos indicam para solução do problema autorizar os agricultores “a emitir nota de produtor pela prestação dos serviços turísticos oferecidos em suas propriedades, ou emitir nota fiscal através de uma cooperativa ou associação” (VARASCHIN et al, 2004, p.60).

É preciso citar o avanço deste cenário. A partir da regulamentação da Lei TRAF/SC foi sancionado pelo Governador do Estado o Decreto nº 1.987 de 10 de dezembro de 2008 que faz a alteração 1.851 no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação de Santa Catarina (RICMS/SC):

Alteração 1.851 – O anexo 6 fica acrescido do seguinte artigo: Art. 18 – Serão documentadas com Nota Fiscal de Produtor as seguintes operações realizadas no âmbito do turismo rural na agricultura familiar a se refere a Lei 14.361 de 25 de janeiro de 2008.

Esse decreto incentiva a realização de atividades TRAF e permite que o agricultor familiar possa utilizar seus blocos de notas de produtor para emitir notas fiscais referentes à prestação de serviço voltado a alimentação (venda de produtos coloniais, almoço).

No entanto, ainda avançam os diálogos sobre essa temática, pois esse decreto refere-se a serviços de tributação estadual. O problema se encontra nos serviços de hospedagem que se incluem na lista de serviços de tributação municipal.

Por conta disso, o Grupo Técnico de Turismo Rural (GTTuR) vem dialogando por meio da FECAM (Federação Catarinense de Municípios) com os municípios que contemplam esta atividade para pelo menos tributar as atividades TRAF a menor alíquota (3%) do ISS (Imposto sobre Serviço).

A legislação tributária é resultado do pagamento de impostos e taxas, de responsabilidades dos empreendedores rurais.

Além desses pagamentos os agricultores que desenvolvem atividade turística são também obrigados a pagar: taxa a um químico, taxa ao ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), salário a um veterinário e taxas para o órgão ambiental, normalmente FATMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente ou IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (VARASCHIN et al, 2004,p.60).

Portanto, percebe-se que o grupo de impostos a serem pagos pelos agricultores familiares dificultam sua entrada e permanência nas atividades TRAF.

d) Legislação Sanitária

Por fim, a legislação sanitária é percebida como uma das vertentes legais mais complexas de interação com o TRAF. Os empreendimentos turísticos do espaço rural são em sua maioria de pequeno porte e caracterizam-se pela utilização de produtos provenientes da própria unidade de produção. No entanto, muitas das vezes a Vigilância Sanitária não pode abrir mão de regras que auxiliaram na erradicação de doenças provocadas por intoxicações alimentares. O objetivo é equacionar as regras colocadas com o cotidiano das atividades TRAF. A solução pode ser gerada com o caderno de orientações, comentado a seguir.

Segundo as normas da vigilância sanitária é possível servir aos clientes apenas alimentos que tenham passado por processo de industrialização e que possuam registro, principalmente no caso de produtos como frango, carne bovina, suína, derivados de leite, embutidos, conservas e doces (VARASCHIN et al, 2004).

Essas normas muitas vezes descaracterizam o produto ou serviço, que no âmbito rural são servidos, por exemplo, galinha caipira assada em forno a lenha, o que transforma os estabelecimentos em réplicas rurais de restaurantes urbanos, sem nenhum tipo de diferencial, que justamente o que visitantes procuram.

A sugestão para minimizar os aspectos da legislação sanitária sobre os serviços de alimentação, gira em torno da necessidade de uma legislação específica e diferenciada para os pequenos agricultores, de modo a permitir que possam agregar valores aos seus produtos sem perder a condição de produto artesanal e, ao mesmo tempo garantir a segurança alimentar.

Já é possível citar avanços desta discussão. O GTTuR tem uma aproximação interessante com a Gerência de Produtos e Serviços da Vigilância Sanitária que se comprometeu em desenvolver junto com o Grupo um caderno de orientações sobre as normas sanitárias, voltado a realidade dos agricultores familiares envolvidos com o TRAF.

Além disso, a diretoria da Vigilância em parceria com a EPAGRI desenvolverá cursos de capacitação para agricultores, além de orientar seus fiscais sobre a existência dessa dinâmica social no espaço rural catarinense.

e) Projetos de Lei Federais de reconhecimento do turismo rural

Fica fácil imaginar as dificuldades dos agricultores familiares perante esse arsenal legislativo que fragiliza seu ingresso nas atividades deste segmento turístico.

Para tanto, deputados do Congresso Nacional, estimulados por movimentos dos Ministérios do Turismo, do Desenvolvimento Agrário e pela Rede TRAF, elaboraram projetos de lei que buscam minimizar as dificuldades legais descritas anteriormente.

Foi assim que em 2003 o Deputado Federal Bernardo Ariston apresentou o Projeto de Lei 1.043 que dispõe sobre os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural e dá outras providências.

O referido PL já foi aprovado nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Turismo e Desporto. Atualmente o PL encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação, aguardando análise e parecer do Deputado Federal Manoel Junior, estando sujeito à apreciação conclusiva das Comissões. Sendo aprovado, irá à deliberação no Senado Federal.

Sem dúvidas esse Projeto de Lei é um avanço para o TRAF, pois é previsto que as atividades TRAF fiquem adicionadas dentre aquelas cujo planejamento é objeto da Lei Federal 8.171 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política agrícola.

Além disso, o PL defende que o agricultor que estiver envolvido com o TRAF receba o mesmo tratamento tributário, trabalhista e previdenciário das atividades agropecuárias.

A preocupação sobre esse PL situa-se nos aspectos conceituais do mesmo, pois o documento iguala turismo rural e TRAF como atividades similares.

Na verdade quando não se diferenciam essas modalidades de turismo, principalmente no campo legal, acaba por se oferecer as mesmas oportunidades e direitos dos agricultores familiares a quaisquer outras ordens de empreendedores.

O outro Projeto de Lei 5.797 de novembro de 2001, da Senadora Marisa Serrano, busca dar um adequado tratamento ao turismo rural mediante alterações nas Leis nº 8.171/91 e 8.870/94 – Referente à Seguridade Social e Planos de Benefícios e Previdência Social. O mesmo PL também se encontra na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Diante das complementações cita-se ainda o Projeto de Lei 5.077/09 do Deputado Federal Silvio Torres que dispõe sobre o empregador rural e dá outras providências. Este projeto de Lei 5.077, de 2009, pretende enquadrar a atividade do turismo rural, para efeitos de imposto de renda, como atividade agropecuária, e aquele que explore esta atividade de forma subsidiária à produção agrícola como empregador rural. Nestes termos do projeto de lei serão consideradas atividades classificadas como turismo rural sujeitas ao regime especial de tributação a administração de hospedagem em meio rural; - o fornecimento de alimentação e bebidas em restaurantes e meios de hospedagem rurais; a organização e a promoção de visitas a propriedades rurais produtivas ou

propriedades rurais inativas de importância histórica; a exploração de vivência de práticas do meio rural; e a exploração de manifestações artísticas ou religiosas no meio rural.

Dos projetos de lei citados acima se percebe que o que se coloca em divergência é a questão conceitual. Isso demonstra a importância de uniformização dos conceitos nas diversas instâncias para serem traçadas formas de regulamentação contextualizadas com a realidade do turismo realizado no espaço rural. Para isso é importante que os legisladores se aproximem de organizações e grupos de pesquisa desse tema para estabelecer diálogo e levantar as diretrizes de desenvolvimento desse segmento.

3.5) Lei TRAF/SC: origem e desafios

O estímulo de adequação da legislação para o TRAF está interpretado na Lei 14.361 de 25 de janeiro de 2008 (conhecida como Lei TRAF/SC, anexo A) que estabelece a política de apoio ao TRAF de Santa Catarina. Essa lei é o marco legal para incentivar o desenvolvimento integralizado entre conceito e regulamentação do turismo rural na agricultura familiar catarinense.

Elaborada e sancionada a partir do eixo temático “políticas públicas” do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Rural em Santa Catarina, a Lei TRAF/SC vem abrir frente no campo legislativo quanto à multifuncionalidade e pluriatividade do espaço rural e diminuir os entraves legais sofridos pelo TRAF catarinense.

O estado de Santa Catarina saiu na frente dos demais estados brasileiros quando em 1984, no município de Lages, criou oficialmente o turismo rural no Brasil.

Essa tipologia de turismo nasceu justamente em Lages, lugar de latifúndios e grandes fazendas rurais, como forma pioneira de diversificação das atividades agropecuárias, tradicionais naquela região.

Com o incentivo do poder público local, principalmente nas ações estratégicas de promoção e comercialização, os proprietários resolveram abrir as portas de suas fazendas para os turistas.

A partir dessa iniciativa começaram a surgir derivações desse turismo que atendessem ao perfil do espaço rural catarinense, disposto nos aspectos conceituais, discutidos anteriormente. O TRAF é justamente o segmento que está voltado para o agricultor familiar catarinense.

O Art. 3º da Lei nº 11.326 de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Dessa forma, o TRAF está voltado para atender as características desses agricultores que desejam, além de realizar suas atividades voltadas à agricultura, complementá-las com a prática do turismo.

Para isso vêm ocorrendo, a partir da década de 1990, diversos movimentos regionais que de forma latente estão tentando organizar e desenvolver esse segmento turístico no Estado.

A elaboração da referida Lei TRAF/SC partiu de diversos esforços conjuntos dos movimentos nacional e estadual de inclusão e igualdade das atividades TRAF a coletânea de atividades agrícolas.

Para tanto, em 2007 foi elaborado e apresentado ao Deputado Estadual Sergio Grando o Projeto de Lei nº125/07, que tratava do TRAF em Santa Catarina.

No entanto, o projeto apresentado não atendia as necessidades preliminares do TRAF, levantadas pelo GTTuR e por instituições de base.

Dessa forma, o GTTuR realizou atividades ao longo do ano de 2007, para evitar através de uma Emenda Substitutiva Global a aprovação do referido Projeto de Lei.

Foi, então, que em maio de 2007, o GTTuR entrou em contato com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da ALESC, para manifestar a necessidade de aprimorá-lo no sentido de ajustar seus aspectos conceituais, suas diretrizes e seus mecanismos de apoio a este segmento.

Assim, a emenda foi aceita e a Lei 14.361 de janeiro de 2008 foi sancionada pelo Governador Luiz Henrique da Silveira.

Atualmente encontra-se em curso o movimento de articulação para regulamentar a referida Lei. Para isso, foi requerida AP - Audiência Pública pelo Deputado Estadual Décio Góes, em 14 de julho de 2008 no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright da ALESC, com o objetivo

de aproximar os diversos segmentos envolvidos com o tema para discussão e aprimoramento da proposta.

Nesse encontro estiverem presentes agricultores, extensionistas da EPAGRI e instituições tal como AGESC – Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, MDA, SEF – Secretaria de Estado da Fazenda, FETAESC – Federação de Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina, CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da EPAGRI, FECAM – Federação Catarinense de Municípios, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Urubici, Bom Jesus/IELUSC, Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, Vigilância Sanitária - Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e Santa Catarina Turismo S/A.

O resultado de maior interesse para os envolvidos com o TRAF catarinense, foi justamente o encontro interdisciplinar estreitamente necessário para evolução das propostas colocadas.

Foi criado, então, o GT - Grupo de Trabalho de Regulamentação da Lei TRAF/SC para trabalhar no ajuste dos interesses e necessidades apresentadas pelas instituições.

Pertencem a esse grupo as seguintes instituições: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Estado da Fazenda, Sindicato Estadual de Guias de Turismo, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Santa Catarina Turismo S/A, Federação de Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina, EPAGRI, CTMA/ALESC, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Urubici, Bom Jesus/IELUSC, Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina, e Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais.

Por ter sido elaborada com interface interdisciplinar envolvendo profissionais das áreas do direito, administração, turismo, antropologia, agronomia e interinstitucional a Lei TRAF/SC é um avanço para o segmento, pois focaliza sua atenção no agricultor familiar que assume diversas dificuldades ao se inserir no negócio do turismo.

Além disso, esse documento direciona a regulamentação do mercado ao definir a oferta, a demanda e unidade territorial de planejamento TRAF (SANTA CATARINA, 2008):

II - oferta TRAF: conjunto de locais, equipamentos, atividades, serviços, eventos ou manifestações ligadas ao meio rural, capazes de motivar o deslocamento de visitantes para conhecê-los e usufruí-los de forma sustentável;

III - demanda TRAF: todos os visitantes que desejam usufruir dos atributos e atrativos do meio rural, comprometidos em valorizar os equipamentos, produtos e serviços turísticos oferecidos por agricultores familiares; e

IV - unidade territorial de planejamento TRAF: área geográfica constituída por unidades agrícolas familiares que compartilham aspectos agropecuários, culturais, históricos, sociais e ambientais e que poderá ser denominada de circuitos, roteiros, rotas, caminhos, trilhas, colônias, comunidades, etc.

Lembrando que também são considerados beneficiados dessa Lei os pescadores artesanais, quilombolas, assentados da reforma agrária e as comunidades indígenas.

Assim, as iniciativas de apoio do Poder Público Estadual ao TRAF deverão estar alicerçadas e comprometidas com os seguintes princípios (SANTA CATARINA, 2008):

I - desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável;

II - promoção do TRAF como fator de inclusão social e de revitalização do território rural;

III - incentivo à diversificação da produção e ao desenvolvimento do TRAF de forma complementar às demais atividades produtivas;

IV - estímulo à produção agroecológica e/ou orgânica;

V - fomento à comercialização direta aos visitantes dos produtos associados ao TRAF ofertados pelos agricultores envolvidos;

VI - promoção da capacitação de agricultores familiares, inclusive dos jovens rurais, para o desenvolvimento de atividades e serviços relacionados ao TRAF;

VII - valorização e resgate do artesanato local/regional, do modo de vida rural, dos eventos típicos e da convivência do visitante com a família do agricultor familiar;

VIII - fortalecimento dos territórios rurais, com a preservação das paisagens culturais associadas e o fomento às formas associativas de organização social;

IX - promoção da participação efetiva dos agricultores familiares nos processos de planejamento e implantação do TRAF;

X - incentivo ao desenvolvimento da atividade a partir da Unidade Territorial de Planejamento TRAF, inclusive na formatação de circuitos, roteiros, rotas e caminhos, de forma integrada aos produtos turísticos oficiais; e

XI - fomento à criação e/ou implantação de planos municipais de desenvolvimento do turismo que contemplem o segmento TRAF.

É possível citar quatro principais contribuições da Lei TRAF para o desenvolvimento do segmento. Em primeiro lugar a lei protege os agricultores familiares como os únicos “empreendedores” que poderão se beneficiar do segmento, utilizando o mesmo conceito de agricultor familiar da Lei nº 11.326 de 2006. Em segundo lugar é regulamentado o mercado ao conceituar a oferta e a demanda do segmento. Em terceiro lugar a lei provocou a aproximação com a Vigilância Sanitária Estadual quanto às normas sanitárias. E em quarto lugar a lei prevê no artigo 5º que as atividades TRAF sejam consideradas associadas e complementares às atividades agropecuárias, sendo sujeitas ao mesmo tratamento fiscal e tributário, no âmbito estadual. Através dessa consideração já é possível que os agricultores possam utilizar a nota de produtor

para emitir sobre a comercialização de produtos coloniais e alimentação. Além disso, já está sendo dialogado com a ALESC e com os municípios, por intermédio da FECAM, a aplicação das menores alíquotas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) arrecadado pelo Estado com alíquotas entre 12% a 15% e ISS (Imposto Sobre Serviço) arrecadado pelo município com alíquota entre 2% a 5%. A possível determinação do Governo do Estado e pelos municípios pelas menores alíquotas reduzirão os custos dos agricultores quando realizarem as atividades TRAF.

CAPÍTULO IV – CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DE RANCHO QUEIMADO

Durante as pesquisas de campo em Rancho Queimado foi possível conhecer as ações endógenas de desenvolvimento realizadas neste lugar. Desde o início da década de 1970 os atores sociais do município vêm se organizando para a tomada de decisões que dizem respeito ao seu futuro.

O Projeto LACHARES foi o marco inicial dessa jornada que provocou mudanças voltadas à compreensão do desenvolvimento socioespacial e autonomista do lugar.

Esse capítulo procura apresentar essas manifestações e refletir sobre a importância de conhecer o local e as pessoas que a ele pertencem antes de sugerir propostas de planejamento.

4.1) Projeto LACHARES: estímulo à autonomia do território turístico Rancho Queimadense

Compreende-se o significado de território como a manifestação das relações sociais de um lugar. Território é o campo social onde ocorrem as relações de poder e a partir destas que se desdobram as composições sociais. Ele é o resultado da manifestação de desejos e posicionamentos dos atores sociais.

A construção de um território é coletiva e delegada por forças sociais que podem assumir um caráter egocêntrico (postulado por posicionamentos individualistas) ou por uma postura que atenda às necessidades básicas da coletividade.

Pcqueur (2006, p.95) tecendo reflexões sobre território no cenário econômico global, posiciona a formação do território além das imposições colocadas pelas autoridades locais. “O território é, também, e talvez, sobretudo, o resultado de um processo de construção e de delimitação efetivado pelos atores”.

Então a construção do território se dá a partir da aproximação dos interesses sociais coletivos, ou seja, a satisfação das necessidades básicas e justiça social, das políticas públicas remetidas pelas autoridades locais.

A perspectiva de justiça social deste estudo diz respeito à ideia de instrumentalização dos atores sociais para que possam acessar igualmente os processos e instâncias de decisão.

A soma da melhoria da qualidade de vida à justiça social resulta em um processo de conscientização coletiva denominada desenvolvimento socioespacial.

Para Souza (1996) o desenvolvimento socioespacial deve ser desprovido de ranços do desenvolvimento econômico, concebido pelas teorias da modernização e do crescimento que reduz o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

Crescimento e modernização se não forem acompanhados por distribuição da riqueza socialmente produzida e atendimento de necessidades materiais e não-materiais elementares, não devem, por conseguinte, valer como indicadores de desenvolvimento em sentido estrito (SOUZA, 1996, p.7).

As propostas de desenvolvimento de um lugar podem ser auxiliadas com a aplicação de movimentos endógenos e autônomos.

O processo endógeno é aquele que surge de dentro pra fora e faz o esforço de retomar o lugar do ator social como protagonista das decisões que implicarão no rumo de seu futuro.

Esta proposta chama os planejadores a se aproximarem dos atores sociais para perguntar o que eles (atores sociais) desejam para o seu futuro.

Souza (2002) denomina isto de “desprofissionalização” do planejamento chamando o profissional à humildade de perceber que o conhecimento das dinâmicas sociais do lugar estão incluídos no saber-fazer local.

Demo (2008) defensor da pesquisa participante também convida os pesquisadores, principalmente os teóricos, a terem “humildade” de assumirem que podem aprender com os atores sociais – cidadãos.

O que está se pretendendo aqui é destacar que os atores sociais são capazes de decidir e planejar seu futuro, com a participação de planejadores sociais que se proponham firmar parceria com estes atores.

Um conceito de desenvolvimento livre de ranço etnocêntrico precisa acentuar a ideia de que cada povo, cada grupo social, deve possuir autonomia necessária para definir o conteúdo desse conceito de acordo com as suas próprias necessidades e de conformidade com as suas características culturais (SOUZA, 1996, p.10).

A abordagem autônoma desenvolvida por Souza parte dos estudos de Cornelius Castoriadis sobre o tema.

Uma sociedade basicamente autônoma significa “apenas” uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes (SOUZA, 2002, p.175).

É possível dizer que o projeto LACHARES (Lar da Cultura e Harmonia, de Assistência e Reintegração Social) foi o embrião da construção autônoma do território turístico rancho queimadense. Este projeto foi implantado no município até a década de 1990 quando esbarrou em ideologias conservadoras e no tecnocratismo.

O projeto surgiu em 1974 quando o Pastor Silvino Schneider visitou um distrito de Rancho Queimado denominado Taquaras.

Durante a visita, o pastor recém formado da IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil percebeu que as necessidades básicas da população local careciam de infraestrutura básica, serviços de saúde e educação. Então, decidiu mudar-se para Rancho Queimado e sugeriu a comunidade local se aproximar de valores sociais, opostos aos colocados pela Revolução Verde⁹.

Os primeiros passos do projeto se deram com a aproximação dos interessados pela proposta e a aquisição de uma sede para a realização das atividades. Foi então que famílias e autoridades públicas que possuíam propriedades em Taquaras resolveram doar 14 hectares de terra e recursos para fomentar o projeto.

Foi objetivo das doações de terra disponibilizar a sede do LACHARES para abrigar as atividades envolvidas com agroecologia, cooperativismo e turismo rural. No local eram ensinadas novas técnicas agrícolas que valorizassem o saber-fazer local.

Entre as técnicas “estavam o uso racional do esterco e húmus da propriedade, teste e produção de plantas forrageiras adaptadas à região, produção de alimentos na propriedade e o cultivo de plantas de valor medicinal” (WUERGES, 2005, p. 25).

Diante deste cenário o turismo rural foi colocado em pauta como uma das alternativas de construção do território turístico local.

⁹ Modelo que privilegia a substituição tradicional de produção agrícola pela automação e modernização das atividades agrícolas.

A ideia era promover um modelo alternativo de turismo distinto daquele realizado com base em grandes empreendimentos, como estava se desenvolvendo na região de Gramado e Canela, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o Pastor Silvino, nesses municípios a população local carente, de modo geral, era pouco beneficiada pela promoção do turismo (WUERGES, 2005, p.74).

Para estimular o início da organização do turismo rural local, a sede do LACHARES foi estruturada com trilhas ecológicas e serviços de café colonial.

A partir da década de 1990 o LACHARES começou a diminuir suas atividades por motivos ideológicos. A IECLB contestava a prudência do projeto perante a instituição.

Foi então que o Pastor Silvino resolveu se afastar da igreja, mas as pressões de alguns atores locais e a escassez de recursos financeiros deram juntos com falecimento do pastor o xeque mate ao LACHARES.

Estão suspensas as atividades no terreno do LACHARES, que atualmente voltou para a administração da igreja Luterana.

4.2) Contribuições da ideia de autonomia para aproximação dos atores sociais envolvidos com o turismo rural na agricultura familiar

A discussão colocada nesta pesquisa sobre turismo rural na agricultura familiar esforça-se para fortalecer a proposta de aproximação dos atores sociais envolvidos com esse segmento.

Essa proposta procura lutar contra a individualidade presente nos contextos sociais do espaço rural, que inibe às tentativas de formação de redes sociais ou qualquer forma de atuação coletiva. Além disso, procura fortalecer a ideia de solidariedade entre as partes, para que a troca de valores seja beneficiada.

O TRAF é um segmento turístico proposto a atuar no contra fluxo do turismo de massa para evitar a utilização do destino turístico apenas para finalidades lucrativas.

Por conta disso, esse segmento repousa sobre bases teóricas e práticas voltadas para a construção de um trabalho coletivo, do qual os atores sociais são responsáveis pela elaboração da agenda de desenvolvimento turístico local.

No entanto essa condição ainda não foi entendida por alguns técnicos turísticos, pois uma das estratégias de políticas públicas de turismo que põe em prática a necessidade do rever a ideia

de trabalho coletivo é representada pelo Projeto Destinos Indutores, de responsabilidade do Ministério do Turismo, que não contou com a participação local de Rancho Queimado para a formulação de suas estratégias.

Pode-se dizer que esse cenário já é reflexo da ausência de participação popular no processo de planejamento turístico de Rancho Queimado. Segundo 58% dos entrevistados a comunidade encontra-se distante da participação do planejamento turístico municipal, pois não possuem conhecimento das políticas públicas de turismo.

Segundo este público, ainda encontra-se centralizado no poder público municipal o planejamento e gestão do turismo.

Os 42% que afirmaram a participação da população local no planejamento turístico, argumentaram suas respostas numa perspectiva informacional e não participativa. As justificativas permearam participações de reuniões na prefeitura e informações sobre o turismo municipal por meio da imprensa local.

A maioria (55%) dos entrevistados sabem que Rancho Queimado é o destino indutor do TRAF, mas justificaram em suas falas que desconhecem o que isto significará para o turismo local e regional das Encostas da Serra Geral.

Esta realidade retrata a ausência de participação comunitária nas decisões futuras do território turístico local, sinalizando o equívoco do MTur em incluir algumas localidades como destino indutor deste segmento sem convidar a população para participar desta proposta, como é o caso de Rancho Queimado.

Este é o contexto que atuam os atores sociais quando não se aproximam em favor de seus objetivos e desejos.

Então o que se tem é o oposto de se estruturar um destino turístico competitivo e organizado, pois não estão envolvidos nesta causa os atores sociais que devem ser os responsáveis desta estruturação.

Além disso, a estratégia colocada por este tipo de projeto gera a dependência da população por soluções advindas de “cima” comprometendo sua capacidade de assumir um posicionamento autônomo.

Para a eficiência do projeto os técnicos deveriam respeitar o histórico de participação popular do município; conhecer as lideranças locais e; aproximar o diálogo técnico do comunitário.

4.2.1) Autonomia: o fim dos dirigentes e dirigidos

Pelo o que foi dito anteriormente fica claro que não basta cruzar os braços e transferir a culpa para as gestões governamentais. É preciso romper os paradigmas dependentistas e assistencialistas e assumir as decisões de planejamento e desenvolvimento do lugar.

A ideia de autonomia sugere o rompimento desses paradigmas para que uma sociedade autônoma seja formada por cidadãos conscientes e responsáveis com o futuro da coletividade.

Diante desta perspectiva Souza (2002, p.65) lança mão de duas manifestações de autonomia, para fortalecer a “formação de indivíduos lúcidos e críticos”. A primeira, autonomia individual, propõe que o indivíduo seja responsável pela tomada de decisão para a conquista de suas necessidades básicas e justiça social. A segunda, autonomia coletiva, convida o indivíduo a agir coletivamente pelas necessidades coletivas.

Ambas as faces de autonomia trazem intrinsecamente os valores instrumental e substantivo, que trazem contribuições a aproximação dos atores sociais.

“O valor instrumental da autonomia diz respeito à importância da liberdade para se fazerem coisas ou proteger-se de ações nocivas de outrem, enquanto que o valor substantivo refere-se à fruição da liberdade efetiva como um bem em si mesmo, base da auto-estima do ser humano” (SOUZA, 2002, p.65).

Estes valores se desdobram pelo exercício da cidadania, com participação defendida pela democracia direta. A democracia direta deve ser distributiva e justa, dar voz a todos e principalmente à oportunidade de todos os atores sociais participarem dos processos decisivos.

Na outra mão se encontra a democracia representativa, que nominalmente já é definida pelos representantes do poder “defendendo” a coletividade.

A delegação é característica comum as duas democracias. No entanto, na democracia direta, ao contrário da representativa, a delegação não significa alienar poder decisório a favor de alguém.

Parte-se do pressuposto de que não é viável que todos tenham o direito de participar diretamente da tomada de decisões, advogando-se a legitimidade das decisões tomadas por aqueles que, uma vez livremente eleitos pelo coletivo mais amplo, teriam o direito de decidir em nome dos demais (SOUZA, 2002, p. 325).

A democracia representativa defende que as decisões para serem mais fáceis e eficientes devem estar nas mãos dos técnicos. O tecnocratismo é uma das características desta vertente que evita o contato com a população local.

Já a perspectiva autonomista apóia a aproximação dos planejadores para que se tornem parceiros nas decisões que permeiam o futuro de uma localidade. O planejador se desejar deve ser o incentivador de soluções endógenas e de atividades que fortaleçam o saber-fazer local.

Sachs (1986, p.114) faz algumas considerações sobre a atuação do planejador:

O planejador deve recusar quaisquer soluções gerais, desesperadamente uniformizantes, inspiradas pelo mimetismo cultural, por uma visão unilinear e empobrecedora do desenvolvimento e pela busca de modelos no passado de outros povos, posto que a história não oferece senão antimodelos a serem ultrapassados.

O que se deseja deixar claro é que o pensamento autônomo abre as portas para o fortalecimento das interações sociais e sugere a aproximação dos atores sociais envolvidos com o TRAF.

Através destas ideias é possível tornar mais fácil o processo de participação dos atores sociais destacando as parcerias, cooperação, elaboração de roteiros turísticos, que exigem comprometimento, responsabilidade e solidariedade entre os envolvidos para proporcionar, principalmente, a melhor forma de trocar experiências entre visitantes e visitados.

4.3) Recente participação do turismo na formação social de Rancho Queimado

Desde a década de 1970, a Revolução Verde, modelo agrícola que privilegia a modernização tecnológica das atividades agropecuárias, vem formatando estrategicamente práticas de intimidação a permanência no campo da agricultura familiar.

As estratégias desse modelo são desde cooptação dos agricultores familiares a desistirem de suas atividades à manipulação de políticas públicas que não beneficiem este público. Além do discurso ditado pela “geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida”.

Para efeitos de exemplificação, enquanto a produção agrícola de larga escala incentivada pela revolução verde emprega um operário para determinada atividade agrícola (exemplo colheita de milho), a produção agrícola na agricultura familiar pode empregar mais de uma família para a mesma atividade. As imagens ajudam a traduzir esta realidade.

Figura 05- Colheitadeira de milho

Fonte: www.tratorweb.com.br

Figura 06 - Agricultores colhendo milho

Fonte: www.agrmilho.com.br

Diante do exposto nas figuras 05 e 06, pode-se colocar em cheque a melhoria da qualidade de vida pelo modelo agrícola proposto na Revolução Verde.

Não há qualidade de vida para o operador da colheitadeira que passa horas dentro de um equipamento sob pressão corporativa, não há qualidade de vida para os consumidores de produtos industrializados nesta ordem e não há qualidade de vida para os agricultores familiares que veem desvalorizada sua mão-de-obra.

Além disso, em 2009 o IBGE apresentou o censo agropecuário com informações que reafirmam a importância da agricultura familiar no cenário produtivo agropecuário.

Sachs (1986, p.19) em suas reflexões sobre ecodesenvolvimento expõe que a Revolução Verde “contribuiu para uma crescente polarização social e uma distribuição de renda, ainda mais desigual, nos campos”.

A implementação de novas técnicas agrícolas em Rancho Queimado ocorreu a partir da década de 1970. Esta proposta surgiu no município a partir do processo de modernização conservadora, que privilegiou as novas técnicas agrícolas em substituição às tradicionais.

No contra fluxo deste processo foram propostas alternativas de desenvolvimento que pregavam pela prudência ecológica, justiça social e autonomia. O Projeto LACHARES foi o movimento protagonista do processo de desenvolvimento socioespacial.

Com todos os avanços e contradições o LACHARES foi responsável por semear a essência do turismo rural em Rancho Queimado, colocada pelo pesquisador espanhol Talavera (2002), cuja combinação deste segmento se baseia em uma aplicação combinada de natureza, contato humano e cultura, com pretensões de benefícios mútuo turista-residente.

É importante lembrar que os recursos rurais de Rancho Queimado são atrações para a prática também do turismo rural e do turismo no espaço rural. Sob esta ótica incluem-se a valorização imobiliária que a partir da década de 1990 está posicionada num ciclo crescente.

Atualmente são 22 condomínios rurais em Rancho Queimado recheados de belas casas e pessoas desejosas em usufruir os recursos rurais do local.

Por conta disso, atores sociais locais e até mesmo pesquisadores associam os condomínios rurais ao turismo rural. O público que usufrui os condomínios rurais atua divergentemente à proposta do turismo rural na agricultura familiar que insiste na troca de experiências entre visitantes e visitados e na valorização do saber-fazer local.

Wuerges faz uma relação equivocada entre o turismo rural e condomínios rurais. Ele relaciona os condomínios rurais ao turismo rural: “condomínios rurais de luxo estão mudando a paisagem e as relações sociais do município” (WUERGES, p.81).

Os condomínios rurais pertencem ao fenômeno da segunda residência e compõem o cenário do turismo no espaço rural já explicado no item 3.1 desta pesquisa.

Os condomínios rurais são produtos do fenômeno da segunda residência, que principalmente em Rancho Queimado é regado pela especulação imobiliária e sub-utilização da mão-de-obra local. Os visitantes ou condôminos são em sua maioria residentes de Florianópolis. Estes quando se dirigem a Rancho Queimado geralmente estão abastecidos de produtos necessários a passagem dos finais de semana (alimentos, produtos de limpeza etc), não consumindo de maneira expressiva ou dinamizando o comércio local.

A este respeito os entrevistados da comunidade levantaram três categorias de turismo no município: 1) turismo rural, 2) condomínios rurais e 3) excursões. Impreterivelmente é o público florianopolitano que preenche a carta de turistas destas categorias. O tempo de permanência deste público varia entre duas a quatro horas ou dois dias dos finais de semana.

A referência ao turismo rural é acompanhada de tudo que o complementa além do comprometimento com a produção agropecuária e com a valorização dos aspectos naturais e culturais da comunidade, ou seja, ecoturismo, turismo de aventura e cavalgadas.

No entanto, os entrevistados associam turismo rural na agricultura familiar aos condomínios rurais como categoria dominante deste segmento.

Além disso, alguns entrevistados associam a geração de emprego e renda do turismo rural aos condomínios rurais. Essa observação é perigosa por distorcer o objetivo do turismo rural de ser uma alternativa socioeconômica e camuflar o discurso de sub-utilização da mão-de-obra local.

Os entrevistados afirmam estarem satisfeitos com a representação dos condomínios rurais sobre o turismo de Rancho Queimado, pois impulsionam o desenvolvimento com geração de emprego e renda vinculado às áreas do comércio, serviços e venda de produtos coloniais. Para tanto, os entrevistados detalham o perfil do visitante que chega a Rancho Queimado como um personagem pertencente à classe média alta, exigente e com bom comportamento social. Este perfil se associa aos sitiantes.

As excursões também são importantes manifestações turísticas. Excursionistas são viajantes que permanecem no local receptivo por menos de vinte e quatro horas. As excursões geralmente ocorrem em Rancho Queimado, com a presença de grupos de mães, grupos de jovens e famílias.

Este público geralmente permanece entre duas a quatro horas no município, durante sábados ou domingos, com o objetivo de usufruir a culinária, artesanato e paisagem local. A presença deste grupo fornece um indicativo importante. Geralmente os excursionistas param em um destino secundário (no caso Rancho Queimado) quando este está incluído no trajeto do destino final (exemplo serra catarinense), ou quando este destino secundário não possui infraestrutura turística competitiva (espaços de apresentações culturais, meios de hospedagem restauração, lazer etc) para manter o turista no local por mais tempo.

Mas o público questionado conhece os valores do turismo rural, pois muitos citaram que a realização desta atividade implica em conhecer a ruralidade, ou seja, proporcionar a interação do turista com o estilo de vida rural. Ao mesmo tempo eles sabem que este “turismo rural” ainda não está presente com suas qualidades naquele município, pois existem carências de infraestrutura, organização e conscientização dos turistas e comunidade local.

Os entrevistados acreditam, ainda, que o turismo rural pode ser um dos catalisadores na preservação dos costumes locais e também do meio ambiente.

O turista é atraído ao município pelos princípios da tranquilidade, gastronomia, clima agradável, hospitalidade e paisagem. Alguns moradores citaram o morango como atrativo. Para esta população.

Quando questionados se sabiam quando havia iniciado o turismo em Rancho Queimado 62% dos entrevistados declararam que não. Outros 38% responderam afirmativamente.

Dos que não sabem quando iniciou o turismo, a maioria atua em áreas profissionais divergentes as atividades turísticas tais como, pecuaristas, balconistas, enfermeiros, professores e estudantes.

Quanto aos que responderam afirmativamente foi possível levantar duas grades de respostas que os influenciaram. A primeira relacionada aos passeios, no início do século XX, ao município do Governador Hercílio Luz. E a segunda relacionada à rivalidade turística entre Taquaras e a Sede do Município por estas duas comunidades possuírem articulada atuação comunitária com reflexos na organização do turismo municipal.

Os residentes de Taquaras declaram que o turismo começou em 1992, quando ocorreu a 1ª Festa do Morango e os que residem na Sede responderam que o turismo iniciou com a primeira gestão em 2000, seguida de uma reeleição do prefeito Merio Cesar Goedert do PMDB.

Para potencializar esta rivalidade a eleição municipal de 2008 teve como candidatos uma representante de Taquaras, que fomentou a realização da Festa do Morango e um representante da sede que venceu a disputa, sendo este Merio Cesar Goedert do PMDB.

4.4) Ações de desenvolvimento socioespacial em Rancho Queimado

O projeto LACHARES foi à primeira proposta que semeou a ideia da participação social em Rancho Queimado. Este projeto não partiu de uma iniciativa político-partidária, configurando-se como uma das propostas que incentivou a participação e o protagonismo dos atores sociais locais, ou seja, daqueles atores isentos de qualquer bandeira institucional.

A partir dessa iniciativa Rancho Queimado passou a experimentar outras tentativas de ingressar na perspectiva de participação social que contribui para o pioneirismo de estar entre os municípios com menos de vinte mil habitantes que elaborou o plano diretor de acordo com as orientações do Estatuto das Cidades.

Uma delas foi o Planejamento Estratégico e Participativo para o Desenvolvimento Sustentável de Rancho Queimado – PEP realizado na gestão municipal 1993/1996, que objetivou promover a descentralização das decisões e das ações administrativas.

A metodologia do PEP não preconizava uma ampla mobilização da sociedade civil, mas foi bem aceita pelo prefeito no sentido de realizar uma inovação em sua gestão. O componente “participação”, nessa metodologia de planejamento, compreendeu a aplicação de um conjunto de técnicas por intermédio de agentes externos (experts), com a finalidade de obter informações e coletar dados para a elaboração de um diagnóstico e adoção de uma estratégia de ação, mediante a elaboração de um plano, que definiu programas, metas e responsabilidades (WUERGES, 2005, p.90).

O planejamento contou com a parceria de professores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que foram responsáveis pela elaboração da metodologia de trabalho.

A metodologia contou com a promoção de um seminário, composto por oito etapas semanais.

A primeira etapa denominada sensibilização, contou com a aproximação do professor/coordenador do seminário junto às representações locais para destacar a importância da participação social e apresentar a metodologia do PEP.

A segunda etapa: resgate histórico foi direcionada ao entendimento das influências sociais pretéritas sobre o presente e futuro. A terceira etapa objetivou delimitar as atribuições, competências e limitações do município. A quarta etapa definiu a missão do município perante suas relações sociais internas e externas.

A quinta etapa buscou analisar o ambiente externo, quanto às ameaças e oportunidades do município. A sexta etapa estudou o ambiente interno, quanto aos pontos fortes e fracos do município.

Na sétima etapa, elaboraram-se as questões estratégicas, levando em conta as conclusões e informações das etapas anteriores. A oitava etapa consistiu na formulação de estratégias para acompanhamento, avaliação e revisão do PEP.

Dessa forma, a execução do PEP contou mais com a opinião técnica do que popular, pois se direcionou a uma atuação mais informacional do que participativa.

A outra proposta de participação social foi à elaboração do PMDS - Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Rancho Queimado.

O PMDS foi iniciado a partir da proposta de uma coligação político-partidária entre o PMDB e o PT, eleita para o período 1997-2000, cujo objetivo era tornar a administração mais aberta à participação da sociedade civil. Para tal fim, foi iniciada no segundo semestre do ano de 1997, a realização de Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP) em algumas localidades. Estes diagnósticos foram conduzidos pela equipe de secretários municipais. A coordenação coube ao Secretário Municipal de Agricultura, cargo que era ocupado por um extensionista rural da EPAGRI, que atuava no município e, à Secretária Municipal de Educação. Destaque-se desde já que ações conjuntas inter-secretarias municipais não é uma regra na maioria dos municípios (WUERGES, 2005, p:112).

Este plano foi desenvolvido metodologicamente pela configuração de diagnósticos rápidos participativos, que considera o levantamento das necessidades locais e a formulação de estratégias para solucioná-las. A partir destes diagnósticos foram organizados cadernos de

planejamento para que os atores sociais de cada comunidade do município descrevessem suas necessidades socioeconômicas e ambientais.

Diante dos estudos que abordam a participação popular, destaca-se a escala de participação popular de Arnstein (1969). A autora organiza as escalas de participação em oito categorias: coerção, manipulação, informação, consulta, cooptação, parceria, delegação de poder e autogestão.

A coerção parte do desinteresse do estado sobre os efeitos de suas ações no cenário social atingido. A manipulação é o processo que utiliza de artifícios (falsos líderes, mídia indutiva, formadores de opinião pública) para induzir a população aceitar a intervenção.

A informação é uma fase da qual o estado admite informar restritivamente as ações referentes as políticas públicas. A consulta é o momento em que o estado impossibilita a passagem de informações a população, estando interessado apenas coleta de informações e opiniões comunitárias. Nesta categoria não há garantia se a comunidade será atendida perante as suas necessidades citadas. A cooptação geralmente convida líderes populares a se aproximarem do estado como uma justificativa de futura participação. Então o estado instrumentaliza a sociedade de acordo com seus interesses, e quando surge à mobilização social é “puxado o tapete” para que os indivíduos sociais se desmotivem e abandonem os movimentos sociais.

A parceria é uma das etapas que se esforçam a efetiva participação. Estado e comunidade se organizam para dialogar sobre as estratégias de planejamento. A delegação de poder permite ao ator social tomar decisões que estão de acordo as suas necessidades. A autogestão o nível desejado para a composição de uma sociedade autônoma.

Diante destas categorias de participação social, é possível dizer que os níveis de participação social de Rancho Queimado não passam das categorias: informação e consulta que se configuram pseudoparticipação.

O projeto LACHARES incentivou a participação, mas os problemas causados pelo personalismo e ideologismo, afastaram a possibilidade de firmar parceria entre a sociedade e o estado.

O Plano Estratégico Participativo e o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável se esforçaram teoricamente para chamar a participação popular, mas suas práticas não passaram de estratégias de informação e consulta.

Esta perspectiva de pseudoparticipação se estende à esfera turística. Segundo 60% dos entrevistados a comunidade não participa do planejamento turístico e não tem conhecimento

sobre as políticas públicas de turismo de Rancho Queimado. Isso se confirma uma vez que 65% dos entrevistados não sabem que o município faz parte, há 11 anos, da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.

Segundo Gilson Schmitz a participação da comunidade no planejamento turístico ocorre com as entidades de classe.

A Secretaria de Turismo acompanha as políticas públicas da esfera federal e estadual – Programa de Regionalização do Turismo, além de elaborar o plano estratégico para orientar investimento em turismo.

Segundo a maioria dos moradores (60%) o planejamento e gestão do turismo ainda se encontram centralizados no poder público municipal.

Na tentativa de inovar este processo, a Acolhida na Colônia está se mobilizando em Rancho Queimado para incentivar uma proposta de turismo alternativo que valorize a participação local. No entanto, as dificuldades de recursos humanos e financeiros dificultam a inclusão de novos associados. A instituição possui o mesmo número de associados desde o momento que iniciou suas atividades no município em 1998.

Segundo Gilson Schmitz, um fator social expressivo dessa dificuldade de expansão vem ao encontro à posição social que alguns associados se encontram. Por terem posses e bom poder aquisitivo, alguns deles não se sentem a vontade em atender turistas durante os finais de semana quando poderiam estar aproveitando esse tempo para seu próprio lazer.

Essa condição é prevista por Ouriques (2003) que reflete sobre os reveses do turismo. O pesquisador coloca que o turismo é uma atividade que promove as desigualdades sociais por provocar um cenário em que ao mesmo tempo alguns estão para servir e outros para serem servidos.

Essa colocação tem interessante contribuição para compreensão do turismo e até mesmo do caso de alguns agricultores de Rancho Queimado. Mas ainda percebe-se que o turismo rural na agricultura familiar está colocado para atender as novas dinâmicas sociais do espaço rural apresentadas como pluriatividade e minimizar os problemas dos agricultores familiares, como colocado durante esta obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental dialogar sobre as alternativas de desenvolvimento do espaço rural que estimulam principalmente a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar.

O turismo rural na agricultura familiar - TRAF foi apresentado aqui como uma dessas alternativas. Mas está claro que essa não é a única e a principal alternativa de desenvolvimento do espaço rural.

Percebeu-se que no lugar em que os atores sociais optam pelo TRAF, tem-se a forte tendência de estímulo pela aplicação das ideias de autonomia e desenvolvimento socioespacial.

Parece promissor esse cenário em Santa Catarina pela organização social voltada a organização e planejamento do TRAF.

O GTTuR é a expressão disso, por reunir dezenas de técnicos voltados ao diálogo com os agricultores familiares. Dois anos após a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Rural em Santa Catarina, obtiveram com o trabalho voluntário desse grupo resultados expressivos para o desenvolvimento do segmento.

A Lei TRAF/SC é o carro chefe desses resultados. Através dessa lei o TRAF é reconhecido como uma atividade a ser realizada pelos agricultores familiares, garantindo a regulamentação do mercado e benefícios fiscais e sanitários.

Certamente é um avanço o artigo 5º dessa Lei que considera as atividades TRAF associadas e complementares às atividades agropecuárias, sendo sujeitas ao mesmo tratamento fiscal e tributário, no âmbito estadual.

A partir dessa colocação os agricultores familiares podem utilizar a nota do produtor para dedução do ICMS em serviços de alimentação e venda de produtos coloniais. Além do outros avanços que vem se dialogando com a ALESC e Tribunal de Contas do Estado para aplicar a essa atividade as menores alíquotas de ICMS e ISS.

Os atores sociais de Rancho Queimado estão entre tantos beneficiados pela lei. Além disso, o município foi eleito pelo Ministério do Turismo como destino referência do TRAF no Brasil.

O Projeto Destinos Indutores surgiu para estruturar destinos turísticos com qualidade internacional. Quando se fala em qualidade internacional do turismo é preciso que se avance no aprimoramento dos equipamentos turísticos, infraestrutura básica e capacitação profissional.

Rancho Queimado está longe de ter equipamentos turísticos diversificados, eficientes estruturas de comunicação e atendentes do comércio local atendendo os turistas em inglês. Mas acredita-se que nesse momento o projeto deveria preocupar-se com outras oportunidades. Mesmo que fosse realizado alto investimento nas necessidades citadas acima, Rancho Queimado não seria um destino com qualidade internacional. Os técnicos do MTur não compreenderam isso por continuarem atuando com ações que vem de cima para baixo.

A sugestão que a pesquisa aponta volta-se ao convite a população local para participar na elaboração e execução do projeto.

Se os técnicos tivessem se aproximado para compartilhar de suas ansiedades, iriam descobrir que naquele local já existiram diversificadas formas de participação popular no planejamento local.

Ao usar desse histórico inclinado a participação popular, os técnicos talvez pudessem recorrer aos recursos do projeto com mais eficiência.

O conhecimento e o respeito ao histórico de desenvolvimento de um lugar é fundamental para se falar em planejamento da atividade.

Os técnicos tinham nas mãos a oportunidade de colocar o que foi dito em prática por estarem trabalhando com um segmento turístico alternativo e em um lugar que já possui princípios de autonomia e desenvolvimento socioespacial.

No entanto, esbarraram nos fantasmas do tecnocratismo e nas concepções desenvolvimentistas que apostam no desenvolvimento como consequência do crescimento.

Ainda há tempo para a mudança, o projeto será finalizado em 2010 e outros serão propostos nos anos seguintes. Respeitar a organização social e seu histórico de manifestações é primordial para avançar com a participação popular no planejamento turístico.

REFERÊNCIAS

ALTHOFF, Vanessa Maria. **Captação de novas agências de viagens para a ABAV-SC - Associação Brasileira de Agências de Viagens de Santa Catarina:** propostas selecionadas de marketing. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, São José: 2003. 1 CD-ROM.

ARNTEIN, Sherry. **A ladder of citizen participation.** v 35. Journal of the American Institute of Planners: 1969.

ANDION, Carolina. **Atuação das ONG's nas Dinâmicas Do Desenvolvimento Territorial Sustentável No Meio Rural de Santa Catarina:** os casos da APACO, dos Centros Vianeis de Educação Popular e da AGRECO. 2007. Tese de Doutorado em Ciências Humanas -UFSC. Florianópolis: 2007.

ANJOS, Sara J.; ANJOS, Francisco A. **Planejamento e gestão em turismo:** uma discussão teórico-metodológica. 2002. [S.l: s.n].

AVANÇA BRASIL. Disponível em:

<http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelavalPPA2002/content/av_prog/083/prog083.htm>.

Acesso em: 16 out. 2009.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais.** Campinas: Papirus, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano nacional do turismo:** diretrizes, metas e programas. Brasília: 2003

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Turismo Rural na Agricultura familiar**. Brasília: 2003-2007?.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília: 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília: 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo: 2007-2010. Brasília: 2007.

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola**: estudo de caso fazenda água santa São Joaquim (SC). 2002. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis: 2002.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 11. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

CAVACO, Carminda. Turismo Rural e Desenvolvimento Local In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. Hucitec. São Paulo, 2001.

CRISTÓVÃO, A. e MIRANDA, R. Organizações Locais e Desenvolvimento Rural. In: CRISTÓVÃO, A., DIÉGUEZ, V. C. e BAPTISTA (Coord.) **Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 2005.

DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural em São Martinho (SC):** uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal. 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) UFSM, Santa Maria, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIVORD, Doriane. Defender o modelo rural e agrícola europeu na OMC. In: _____
O modelo rural europeu. LEADER Maganize n.25, 2001.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

JOCHEM, Toni Vidal. **A epopéia de uma imigração:** resgate histórico da imigração, fundação da Colônia Alemã Santa Isabel e emancipação político-administrativa do município de Rancho Queimas – SC. Águas Mornas: Ed. Do Autor, 1997.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LICKORISH, Leonard; JENKINS, Carson. **Introdução ao turismo.** Rio de Janeiro: Campos, 2000.

MACHADO, Marcia. **Avaliação das perdas econômicas e sociais em áreas críticas catarinenses sob a ótica do desenvolvimento sustentável:** a experiência de Rancho Queimado. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis: 1998.

MATTEI, Lauro; SANTOS JÚNIOR, José Aldoril dos. **A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro:** fase III do projeto rurano. In: III Seminário novo rural brasileiro. 2003. Campinas. Anais eletrônicos. Campinas: UNICAMP. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>>. Acesso em: 26 out. 2007.

MAZUEL, Luciano. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: _____ **Turismo rural:** ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

McINTOSH, Robert; GUPTA, Shashikant. **Turismo:** planeación, admnistración y perspectivas. México: Noriega, 1990.

MOREIRA, Fernando. **O Turismo em espaço rural:** enquadramento e expressão geográfica no território Português: Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. “Ciência e cientificidade”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OCDE. **Organisation de Coopération et Développement Économique. Indicateurs Territoriaux de l’Emploi: le point sur le développement rural.** Paris: Editions de OCDE, 1996.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento:** planejamento e organização. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Educando Educadores em Turismo.** Univesidad Politécnica de Valência, 1995.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo.** Dolores Martin Rodriguez Cóler (Trad.). São Paulo: Roca, 2001.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo:** fetichismo e dependência. Tese de doutorado em Geografia, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente: 2003.

OXINALDE, Miguel Del Reguero. **Ecoturismo:** nuevas formas de turismo em el espaço rural. Bosch Casa Editorial: Barcelona, 1994.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. In: SCHLINDWEIN, Sandro Luis. **EISFORIA.** v.4,n.especial. Florianópolis: UFSC, 2006.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

RANCHO QUEIMADO. Secretaria Municipal de Administração. Lei Complementar 002/2004: **altera dispositivos da lei complementar nº 001/1999, que instituiu o código tributário municipal, e dá outras providências**.

RUSCHMANN, Dóris; WIDMER, Glória. Planejamento turístico. In: Ansarah, Marília Gomes Dos Reis. **Turismo: como aprender, como ensinar**. vol. 2. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SANTA CATARINA. ALESC. Lei 14.361/2008: **Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina**.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Turismo no meio rural e oportunidade de negócios**. Curitiba: SENAR – PR, 2003.

SILVA, José Graziano da et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio (Org.). **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

SOBRAL. Disponível em: <http://www.sobral.ce.gov.br/sec/ind_com_tur/PNMT.htm>. Acesso em: 19 set. 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelino de; MORAES, Cléia dos Santos. Turismo rural, renda e bem-estar: estudo com agricultores familiares no município de Salvador do Sul, RS. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIV, Jan – Dez de 2007

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceito e impacto ambiental**. vol. 2. São Paulo: Aleph, 2000.

TORESAN, Luiz et al. **Levantamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural de Santa Catarina: localização, categorização e descrição geral**. Florianópolis: Instituto Cepa, 2003.

TORESAN, Luiz ; OLIVEIRA, Gilberto. **Imigração, urbanização e concentração litorânea: a dinâmica populacional de Santa Catarina nos anos noventa**. Disponível em: <<http://www.icepa.com.br>>. Acesso em 22 de setembro de 2007.

VARASCHIN, M.J.F.C. et al. **Estudo dos entraves nas legislações que afetam o agroturismo e proposta de adequação ao desenvolvimento da atividade**. Florianópolis: Instituto Cepa, 2004.

VERBOLE, Alenka. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (Orgs.). **Turismo Rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

VESCOVI, Luiz Fernando. **Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR): Conceitos e Finalidades**. Florianópolis: UFSC, 2001.

WUERGES, Edson Walmor. **Empoderamento e conflitos em experiências de planejamento e ações de desenvolvimento: um estudo de caso no município de Rancho Queimado – SC**. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis: 2005.

ZIMMERMAN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998.

APÊNDICES

APENDICE I - Formulário aplicado junto à comunidade e poder público de rancho queimado

1) Número _____

2) Nome: _____

3) Bairro: _____

2) Qual sua faixa etária (idade)? 16 a 25 anos 26 a 35 anos 36 a 45 anos

46 a 55 anos Acima de 56 anos

5) Sexo: _____

6) Formação Escolar:

Analfabeto Ensino Fundamental
incompleto incompleto Ensino Médio Ensino
incompleto incompleto Superior
Incompleto

Semi-analfabeto Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino
completo completo superior
completo completo

Outro: _____

7) Estado Civil:

Solteiro Divorciado Viúvo

Casado Separado Concubinato

8) Qual é a sua origem?

9) Quanto tempo você mora em Rancho Queimado?

10) Qual atividade que você desenvolve no seu trabalho?

11) Já participou de curso profissionalizante na área de turismo?

sim não

Quais? _____

12) Você sabe quando começou o turismo em Rancho Queimado?

sim não

Justifique: _____

13) Que tipo de turismo existe em Rancho Queimado?

14) Na sua opinião como é o turista que vem para Rancho Queimado?

15) Na sua opinião o que busca o turista que vem para Rancho Queimado?

16) Você acha que pode oferecer algo para este turista?

sim não

Justifique: _____

17) Na sua opinião, como os turistas vem organizados?

Famílias Grupo de jovens

Grupo de mães Grupo Melhor Idade

Outros: _____

18) Qual é a origem dos turistas?

19) Quanto tempo permanecem?

20) Como você se sente com os turistas em Rancho Queimado?

21) Você gosta que tenha turismo aqui?

sim não

Justifique:

22) Na sua opinião, a comunidade participa do planejamento turístico de Rancho Queimado?

sim não

Se sim, como ocorre?

23) Você tem conhecimento sobre as políticas públicas do turismo de Rancho Queimado?

sim não

Se sim como elas são executadas?

24) Existe algum trabalho de conscientização turística na cidade?

25) Na sua opinião o que é turismo rural?

26) Você acredita que este turismo rural ocorre em Rancho Queimado?

() sim () não

Se sim

justifique _____

27) Na sua opinião, o turismo rural gera emprego e renda em Rancho Queimado?

() sim () não

Justifique: _____

28) Na sua opinião, o turismo rural preserva os costumes, valores e o patrimônio cultural de Rancho Queimado?

() sim () não

Justifique: _____

29) Na sua opinião, como os turistas se comportam frente a preservação dos costumes, valores e o patrimônio cultural de Rancho Queimado?

30) Na sua opinião, o turismo rural contribui com a preservação do meio ambiente de Rancho Queimado?

() sim () não

Justifique: _____

31) Você sabe que Rancho Queimado pertence à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia?

() sim () não

32) Você sabe que Rancho Queimado é a referência do turismo rural no Brasil?

() sim () não

ANEXOS

ANEXO I - Lei TRAF/SC - 14.361/08

LEI Nº 14.361, de 25 de janeiro de 2008

Procedência: Dep. Professor Grando
Natureza: PL. 125/07
DO: 18.289 de 25/01/08
Fonte - ALESC/Coord. Documentação

Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a política estadual de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF de Santa Catarina.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se:

I - TRAF: conjunto de atividades turísticas que ocorrem na unidade de produção de agricultores familiares e/ou em localidades rurais, baseadas na oferta de produtos e serviços de qualidade, na valorização do modo de vida rural, assim como do patrimônio cultural e natural;

II - oferta TRAF: conjunto de locais, equipamentos, atividades, serviços, eventos ou manifestações ligadas ao meio rural, capazes de motivar o deslocamento de visitantes para conhecê-los e usufruí-los de forma sustentável;

III - demanda TRAF: todos os visitantes que desejam usufruir dos atributos e atrativos do meio rural, comprometidos em valorizar os equipamentos, produtos e serviços turísticos oferecidos por agricultores familiares; e

IV - unidade territorial de planejamento TRAF: área geográfica constituída por unidades agrícolas familiares que compartilham aspectos agropecuários, culturais, históricos, sociais e ambientais e que poderá ser denominada de circuitos, roteiros, rotas, caminhos, trilhas, colônias, comunidades, etc.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar aquele que atende os requisitos definidos na política nacional da agricultura familiar.

Art. 3º Também são beneficiários desta Lei os pescadores artesanais, quilombolas, assentados da reforma agrária e as comunidades indígenas.

Art. 4º Considera-se atividades TRAF:

I - serviços de hospedagem que ofereçam atendimento personalizado ao hóspede e que estejam afinados com o modo de vida rural;

II - serviços de lazer que proporcionem entretenimento aos visitantes relacionados a passeios, danças típicas, pesca, cavalgadas, entre outras;

III - serviços de alimentação que valorizem a originalidade do atrativo gastronômico, oferecendo alimentos que resgatem a culinária local e/ou regional e seus aspectos culturais;

IV - venda direta ao visitante de produtos de origem animal ou vegetal, *in natura* e/ou transformados, elaborados segundo processos de produção e/ou beneficiamento artesanais e de acordo com as exigências das normas sanitárias em vigor;

V - visita a unidades de produção agropecuária e/ou agroindustriais de pequeno porte que possam ser utilizadas como atrativos, devido aos sistemas e técnicas de produção alternativas empregadas, incluindo as atividades de educação ambiental e a participação direta do visitante nas práticas produtivas;

VI - comercialização de artesanato produzido, preferencialmente, a partir de matérias-primas e tradições locais e/ou regionais;

VII - práticas de valorização do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial seja através da visitação a locais e edificações patrimoniais de natureza cultural, arquitetônica e paisagística, seja pela fruição de práticas e bens artísticos, folclóricos e gastronômicos, dentre outras; e

VIII - eventos festivos e/ou promocionais realizados em comunidades e/ou propriedades familiares que estejam integrados ao desenvolvimento e à cultura regionais, capazes de promover a comercialização de produtos e serviços, assim como a divulgação e valorização dos atrativos existentes.

Art. 5º As atividades descritas no art. 4º desta Lei são consideradas associadas e complementares às atividades agropecuárias, sendo sujeitas ao mesmo tratamento fiscal e tributário, no âmbito estadual.

Art. 6º As iniciativas de apoio do Poder Público Estadual ao TRAF deverão estar alicerçadas e comprometidas com os seguintes princípios:

I - desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável;

II - promoção do TRAF como fator de inclusão social e de revitalização do território rural;

III - incentivo à diversificação da produção e ao desenvolvimento do TRAF de forma complementar às demais atividades produtivas;

IV - estímulo à produção agroecológica e/ou orgânica;

V - fomento à comercialização direta aos visitantes dos produtos associados ao TRAF ofertados pelos agricultores envolvidos;

VI - promoção da capacitação de agricultores familiares, inclusive dos jovens rurais, para o desenvolvimento de atividades e serviços relacionados ao TRAF;

VII - valorização e resgate do artesanato local/regional, do modo de vida rural, dos eventos típicos e da convivência do visitante com a família do agricultor familiar;

VIII - fortalecimento dos territórios rurais, com a preservação das paisagens culturais associadas e o fomento às formas associativas de organização social;

IX - promoção da participação efetiva dos agricultores familiares nos processos de planejamento e implantação do TRAF;

X - incentivo ao desenvolvimento da atividade a partir da Unidade Territorial de Planejamento TRAF, inclusive na formatação de circuitos, roteiros, rotas e caminhos, de forma integrada aos produtos turísticos oficiais; e

XI - fomento à criação e/ou implantação de planos municipais de desenvolvimento do turismo que contemplem o segmento TRAF.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a definir as linhas de apoio financeiro, incentivo fiscal e técnico-administrativo ao TRAF no Estado de Santa Catarina.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

ANEXO B – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Rural em Santa Catarina



Governo do Estado de Santa Catarina



***Plano estratégico para o
desenvolvimento do Turismo Rural
em Santa Catarina***

Florianópolis, março de 2007

Elaboração

André Luis de Lima - Iphan

Andrezza Rozar - Univali

Anselmo B. Cadorn - Epagri

Antônio Carlos Freitas – Faesc e Unisul

Camila Marques - MTur

Cassiano T. Vedana - Fecam

Cleonice Schmitz - Santur

Fábio Miguel de Souza - Índice/Sebrae

Felippe Schmitz - Santur

Flávio L. Augustini - Santur

Francisco Schmitz - Santur

Irma Bertoldi - Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho/PM Joinville

Jurandi Teodoro Gugel -. MDA/Superintendência de Santa Catarina

Lenir Pirola - Epagri

Luiz Carlos Mesquita – Prefeitura Municipal de Paulo Lopes

Luiz Toresan – Epagri/Cepa - Coordenador

Marília Hafermann - Sol

Rafael Freitag - Bom Jesus/Ielusc

Raquel Pedroso Rodrigues - Fecam

Rita de Cácia Nandi Viana - Santur

Rodrigo Sommer – Sol

Sérgio Cordioli – Cordioli - Moderador

Thaise Guzzatti - Acolhida na Colônia

Thiago Albino Sardá - Unisul

Valdete Daufembach Niehmes - Bom Jesus/Ielusc

Apresentação

O Turismo Rural (TR) em Santa Catarina é composto por mais de mil empreendimentos e tanto sua oferta como sua demanda vem crescendo ao longo dos anos. Diversas instituições públicas, entidades de ensino, de assistência técnica, de prestação de serviços e associações de empreendedores estão apoiando o desenvolvimento deste segmento turístico.

Com a finalidade de discutir e estruturar uma proposta de política para fortalecer o TR catarinense, representantes de dezesseis instituições e entidades relacionadas com o tema reuniram-se em Florianópolis, em uma oficina de trabalho, nos dias 13 e 14 de novembro de 2006. Foram ouvidas as instituições que trabalham o segmento com o propósito de tornar mais orgânica a atuação futura e dar mais eficácia aos esforços em prol da melhoria do turismo rural de Santa Catarina.

Para formatar o Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural de Santa Catarina foi avaliado o estágio em que se encontra o TR no Estado, seus avanços e deficiências, construída uma visão de futuro compartilhada para o segmento turístico e finalmente, definidas linhas de ação e atores envolvidos, nas áreas de políticas públicas, organização e gestão, capacitação e promoção e comercialização.

Participaram do evento, técnicos da Sol, da Epagri, da Santur, do MTur, do MDA, da Santur, da Fecam, do Iphan, do Sebrae, do Senar, do Ielusc, da Unisul, da Univali, da Acolhida na Colônia, da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho de Joinville e da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Este documento sintetiza as conclusões da oficina de planejamento do TR de Santa Catarina, consubstanciadas em um Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Rural em Santa Catarina no período 2007-2010.

O Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural de Santa Catarina insere-se em um esforço mais amplo, iniciado há mais tempo, para promover a articulação institucional e de empreendedores do TR catarinense, a troca de conhecimentos, de experiências e a realização de parcerias, visando ganhos em sinergias e otimização de resultados.

Bases do Turismo Rural

As relações cidade-campo mudaram radicalmente na segunda metade do século XX. O espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado com as novas atividades que passam a serem desenvolvidas. Vários países, especialmente da Europa, adotaram o turismo no espaço rural como uma grande ferramenta para alavancar o desenvolvimento deste meio, criando mecanismos de apoio e subsidiando a implantação da atividade.

O interesse pelo turismo surge, especialmente, a partir de dois acontecimentos: o crescimento da população urbana constituindo regiões extremamente povoadas e a necessidade de inovar as atividades econômicas do meio rural.

A expansão das cidades com a configuração de grandes metrópoles, desperta em seus habitantes o anseio de buscar espaços mais tranquilos, o contato com a natureza, a paisagem rural, os animais, etc.. Por outro lado, os agricultores buscam, com a recepção de turistas uma complementação de renda ou, muitas vezes, mudam a atividade original, configurando um novo uso do território, baseado no patrimônio natural, histórico, cultural e arquitetônico. Desta forma, o turismo e o lazer, atividades que marcam as sociedades contemporâneas passam a fazer parte do cotidiano de muitas áreas rurais brasileiras.

Em Santa Catarina, um estudo realizado em 2000 identificou quase 1.200 empreendimentos de turismo no espaço rural, dos quais mais de 500 eram iniciativas de agricultores familiares. O número foi considerado expressivo, considerando a existência de poucos programas governamentais de incentivo a esta atividade. Merece destaque o agroturismo, vinculado aos agricultores familiares, por se tratar de uma fonte geradora de vários benefícios econômicos e sociais. Além de empregos e renda adicional, fortalece a auto-estima dos agricultores e a revitalização do espaço rural são reflexos evidentes. Os visitantes animam as comunidades rurais que estavam fadadas ao esquecimento e ao abandono.

O espaço rural do estado é ocupado principalmente por estabelecimentos agrícolas do tipo familiar. Cerca de 90% dos 187.000 estabelecimentos agrícolas de Santa Catarina estão enquadrados dentro da categoria definida como agricultura familiar. Uma parcela importante destas unidades se confronta com um quadro de grande dificuldade de geração de renda na agropecuária. Essa dificuldade repercute em espaços ampliados dos territórios, uma vez que a grande maioria dos "municípios rurais" catarinenses depende do desempenho das atividades agropecuárias para o sucesso de suas economias.

Este quadro se traduz em pobreza rural, já que existem indicativos de que, atualmente, há grande precariedade das fontes não agrícolas de geração de renda no interior dos estabelecimentos.

Diante desta situação, a diversificação das atividades nas propriedades rurais tem sido apontada, por organizações governamentais ligadas ao desenvolvimento rural e por organizações não governamentais de assessoria e apoio a organizações de agricultores familiares, como forma de minimizar o empobrecimento das famílias rurais e, conseqüentemente, atenuar a migração destas pessoas para as cidades.

O meio rural catarinense possui características muito propícias para a exploração do turismo. A riqueza de atrativos naturais, as diferentes etnias, a hospitalidade, as tradições, o folclore e o clima, são fatores normalmente mencionados como favoráveis.

Cientes da importância e das possibilidades que as atividades de turismo podem aportar ao espaço rural e sobretudo aos agricultores familiares, organizações públicas, privadas, de ensino e do terceiro setor que atuam com esta temática vem se organizando para planejar e propor ações conjuntas e coordenadas no sentido do pleno desenvolvimento da atividade, bem como da otimização de recursos (especialmente públicos) destinados a mesma.

É neste contexto que o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Rural Catarinense foi construído e é a seguir apresentado.

Objetivo do plano

O Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural de Santa Catarina tem por objetivo definir as linhas (ou diretrizes) de ação estratégicas e operacionais, para o período de 2007 a 2010, para orientar a atuação das instituições e entidades envolvidas, no que diz respeito à:

- políticas públicas;
- organização e gestão;
- profissionalização e capacitação;
- promoção e comercialização do segmento turístico.

Avaliação da situação atual do Turismo Rural em Santa Catarina

As instituições e entidades participantes identificaram uma série de aspectos positivos e de avanços alcançados pelo TR no estado de Santa Catarina, bem como algumas deficiências que vem a limitar o seu desenvolvimento.

Aspectos positivos e avanços:

criação do Plano Nacional de Turismo Rural;

marco conceitual já discutido;

reconhecimento pelo Ministério do Turismo do TR como segmento turístico, com definição de marcos conceituais e orientações básicas;

reconhecimento da atividade e existência de debates sobre o TR;

criação de políticas para o TR (linha de financiamento pelo MDA - Pronaf turismo rural, financiamentos de projetos de organização, capacitação, planejamento e assistência técnica – MDA, MTur, Santur, Fundo Estadual de Turismo, etc.);

apoio institucional de várias instituições: MTur, MDA, Epagri, Santur, SDRs, Senar, Sebrae, Universidades, Fundações, Prefeituras, Associações, etc.;

demanda crescente pelo TR;

realização de alguns estudos em Santa Catarina;

conscientização dos atores para o valor do turismo;

criação da Rede TRAF (turismo rural na agricultura familiar);

criação de projeto específico e definição de equipe de trabalho para o turismo rural na Epagri;

existência de esforços na capacitação de técnicos, empreendedores e agricultores em TR;

alguns encaminhamentos já foram dados para ajustar a legislação pertinente (ex.: reconhecimento da atividade na seguridade social como vinculada à agropecuária);

muitos municípios estão focados em ações para o TR;
consolidação de alguns projetos de TR;
foco de algumas instituições de ensino no TR.
maior preocupação das instituições em realizar ações articuladas;
existência de diversos trabalhos de campo em andamento, com despertar dos agricultores para as potencialidades do TR;
crescente investimento da iniciativa privada no segmento, com surgimento de novos empreendedores;
maior divulgação do TR pela Santur;
criação do SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária) tende a facilitar o TR.

Principais deficiências:

deficiente ordenamento da atividade;
falta de debate articulado sobre o TR no Estado e de pessoas-referência para discuti-lo;
falta de estudos dos empreendimentos no espaço rural – cooperação, competição, concorrência, complementação, etc.;
deficiente articulação e integração institucional nas diferentes esferas, com desenvolvimento de ações isoladas;
carência de legislação específica;
pouca continuidade nas ações;
insuficiência e dificuldade de acesso aos recursos;
pouca organização das comunidades e isolamento dos empreendimentos;
ausência de uma entidade representativa;
pouca clareza dos diferentes papéis institucionais;
pouca regionalização e roteirização do TR;
demanda pouco estudada e pouco trabalhada; conhecimento apenas empírico;
deficiente infra-estrutura básica e turística no receptivo local;
faltam mecanismos e espaços de comunicação do TR;
dificuldade em prospectar o mercado e falta de estratégias para divulgação do TR;
falta de produtos do TR (rotas, circuitos e roteiros);
grupos específicos como quilombolas, pescadores, indígenas, etc., tem recebido poucas ações;
deficiência de técnicos em turismo no governo estadual.

Principais atores envolvidos no turismo rural em Santa Catarina e seus papéis

Da análise das instituições que atuam no TR de Santa Catarina e das ações que desenvolvem, concluiu-se que a maioria atua em capacitação, mas que há pouca continuidade nas ações e muitas vezes constituem intervenções isoladas. Os atores envolvidos dispõem de recursos humanos qualificados, com ações em instituições e espaços próximos, resultando em uma grande capacidade de articulação e mobilização estadual. São poucos os atores que atuam na área ambiental e na elaboração de projetos de financiamento aos produtores rurais empreendedores em TR.

A seguir estão indicadas as principais instituições que, de uma forma ou de outra, tem atuado no Turismo Rural de Santa Catarina, bem como as ações que têm empreendido ou que estão em condições de empreender no segmento, com indicação de pessoas referência para contato.

Instituição	Principais ações	Pessoa de contato
MDA	acesso ao crédito – Pronaf; capacitação para o turismo na agricultura familiar / Ater; patrocínio de eventos do segmento; participação das articulações do segmento por intermédio da DFDA-SC ; articulação com o MAPA para a implantação do Suasa; apoio à consolidação de projetos já implantados; formular e implementar a política nacional para o TR; promover e apoiar à Rede TRAF.	Gabriele e Ednei (Brasília) Jurandi e André (SC)
MTur	estabelecimento de diretrizes e estratégias para o desenvolvimento do segmento; definição de marcos conceituais e de orientações básicas; realização de eventos que promovem o TR – salão de turismo; apoio ao TRAF por meio de parceria com o MDA; articulação institucional no âmbito federal; programa de regionalização do turismo e de produção associada ao turismo; formulação de políticas públicas para o TR; apoio técnico e financeiro a projetos, pesquisas e eventos.	Mara Flora, Felipe Arns e Camila
Santur	promoção do TR: material promocional, campanhas, feiras e eventos; articulação institucional; interface com o Mtur; apoio às iniciativas organizadas; realização de pesquisas de demanda turística.	Maria Teresa e Flávio Agostini
Sol	gestão do Funturismo; articulação com as SDRs; cadastramento de agentes e equipamentos no Mtur; gestão do programa de regionalização do turismo em Santa Catarina; elaboração de Pdil.	Marília

(Continua)

Continuação)

Instituição	Principais ações	Pessoa de contato
Epagri	organização dos produtores e comunidades; assistência técnica; promoção da interação entre atividades na propriedade; capacitação; elaboração e implantação de projetos de TR; desenvolvimento de estudos e projetos; articulação de canais de comunicação e de divulgação .	Lenir Pirola e Luiz Toresan
Acolhida na Colônia	organização comunitária para o desenvolvimento do TRAF – agroturismo definição de princípios para a atividade definição de normas (caderno de normas) para produtos e serviços do agroturismo capacitação / formação de multiplicadores assistência técnica apoio à certificação e selos de qualidade operação de central de reservas regional para TR – municípios rurais promoção e divulgação dos empreendimentos associados	Thaise Guzzatti
Instituições De Ensino (Ielusc, Univali, Unisul e Unoesc)	consultoria e assessoria à produtores e gestores estudos de viabilidade, de demanda e de capacidade de suporte elaboração de projetos regionais integrados cursos de extensão capacitação de técnicos e agricultores extensão em turismo rural pesquisa, ensino e estágios acadêmicos articulação de parcerias internacionais organização de eventos técnico-científicos e de promoção	Maria Ivonete, Bianca, Antonio Carlos, Thiago e Luciane
Sebrae	Participação financeira em projetos; articulação e mobilização; programas de certificação; capacitação operacional e em gestão; programas de qualidade (5S, PAS, etc.); organização de APL's.	Douglas e Roberto
Senar	articulação e mobilização dos agricultores; apoio político; capacitação de produtores rurais.	Gilmar e Estela
Senac	capacitação técnica e operacional; qualificação profissional.	Jefferson
Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho -Joinville-	gestão de portal de atendimento - Casa Kruger; capacitação de produtores; assessoria técnica; planejamento estratégico ; promoção de eventos técnicos; criação de associações; articulação de parcerias/convênios; criação de manual de normas.	Irma Bertoldi
Coodestur	capacitação e organização de agricultores para o TR; articulação do Traf catarinense.	Luciane Lima

O diferencial do Turismo Rural em Santa Catarina

Como diferenciais do TR em Santa Catarina, que poderão facilitar o seu desenvolvimento, são apontados a diversidade étnica, cultural, geográfica e climática do meio rural catarinense e a forte presença da agricultura familiar no sistema produtivo da agropecuária catarinense.

..

Visão de futuro para o Turismo Rural de Santa Catarina – 2010

Como visão de futuro ou de onde se quer chegar no TR em Santa Catarina nos próximos quatro anos, destaca-se:

➤ Políticas públicas implementadas e específicas para o Turismo Rural

- existência de uma legislação de ordenamento e apoio ao Turismo Rural e ao Traf;
- criada a Lei de reconhecimento e incentivo ao Turismo Rural na Agricultura Familiar do Estado – Lei Traf-SC;
- planos regionais de TR elaborados;
- PDIL / projetos com recursos aplicados no TR;
- Crédito para TR acessível aos agricultores, com 250 projetos de Traf financiados pelo Pronaf;
- infra-estrutura para o TR sensivelmente melhorada;
- existência de uma política de manutenção dos patrimônios históricos e culturais, com recursos disponíveis;
- existência de recursos financeiros estadual para o TR– Badesc e BRDE;
- entidades públicas prestam assistência técnica de qualidade ao setor, dispondo de bacharéis em turismo;
- forte atuação dos municípios para dispor de infra-estrutura básica e coletiva adequada.

➤ Segmento reconhecido e representado

- sociedade conscientizada da importância de consumir produtos da agricultura familiar e Traf;
- turismo rural conta com entidade representativa em SC;
- turismo rural conta com canal efetivo de comunicação;
- criado e em funcionamento o Comitê Técnico Temático do TR de SC – GTT/TR/SC, atuando junto ao Conselho Estadual de Turismo;
- o GTT/TR/SC é representado no Conselho Estadual de Turismo;
- atuação do GTT/TR/SC articulada com a Rede Traf.

➤ **Roteiros consolidados de Turismo Rural**

existência de cinco roteiros consolidados de TR em Santa Catarina, integrados entre si;
roteiros regionais de turismo rural integrados com turismo de aventura, turismo de pesca, ecoturismo, turismo de saúde, turismo social e turismo pedagógico.

➤ **Padrões de qualidade estabelecidos para o Turismo Rural**

instituições parceiras na organização do TR atuando de forma integrada;
implantado um modelo catarinense de turismo TR e Traf, com ordenamento da atividade, classificação dos empreendimentos e normas de operação;
selo de qualidade implantado no TR e no Traf.

Ações propostas para o desenvolvimento do Turismo Rural em Santa Catarina e envolvimento institucional

Organização/gestão

Estratégia: **Fortalecer a integração e comunicação dos atores do turismo rural catarinense para que possam planejar e atuar de forma conjunta**

Ação 1: Criar o GTT de TR junto ao Conselho Estadual de Turismo.

Justificativa: Necessidade de suporte técnico e de coordenação das ações.

Atividade: Encaminhar solicitação ao Presidente do Conselho Estadual de Turismo.

Entidades envolvidas: Epagri e Santur.

Ação 2: Criar canais de comunicação entre as instituições que atuam no turismo rural.

Justificativa: Necessidade de fazer circular informações.

Atividades:

- ◆ consolidação do Grupo Técnico Temático do TR de SC – GTT/TR/SC, com atuação junto ao Conselho Estadual de Turismo;
- ◆ organizar canais de comunicação por área de atuação.

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac, Senar, Sol.

Ação 3: Criar entidade representativa do Turismo Rural em Santa Catarina.

Justificativa: Necessidade de fortalecer e dar representatividade ao segmento.

Atividades:

- ◆ envolver os empreendedores e associações já constituídas;
- ◆ criar Grupo de trabalho;
- ◆ estudar outros exemplos existentes e fazer proposições.

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Abratur, ABIH Turismo Rural, Acatur,; Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali,; Unisul, Unoesc, FCC, Fatma, Feesporte, Iphan, Sebrae, Senac, Faesc / Senar, So, Santur, MTur, MDA, Fecam.

Ação 4: Mapear e regionalizar as especificidades do turismo rural e elaborar de planos regionais de TR, seguindo as orientações do PRT.

Justificativa: Necessidade de conhecer e considerar as especificidades dos territórios para estabelecer estratégias específicas para formas diferentes de TR e dar direcionamento às ações

Atividades:

- ◆ envolver as 9 regiões turísticas do Estado;
- ◆ fortalecer parcerias com a SOL e a Santur;
- ◆ realizar oficinas regionais de planejamento;
- ◆ elaborar e encaminhar projeto ao MTur.

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Casa de Santa Catarina em Brasília, Sebrae, Senac, Senar, Sol, Associações de municípios, municípios

Profissionalização/Capacitação

Estratégia: **Capacitar técnicos e profissionalizar agricultores familiares e seus colaboradores para atuarem em seus empreendimentos turísticos de forma qualificada.**

Ação 1: Desenvolver um programa integrado de capacitação em turismo rural.

Justificativa: Necessidade de dar sustentabilidade para a oferta turística e gerar empoderamento aos atores locais.

Atividades:

- ◆ identificar as necessidades de capacitação;
- ◆ elaborar políticas, programas, planos e projetos específicos de capacitação e profissionalização;
- ◆ qualificar técnicos sobre o reconhecimento do patrimônio histórico e cultural;
- ◆ realizar treinamentos e repasses de experiências para técnicos que atuam em TR.

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac, Senar, Sol, Iphan.

Ação 2: Profissionalizar os agricultores familiares na gestão de seus projetos de turismo rural.

Justificativa: Necessidade de desenvolver mão-de-obra qualificada e produtos turísticos de qualidade para tornar rentável os empreendimentos.

Atividades:

- ◆ capacitar os envolvidos nas atividades operacionais do turismo rural;
- ◆ realizar dias de campo, oficinas, cursos e excursões para promover conhecimento e intercâmbio de experiências, envolvendo: condução de turistas, gastronomia, paisagismo, artesanato, decoração de ambientes, construção de trilhas, valorização do patrimônio histórico e cultural, primeiros socorros, saneamento, inclusão digital, ecologia, associativismo, planejamento e gestão.

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac, Senar, Sol, Iphan

Ação 3: Produzir material didático e de orientação técnica

Justificativa: Necessidade de dispor de material adequado para apoio ao processo de capacitação

Atividades:

- ◆ criar grupo de trabalho;
- ◆ estudar demandas;
- ◆ verificar material existente;
- ◆ editar Manual, cartilha e DVD sobre turismo rural;

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia; Coodestur; Epagri; Abratur; ABIH TR; Acatur; Fundação 25 de Julho; Ielusc; Univali; Unisul; Unoesc; FCC; Fatma; Feesporte; Iphan; Sebrae; Senac; Faesc/Senar; Sol; Santur; MTur; MDA; FECAM, Municípios

Ação 4: Qualificar profissionais para atuar em turismo rural

Justificativa: Necessidade de aprofundar conhecimentos em turismo rural e desenvolvimento regional por parte dos atores locais

Atividades:

- ◆ criar cargo de bacharel em turismo no serviço público;
- ◆ realizar curso de especialização em turismo rural;

Entidades envolvidas: Santur, Ielusc, MDA

Políticas públicas/serviços públicos

Estratégia: Criar políticas de apoio e ampliar e adequar a oferta de serviços e infraestrutura pública para o desenvolvimento do turismo rural.

Ação 1: Viabilizar o financiamento do TRAF.

Justificativa: Os pequenos agricultores têm dificuldades de acessar crédito para investir em empreendimentos de TR.

Atividades:

- ◆ gestionar junto aos agentes financeiros em locais onde os segmentos do Traf já estão organizados para que disponibilizem recursos de crédito;
- ◆ estruturar e organizar associações para viabilizar infra-estruturas.

Entidades envolvidas: MDA, FDR / SAR, Banco do Brasil, Epagri, Associações de Municípios e Prefeituras Municipais.

Ação 2: Desenvolver políticas diferenciadas para financiamento do turismo rural.

Justificativa: As linhas atuais não atendem as especificidades do turismo rural.

Atividade: Pleitear junto ao Badesc e ao BRDE a criação de linhas de financiamentos para o turismo rural.

Entidades envolvidas: Mapa, Epagri; SAR; Faesc.

Ação 3: Criar a Lei Traf de Santa Catarina.

Justificativa: Lei específica para reconhecimento e apoio ao Traf fortalece o fomento e a assistência técnica.

Atividade: Elaborar e encaminhar projeto de lei para a Assembléia Legislativa de SC.

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur.

Ação 4: Adequar as legislações do Estado para viabilizar o turismo rural.

Justificativa: O produtor -pessoa física- não consegue emitir nota de prestação de serviços de TR e a vigilância sanitária muitas vezes dificulta em demasia as operações dos pequenos empreendimentos de TR.

Atividade:

- ◆ gestionar junto à vigilância sanitária estadual para adaptar a legislação;
- ◆ buscar junto a Fazenda Estadual o reconhecimento da Nota de Produtor Rural como documento de prestação de serviços de TR;
- ◆ estabelecer normas, regras e procedimentos específicos para a atividade.

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac, Senar, Sol.

Ação 5: Estabelecer parcerias com os órgãos de cultura e de meio ambiente.

Justificativa: Parcerias institucionais fortalecem as ações e agrega novos conhecimentos e valores.

Atividade: Buscar a participação do Iphan e da Fatma no GTT Tur.

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac, Senar, Sol, Iphan e Fatma.

Ação 6: Elaborar projetos de infra-estrutura para os roteiros regionais de turismo rural.

Justificativa: A falta de infra-estrutura dificulta o desenvolvimento do TR nas regiões e sua acessibilidade.

Atividades:

- ◆ Identificar as deficiências de infra-estrutura nos principais roteiros de TR;
- ◆ Desenvolver projetos de sinalização nos roteiros;
- ◆ elaborar e encaminhar projetos para financiamento de infraestruturas para o TR.

Entidades envolvidas: Sol (Funturismo), Sebrae, Senac, SDRs, MTur, Associações de municípios, Prefeituras municipais.

Ação 7: Desenvolver ações específicas para o turismo em comunidades quilombolas, de pescadores e indígenas .

Justificativa: Estes grupos sociais geralmente são esquecidos e poucas ações são voltadas a eles.

Atividade: Sensibilizar os agentes técnicos de relacionamento com estes grupos sociais para o potencial do turismo junto a estas comunidades.

Entidades envolvidas: Incra, Epagri, MDA, Funai, SDS, Funasa.

Promoção/comercialização

Estratégia: Desenvolver mecanismos de promoção e comercialização integrada do turismo rural catarinense

Ação 1: Cadastrar e classificar os empreendimentos de turismo rural;

Justificativa: Necessidade de dimensionar a oferta do turismo rural e conhecer seu perfil e os serviços prestados.

Atividade: Gestionar junto ao MTur a liberação dos recursos do projeto de “Estudo dos Prestadores de Serviços Turísticos no meio rural de Santa Catarina”

Entidades envolvidas: Sol, Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac e Senar

Ação 2: Implantar um sistema de selos de identificação e conformidade para turismo rural

Justificativa: Necessidade de estabelecer padrões operacionais e de atendimento pela definição de requisitos mínimos de serviços e de infra-estrutura nos empreendimentos de TR

Atividade: Elaborar um conjunto de regras para a criação de selos visando a inclusão em roteiros de turismo rural

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac, Senar, Sol, SAR

Ação 3: Incentivar e apoiar a realização de eventos de turismo rural

Justificativa: Necessidade de divulgar o turismo rural e seus eventos, disseminar conhecimentos e estabelecer intercâmbio entre técnicos, empreendedores e turistas

Atividades:

- ◆ Mapear os eventos de turismo rural em Santa Catarina
- ◆ Organizar o “Salão Catarinense de Turismo Rural”

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac, Senar, Sol, SAR

Ação 4: Consolidar 5 roteiros de turismo rural em Santa Catarina

Justificativa: Necessidade de consolidação de roteiros de TR já existentes

Atividade: Seguir metodologia proposta no módulo 07 do Plano de Regionalização do Turismo (Mtur)

Entidades envolvidas: Acolhida na Colônia, Coodestur, Epagri, Fundação 25 de Julho, Ielusc, Univali Unisul, Unoesc, MDA, MTur, Santur, Sebrae, Senac, Senar, Sol, SAR

Ação 5: Estabelecer planos de marketing específicos para roteiros regionais

Justificativa: Falta de trabalho integrado de comercialização para o TR

Atividade: Contratar empresa especializada

Entidades envolvidas: Santur, MTur, Sol

Relação dos participantes e das instituições envolvidas na elaboração do plano

Nome	Instituição	Telefon	E-Mail
André Luis de Lima (Itu)	Iphan	48. 3223-0883	itu_delima@yahoo.com.br
Andrezza Rozar	Univali	48. 9165-1678	andrezza_turismo@yahoo.com.br
Anselmo B. Cadorin	Epagri	48. 3239-5663	anselmo@epagri.rct-sc.br
Antônio Carlos Freitas	Faesc/Unisul/ Empresário	48. 3465-1500 48. 9988.6076	vinicola@terra.com.br
Camila Marques	MTur	61. 3445-3450	rural@turismo.gov.br
Cassiano T. Vedana	Fecam	48. 3233-6720	cassianovedana@hotmail.com
Cleonice Schmitz	Santur	47. 3422-3377	nice.dona@terra.com.br
Fábio Miguel de Souza	Índice/Sebrae	48. 8404-0087	fabio@indice.com.br
Felippe Schmitz	Santur	47. 3433-3377	felippeschmitz@hotmail.com
Flávio L. Augustini	Santur	48. 9961-0092	diplan@santur.sc.gov.br flavinho@santur.sc.gov.br
Francisco Schmitz	Santur	47. 3422-3377	nice.dona@terra.com.br
Irma Bertoldi	Fund. M. Desenv. Rural 25 de Julho	47. 8403-9961 47.3424.1188	irmabertoldi@yahoo.com.br
Jurandi Teodoro Gugel	Del. MDA	48. 9155-8748	jurandi.gugel@mda.gov.br
Lenir Pirola	Epagri	48. 3626-0577	lenir@epagri.rct-sc.com.br
Luiz Carlos Mesquita	Pref. Paulo Lopes	48. 9923-9928	luizmesquita@web.de
Luiz Toresan	Epagri	48. 3239-3919	toresan@epagri.sc.gov.br
Marília Hafermann	Sol	48. 3212-1953	getur@sol.sc.gov.br
Rafael Freitag	Bom Jesus / Ielusc	48. 9953-1872	rafaelfreitag@hotmail.com
Raquel Pedroso Rodrigues	Fecam	48. 3223-1182	raquel@fecam.org.br
Rita de Cácia Nandi Viana	Santur	48. 9992-8847	ritinha@vectorgeo.trix.net rita@santur.sc.gov.br
Rodrigo Sommer	Sol	48. 8429-0186	rodrigossommer83@yahoo.com.br
Thaise Guzzatti	Acolhida na Colônia	48. 9960-5761	thaise@agrecos.com.br
Thiago Albino Sardá	Unisul	48. 9991.2972	asthiago@hotmail.com
Valdete Daufembach Nihmes	Ielusc/Joinville	47. 9994-3133	vdaufen@terra.com.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)